DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO – GADM
COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS E COMPRAS – CSUPR

PROPOSTA COMERCIAL

ALLSEG SEGURADORA S/A
CNPJ nº 67.865.360/0001-27

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
67.865.360/0001-27 **MATRIZ**		**19/05/1992**

NOME EMPRESARIAL
ALLSEG SEGURADORA S/A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV ANGELICA	**2626**	**TERREO.**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
01.228-200	**CONSOLACAO**	**SAO PAULO**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JURIDICO@ALLSEGSEGURADORA.COM.BR	**(11) 3017-0022**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**26/02/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/05/2026** às **11:23:14** (data e hora de Brasília).

São Paulo, 2 de setembro de 2026

A/C: Sr.(a) ***Bruno Avanco Romera*** ***E-mail:*** bruno.romera@appa.pr.gov.br
Segurado: ***ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONIN*** CNPJ/CPF: ***79.621.439/0001-91***

Conforme solicitado por V.S.ª via e-mail, apresentamos as condições técnicos comerciais para contratação do seguro obrigatório reta para drones para vossa análise e avaliação.
As condições apresentadas são estimativas e baseadas nas informações apresentadas a esta seguradora referentes à operação do equipamento, podendo sofrer alterações até a ordem firme ou até a data do certame e tem validade de 60 (sessenta) dias corridos.

Proposta Seguro Obrigatório Reta Para Drones e Vants

ITEM SEGURADO

Prefixo	Fabricante	Modelo	Ano
3 Drones	DJI	3 Drones	2026
Anatel	**PMD**	**Nº de Série**	**Utilização da Aeronave**
3 Drones	Até 25 kgs	3 Drones	Profissional

COBERTURAS E LIMITES MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO

COBERTURAS	LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO R$
3.0 - Cobertura Básica Nº 03	
3.1 - Danos pessoais e/ou danos materiais, causados na terceiros não transportados, na superfície	113.520,07
4.0 Cobertura Básica Nº 04 - Abalroamento	
4.1. - (I) Por Pessoa Vitimada em aeronaves abalroadas	227.041,88
4.2. - (II) Bagagens por Passageiro/Tripulante em aeronaves abalroadas	9.636,32
4.3. - (II) Carga Despachada (por quilo) em aeronaves abalroadas	R$ 190,74
4.4. - (III) Danos causados à terceiros, na superfície, pelas aeronaves abalroadas até 1.000k	227.041,88
4.5. - (III) Danos causados à terceiros, na superfície, pelas aeronaves abalroadas acima 1.000k	(R$ 6,55 por kilo que exceda 1.000kg)
4.6. - (IV) Danos causados a aeronaves abalroadas	227.041,88
4.7. - (V) Prejuízos financeiros e Lucros cessantes de privação das aeronaves abalroadas	7.838,71
	* POR AERONAVE *
7.0 Cobertura Básica Nº 201	
7.1. - Defesa em Juízo Civil (R$ 10.000,00 por ocorrência limitado a R$ 20.000,00 no agregado anual)	10.000,00
Cobertura Adicional	
Salvamento e Contenção para Aeronaves NÃO Tripuladas	5% do LMI limitado ao máximo de R$ 50.000,00.

CUSTO DO SEGURO ANUAL (365 DIAS)

Prêmio Por Aeronave	Prêmio Líquido	IOF	Prêmio Total
R$ 420,00	R$ 1.260,00	ISENTO	**R$ 1.260,00**

SEGURADO ADICIONAL

Segurado Adicional	CPF/CNPJ:
0	0000

SEGURADORA GARANTIDORA DO RISCO

ALLSEG SEGURADORA S/A - CNPJ: 67.865.360/0001-27
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 143.951.860.114
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2.064.218-0
AS SEGURADORAS SÃO ISENTAS POR LEI DE EMITIREM NOTA FISCAL
AV ANGELICA - 2626 - TERREO - CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO - SP.
CEP: 01.228-200

Atenciosamente,

Unidade Riscos Aeronaúticos
aviation@allsegseguradora.com.br
(11) 93497-7244

São Paulo, 2 de setembro de 2026

A/C: Sr.(a) *Bruno Avanco Romera* — *E-mail: bruno.romera@appa.pr.gov.br*
Segurado: *ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE* — *CPF/CNPJ: 79.621.439/0001-91*

Prezado Bruno Avanco Romera

Conforme solicitado por V.S.ª via e-mail, apresentamos as condições técnicos comerciais para contratação do seguro de casco para drones para vossa análise e avaliação. Esta proposta foi baseada no nas informaçoes enviadas. Contudo, se houver alteração destes dados, as condições apresentadas poderão ser alteradas.

Proposta Seguro Casco Para Aeronaves Não Tripuladas (Drones)

DADOS DO DRONE

Prefixo	Fabricante	Modelo	Nº de Série
PP-963468161	DJI	Matrice 3TD	1581F6Q8X255S00100S1
Anatel	**CATEGORIA**	**Ano**	**Utilização da Aeronave**
A informar	Até 25 kgs	2026	Profissional
Nº DA NOTA FISCAL	**Emitente da Nota Fiscal**		**DATA DA COMPRA**
nº 000449	CFT DRONES		25/03/2026

DADOS DA ESTAÇÃO / PLATAFORMA DOCK

N° NF	EMPRESA EMITENTE DA NOTA FISCAL		DATA NOTA FISCAL	FABRICANTE	
nº 000449	CFT DRONES		25/03/2026	DJI	
N° Série	A INFORMAR	**Modelo**	DOCK 2	**ANO**	2026

COBERTURAS / IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

Taxa Depreciação do Drone: 0% — **Taxa Depreciação da DOCK: 0%**

Importância Segurada do Equipamento	R$	64.900,00
Importância Segurada dos Itens Acoplados	R$	-
Importância Segurada Estação / Plataforma Dock	R$	87.480,00
Limite Máximo de Indenização Drone + Plataforma Dock	**R$**	**152.380,00**
Despesas de Salvamento e Contenção (5% do LMI ou da I.S. Total do Equip)	R$	7.619,00
Responsabilidade Civil 2° Risco ao RETA (LUC) Limite Único Combinado	R$	100.000,00
Custas de Defesa em Juízo (5% do L.M.I. de LUC limitado a R$ 50.000,00)	R$	5.000,00
Valor em Risco Total	**R$**	**264.999,00**

Franquia a ser aplicada em caso de sinistro (Inclusive na Perda Total)

Franquia do Drone	**10% da Importância Segurada**
Franquia da Estação Plataforma Dock	**10% da Importância Segurada**

CONDIÇÕES COMERCIAIS

Prêmio Líquido Total	R$	14.296,82
Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)	R$	-
Prêmio Total a Pagar	**R$**	**14.296,82**

PILOTOS NOMEADOS

Piloto Remoto Nomeado 1: **0** — CPF: **0000**
Cursos Realizados: **0**

SEGURADO ADICIONAL / CLÁUSULA BENEFICIÁRIA			
Nome / Razão Social: **0**		CNPJ / CPF:	**0000**
Nome / Razão Social: **0**		CNPJ / CPF:	**0000**

OBSERVAÇÕES

Informamos que só haverá cobertura enquanto o RPA for operado pelo(s) piloto(s) remoto(s) nomeado(s) e mencionados neste documento, no qual estes deverão atender as exigências da ANAC, DECEA e SARPAS para a operação do equipamento.

Fica entendido e acordado que o segurado assume total responsabilidade ao cumprimento e conhecimento das limitações do uso de VANT/RPA/DRONE pelos órgãos competentes ANAC, DECEA e ANATEL;
Caso haja a opção de se cobrir os acessórios, estes deverão ter o seu número de série, fabricante, modelo, valor, ano de compra e nota fiscal discriminados na proposta;

Cláusulas Aplicáveis Para Drones e Acessórios Acoplados:

Acidentes, qualquer que seja a causa, durante o voo do equipamento;
Danos ao Equipamento: danos materiais causados à aeronave durante o voo (diurno ou noturno - conforme autorização de voo);

Ao optar pela cobertura LUC a mesma se dará em 2° risco a cobertura de RETA seguindo as mesmas cláusulas e condições aplicáveis ao seguro de Responsabilidade Civil.

Cláusulas Aplicáveis Para Estações / Plataformas Docks (Quando em Operação e Estático)

Incêndio/Raio/Explosão, Danos Elétricos, Tumultos e Greves, Alagamento, Impacto de Veículos Terrestres ou Aéreos, Desmoronamento, Vendaval. ***Coberturas aplicáveis somente quando Plataforma/Estação estiver Estática e em Operação simultaneamente com o Drone.***

RISCOS EXCLUÍDOS

- Danos em consequência de ventos de velocidade igual ou superior a 60 (sessenta) nós;
- Segurado transferir à terceiros o interesse do Drone sem o acordo da Seguradora;
- O desgaste normal e/ou natural bem como a depreciação pelo uso;
- Estragos mecânicos e quebras;
- Roubo ou furto de peças, acessórios e equipamentos, inclusive o Drone;
- Decorrentes de atos ilícitos culposos ou dolosos praticados pelo Segurado;
- Irregular perante as Autoridades competentes (documentação e operação);
- Não tiver aos comandos pessoa legalmente habilitada;
- Exclusão de cobertura para FlyAway assim como quaisquer falhas mecânicas garantidas pelo fabricante;
- Exclui cobertura de Casco e Resp. Civil para riscos de guerra e terrorismo;
- Exclui operações de carga externa

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- FRANQUIA CASCO SERÁ APLICÁVEL EM TODA OCORRÊNCIA, INCLUSIVE NA PERDA TOTAL;

- Esta cotação tem validade por 20 dias. Após esse prazo, a mesma terá que ser revalidada pela Cia de Seguros ;

- Serão considerados bens cobertos: o equipamento “Drone” e seus respectivos acessórios enquanto acoplados ao drone, e desde que estejam expressamente relacionados na nota fiscal.

- O segurado declara desde já, ter conhecimento e ser responsável pelo cumprimento integral no disposto no RBAC 100/2026 emitido pela ANAC, além das demais exigências requeridas pela ANATEL e DECEA para operação de aeronave não tripulada. A cobertura de seguro estará portanto, condicionada ao correto cumprimento de tais regulamentações e ficará prejudicada em caso de não conformidade, estando ainda o infrator sujeito à responsabilidades administrativas, civis e/ou criminais aplicáveis;
- Ratifica-se que a cobertura de seguro será restrita a DRONE/RPA profissional, portanto de uso NÃO RECREATIVO, conforme declarado no cadastro apresentado pelo Segurado. Aeronaves classificadas como aeromodelos pela ANAC (uso recreativo) não estarão, portanto, cobertas e pertencem a outro escopo de atividade.

TABELA DE DEPRECIAÇÃO

Idade do equipamento a contar da data de emissão da nota fiscal e/ou recibo de compra e venda e/ou invoice e/ou declaração de importação e/ou cupom fiscal.	Percentual de dedução do valor do equipamento conforme nota fiscal e/ou recibo de compra e venda e/ou invoice e/ou declaração de importação e/ou cupom fiscal
De 0 a 13 meses	não há dedução
de 13 meses e um dia a 24 meses	10%
de 24 meses e um dia a 36 meses	20%
A partir de 36 meses e um dia	30%

A aceitação do seguro casco drone está limitada até 48 meses da data de emissão da nota fiscal. Drones com idade superior a este período, somente com aceitação especial da Unidade de Riscos Aeronáuticos.

ATIVIDADES NAS QUAIS O DRONE É UTILIZADO

Fiscalização, monitoramento, inspeções e apoio operacional

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ABERTURA DO SINISTRO

1. Aviso de Sinistro: Relato detalhado do ocorrido, incluindo a descrição do plano de voo, objetivo, prefixo do equipamento, data e hora do evento, pessoas envolvidas, danos causados e/ou sofridos. O relato pode ser enviado no corpo do e-mail ou em papel timbrado.
2. Autorização de Voo aprovada pelo SARPAS.
3. Número da Homologação ANATEL.
4. CNH ou RG do Piloto / Operador do Drone.
5. Foto do Drone, caso não tenha ocorrido perda.
6. Log de Voo.
7. Certificado de treinamento.
8. Vínculo do piloto com a empresa, se contratado em PJ.

Atendimento a Sinistros: 4004-6571 / sinistros@acs-seg.com / whatsapp (11)91474-7667

PROPOSTA SOLICITADA POR:

Qualquer dúvida sobre a proposta apresentada, nosso time de especialistas estará a disposição através do nosso atendimento eletrônico via whatsapp (11) 93497-7244, ou através do e-mail aviation@allsegseguradora.com.br

ALLSEG SEGURADORA S/A - CNPJ: 67.865.360/0001-27
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 143.951.860.114
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2.064.218-0
AS SEGURADORAS SÃO ISENTAS POR LEI DE EMITIREM NOTA FISCAL
AV ANGELICA - 2626 - TERREO - CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO - SP.
CEP: 01.228-200

Atenciosamente,
Unidade Riscos Aeronáuticos

Allseg Seguradora S/A

São Paulo, 2 de setembro de 2026

A/C: Sr.(a) *Bruno Avanco Romera* — *E-mail: bruno.romera@appa.pr.gov.br*
Segurado: *ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE* — *CPF/CNPJ: 79.621.439/0001-91*

Prezado Bruno Avanco Romera

Conforme solicitado por V.S.ª via e-mail, apresentamos as condições técnicos comerciais para contratação do seguro de casco para drones para vossa análise e avaliação. Esta proposta foi baseada no nas informaçoes enviadas. Contudo, se houver alteração destes dados, as condições apresentadas poderão ser alteradas.

Proposta Seguro Casco Para Aeronaves Não Tripuladas (Drones)

DADOS DO EQUIPAMENTO

Prefixo	Fabricante	Modelo	Nº de Série
PP-565902542	DJI	Mavic 4 Pro	1581F8LQC255L002281L
Anatel	**PMD**	**Ano**	**Utilização da Aeronave**
A INFORMAR	Até 25 kgs	2026	Profissional
Nº DA NOTA FISCAL	**Emitente da Nota Fiscal**		**DATA DA COMPRA**
Nº 000449	CFT DRONES LTDA		25/03/2026

COBERTURAS

(*) A importância segurada registrada já contempla a aplicação da depreciação de: 0%

Importância Segurada do Equipamento	R$	30.250,00
Importância Segurada dos Itens Acoplados	R$	-
Importância Segurada Total	**R$**	**30.250,00**
Despesas de Salvamento e Contenção (5% do LMI ou da I.S. Total do Equip)	R$	1.512,50
Responsabilidade Civil 2º Risco ao RETA (LUC) Limite Único Combinado	R$	100.000,00
Custas de Defesa em Juízo (5% do L.M.I. de LUC limitado a R$ 50.000,00)	R$	5.000,00

Franquia a ser aplicada em caso de sinistro (Inclusive na Perda Total)

10% da Importância Segurada de Casco

CONDIÇÕES COMERCIAIS

Prêmio Líquido Total	R$	4.335,47
Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)		ISENTO
Prêmio Total a Pagar	**R$**	**4.335,47**

PILOTOS NOMEADOS

Piloto Remoto Nomeado 1: 0 — **CPF:** 0000
Cursos Realizados: 0

SEGURADO ADICIONAL / CLÁUSULA BENEFICIÁRIA

Nome / Razão Social 0 — **CNPJ / CPF:** 0000
Nome / Razão Social 0 — **CNPJ / CPF:** 0000

OBSERVAÇÕES

Informamos que só haverá cobertura enquanto o RPA for operado pelo(s) piloto(s) remoto(s) nomeado(s) e mencionados neste documento, no qual estes deverão atender as exigências da ANAC, DECEA e SARPAS para a operação do equipamento.

Fica entendido e acordado que o segurado assume total responsabilidade ao cumprimento e conhecimento das limitações do uso de VANT/RPA/DRONE pelos órgãos competentes ANAC, DECEA e ANATEL;
Caso haja a opção de se cobrir os acessórios, estes deverão ter o seu número de série, fabricante, modelo, valor, ano de compra e nota fiscal discriminados na proposta;

Cláusulas Aplicáveis:

Acidentes, qualquer que seja a causa, durante o voo do equipamento;
Danos ao Equipamento: danos materiais causados à aeronave durante o voo (diurno ou noturno - conforme autorização de voo);

Ao optar pela cobertura LUC a mesma se dará em 2° risco a cobertura de RETA seguindo as mesmas cláusulas e condições aplicáveis ao seguro de Responsabilidade Civil.

RISCOS EXCLUÍDOS

- Danos em consequência de ventos de velocidade igual ou superior a 60 (sessenta) nós;
- Segurado transferir à terceiros o interesse do Drone sem o acordo da Seguradora;
- O desgaste normal e/ou natural bem como a depreciação pelo uso;
- Estragos mecânicos e quebras;
- Roubo ou furto de peças, acessórios e equipamentos, inclusive o Drone;
- Decorrentes de atos ilícitos culposos ou dolosos praticados pelo Segurado;
- Irregular perante as Autoridades competentes (documentação e operação);
- Não tiver aos comandos pessoa legalmente habilitada;
- Exclusão de cobertura para FlyAway assim como quaisquer falhas mecânicas garantidas pelo fabricante;
- Exclui vôos autônomos sem controle visual pelo operador (condição aprovada VLOS);
- Exclui cobertura de Casco e Resp. Civil para riscos de guerra e terrorismo;
- Exclui operações de carga externa

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- FRANQUIA CASCO SERÁ APLICÁVEL EM TODA OCORRÊNCIA, INCLUSIVE NA PERDA TOTAL;

- Esta cotação tem validade por 20 dias. Após esse prazo, a mesma terá que ser revalidada pela Cia de Seguros ;

- Serão considerados bens cobertos: o equipamento “Drone” e seus respectivos acessórios enquanto acoplados ao drone, e desde que estejam expressamente relacionados na nota fiscal.

- O segurado declara desde já, ter conhecimento e ser responsável pelo cumprimento integral no disposto no RBAC 100/2026 emitido pela ANAC, além das demais exigências requeridas pela ANATEL e DECEA para operação de aeronave não tripulada. A cobertura de seguro estará portanto, condicionada ao correto cumprimento de tais regulamentações e ficará prejudicada em caso de não conformidade, estando ainda o infrator sujeito à responsabilidades administrativas, civis e/ou criminais aplicáveis;

- Ratifica-se que a cobertura de seguro será restrita a DRONE/RPA profissional, portanto de uso NÃO RECREATIVO, conforme declarado no cadastro apresentado pelo Segurado. Aeronaves classificadas como aeromodelos pela ANAC (uso recreativo) não estarão, portanto, cobertas e pertencem a outro escopo de atividade.

TABELA DE DEPRECIAÇÃO

Idade do equipamento a contar da data de emissão da nota fiscal e/ou recibo de compra e venda e/ou invoice e/ou declaração de importação e/ou cupom fiscal.	Percentual de dedução do valor do equipamento conforme nota fiscal e/ou recibo de compra e venda e/ou invoice e/ou declaração de importação e/ou cupom fiscal
De 0 a 13 meses	não há dedução
de 13 meses e um dia a 24 meses	10%
de 24 meses e um dia a 36 meses	20%
A partir de 36 meses e um dia	30%

A aceitação do seguro casco drone está limitada até 48 meses da data de emissão da nota fiscal. Drones com idade superior a este período, somente com aceitação especial.

ATIVIDADES NAS QUAIS O DRONE É UTILIZADO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ABERTURA DO SINISTRO

1. Aviso de Sinistro: Relato detalhado do ocorrido, incluindo a descrição do plano de voo, objetivo, prefixo do equipamento, data e hora do evento, pessoas envolvidas, danos causados e/ou sofridos. O relato pode ser enviado no corpo do e-mail ou em papel timbrado.
2. Autorização de Voo aprovada pelo SARPAS.
3. Número da Homologação ANATEL.
4. CNH ou RG do Piloto / Operador do Drone.
5. Foto do Drone, caso não tenha ocorrido perda.
6. Log de Voo.
7. Certificado de treinamento.
8. Vínculo do piloto com a empresa, se contratado em PJ.

Atendimento a Sinistros: 4004-6571 / sinistros@acs-seg.com / whatsapp (11)91474-7667

Qualquer dúvida sobre a proposta apresentada, nosso time de especialistas estará a disposição através do nosso atendimento eletrônico via whatsapp (11) 93497-7244, ou através do e-mail aviation@allsegseguradora.com.br

ALLSEG SEGURADORA S/A - CNPJ: 67.865.360/0001-27
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 143.951.860.114
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2.064.218-0
AS SEGURADORAS SÃO ISENTAS POR LEI DE EMITIREM NOTA FISCAL
AV ANGELICA - 2626 - TERREO - CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO - SP.
CEP: 01.228-200

Atenciosamente,
Unidade Riscos Aeronaúticos



Allseg Seguradora S/A

São Paulo, 2 de setembro de 2026

A/C: Sr.(a) *Bruno Avanco Romera* — *E-mail: bruno.romera@appa.pr.gov.br*
Segurado: *ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE* — *CPF/CNPJ: 79.621.439/0001-91*

Prezado Bruno Avanco Romera

Conforme solicitado por V.S.ª via e-mail, apresentamos as condições técnicos comerciais para contratação do seguro de casco para drones para vossa análise e avaliação. Esta proposta foi baseada no nas informaçoes enviadas. Contudo, se houver alteração destes dados, as condições apresentadas poderão ser alteradas.

Proposta Seguro Casco Para Aeronaves Não Tripuladas (Drones)

DADOS DO EQUIPAMENTO

Prefixo	Fabricante	Modelo	Nº de Série
PP-349084987	DJI	Mavic 4 Pro	1581F8LQC255M0022B04
Anatel	**PMD**	**Ano**	**Utilização da Aeronave**
A INFORMAR	Até 25 kgs	2026	Profissional
Nº DA NOTA FISCAL	**Emitente da Nota Fiscal**		**DATA DA COMPRA**
Nº 000449	CFT DRONES LTDA		25/03/2026

COBERTURAS

(*) A importância segurada registrada já contempla a aplicação da depreciação de: 0%

Importância Segurada do Equipamento	R$	30.250,00
Importância Segurada dos Itens Acoplados	R$	-
Importância Segurada Total	**R$**	**30.250,00**
Despesas de Salvamento e Contenção (5% do LMI ou da I.S. Total do Equip)	R$	1.512,50
Responsabilidade Civil 2º Risco ao RETA (LUC) Limite Único Combinado	R$	100.000,00
Custas de Defesa em Juízo (5% do L.M.I. de LUC limitado a R$ 50.000,00)	R$	5.000,00

Franquia a ser aplicada em caso de sinistro (Inclusive na Perda Total)

10% da Importância Segurada de Casco

CONDIÇÕES COMERCIAIS

Prêmio Líquido Total	R$	4.335,47
Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)		ISENTO
Prêmio Total a Pagar	**R$**	**4.335,47**

PILOTOS NOMEADOS

Piloto Remoto Nomeado 1: 0 — **CPF:** 0000
Cursos Realizados: 0

SEGURADO ADICIONAL / CLÁUSULA BENEFICIÁRIA

Nome / Razão Social 0 — **CNPJ / CPF:** 0000
Nome / Razão Social 0 — **CNPJ / CPF:** 0000

OBSERVAÇÕES

Informamos que só haverá cobertura enquanto o RPA for operado pelo(s) piloto(s) remoto(s) nomeado(s) e mencionados neste documento, no qual estes deverão atender as exigências da ANAC, DECEA e SARPAS para a operação do equipamento.

Fica entendido e acordado que o segurado assume total responsabilidade ao cumprimento e conhecimento das limitações do uso de VANT/RPA/DRONE pelos órgãos competentes ANAC, DECEA e ANATEL;
Caso haja a opção de se cobrir os acessórios, estes deverão ter o seu número de série, fabricante, modelo, valor, ano de compra e nota fiscal discriminados na proposta;

Cláusulas Aplicáveis:

Acidentes, qualquer que seja a causa, durante o voo do equipamento;
Danos ao Equipamento: danos materiais causados à aeronave durante o voo (diurno ou noturno - conforme autorização de voo);

Ao optar pela cobertura LUC a mesma se dará em 2° risco a cobertura de RETA seguindo as mesmas cláusulas e condições aplicáveis ao seguro de Responsabilidade Civil.

RISCOS EXCLUÍDOS

- Danos em consequência de ventos de velocidade igual ou superior a 60 (sessenta) nós;
- Segurado transferir à terceiros o interesse do Drone sem o acordo da Seguradora;
- O desgaste normal e/ou natural bem como a depreciação pelo uso;
- Estragos mecânicos e quebras;
- Roubo ou furto de peças, acessórios e equipamentos, inclusive o Drone;
- Decorrentes de atos ilícitos culposos ou dolosos praticados pelo Segurado;
- Irregular perante as Autoridades competentes (documentação e operação);
- Não tiver aos comandos pessoa legalmente habilitada;
- Exclusão de cobertura para FlyAway assim como quaisquer falhas mecânicas garantidas pelo fabricante;
- Exclui vôos autônomos sem controle visual pelo operador (condição aprovada VLOS);
- Exclui cobertura de Casco e Resp. Civil para riscos de guerra e terrorismo;
- Exclui operações de carga externa

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- FRANQUIA CASCO SERÁ APLICÁVEL EM TODA OCORRÊNCIA, INCLUSIVE NA PERDA TOTAL;

- Esta cotação tem validade por 20 dias. Após esse prazo, a mesma terá que ser revalidada pela Cia de Seguros ;

- Serão considerados bens cobertos: o equipamento “Drone” e seus respectivos acessórios enquanto acoplados ao drone, e desde que estejam expressamente relacionados na nota fiscal.

- O segurado declara desde já, ter conhecimento e ser responsável pelo cumprimento integral no disposto no RBAC 100/2026 emitido pela ANAC, além das demais exigências requeridas pela ANATEL e DECEA para operação de aeronave não tripulada. A cobertura de seguro estará portanto, condicionada ao correto cumprimento de tais regulamentações e ficará prejudicada em caso de não conformidade, estando ainda o infrator sujeito à responsabilidades administrativas, civis e/ou criminais aplicáveis;

- Ratifica-se que a cobertura de seguro será restrita a DRONE/RPA profissional, portanto de uso NÃO RECREATIVO, conforme declarado no cadastro apresentado pelo Segurado. Aeronaves classificadas como aeromodelos pela ANAC (uso recreativo) não estarão, portanto, cobertas e pertencem a outro escopo de atividade.

TABELA DE DEPRECIAÇÃO

Idade do equipamento a contar da data de emissão da nota fiscal e/ou recibo de compra e venda e/ou invoice e/ou declaração de importação e/ou cupom fiscal.	Percentual de dedução do valor do equipamento conforme nota fiscal e/ou recibo de compra e venda e/ou invoice e/ou declaração de importação e/ou cupom fiscal
De 0 a 13 meses	não há dedução
de 13 meses e um dia a 24 meses	10%
de 24 meses e um dia a 36 meses	20%
A partir de 36 meses e um dia	30%

A aceitação do seguro casco drone está limitada até 48 meses da data de emissão da nota fiscal. Drones com idade superior a este período, somente com aceitação especial.

ATIVIDADES NAS QUAIS O DRONE É UTILIZADO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ABERTURA DO SINISTRO

1. Aviso de Sinistro: Relato detalhado do ocorrido, incluindo a descrição do plano de voo, objetivo, prefixo do equipamento, data e hora do evento, pessoas envolvidas, danos causados e/ou sofridos. O relato pode ser enviado no corpo do e-mail ou em papel timbrado.
2. Autorização de Voo aprovada pelo SARPAS.
3. Número da Homologação ANATEL.
4. CNH ou RG do Piloto / Operador do Drone.
5. Foto do Drone, caso não tenha ocorrido perda.
6. Log de Voo.
7. Certificado de treinamento.
8. Vínculo do piloto com a empresa, se contratado em PJ.

Atendimento a Sinistros: 4004-6571 / sinistros@acs-seg.com / whatsapp (11)91474-7667

Qualquer dúvida sobre a proposta apresentada, nosso time de especialistas estará a disposição através do nosso atendimento eletrônico via whatsapp (11) 93497-7244, ou através do e-mail aviation@allsegseguradora.com.br

ALLSEG SEGURADORA S/A - CNPJ: 67.865.360/0001-27
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 143.951.860.114
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 2.064.218-0
AS SEGURADORAS SÃO ISENTAS POR LEI DE EMITIREM NOTA FISCAL
AV ANGELICA - 2626 - TERREO - CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO - SP.
CEP: 01.228-200

Atenciosamente,
Unidade Riscos Aeronaúticos



Allseg Seguradora S/A

COMPROVAÇÃO PREÇOS PRATICADOS

ALLSEG SEGURADORA S/A
CNPJ nº 67.865.360/0001-27

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Protocolo 001346/2026

Trata-se de procedimento de contratação direta, por dispensa de licitação, para a contratação de seguro para o DRONE de patrimônio nº 019103, recentemente adquirida para uso da Coordenadoria de Engenharia, visando atender as necessidades desta Corte de Contas.

Por meio do Parecer nº 279 /2026, a Assessoria Jurídica da Presidência manifestou-se pela viabilidade jurídica da contratação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mas verificou a ausência do documento de identificação pessoal do representante da empresa e ressaltou a necessidade de ser juntado aos autos, a fim de assegurar a regularidade documental do procedimento em análise

No Parecer nº 574/2026, o Controle Interno opinou pelo prosseguimento do feito, mas ressaltou a necessidade cumprimento do cumprimento da anexação do documento de identificação pessoal do representante da empresa, bem como da devida publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, além da divulgação no sítio desta Corte de Contas, Portal da Transparência, cumprindo assim o que determina o art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Diante do exposto, AUTORIZO o prosseguimento do feito, observadas as cautelas fixadas nos pareceres técnicos e jurídicos acostados aos autos e encaminho à Central de Compras e Licitação para a adoção das providências de estilo.

Aracaju/SE, 27 de abril de 2026.

Maria Angélica Guimarães Marinho
Conselheira Presidente

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - **MARIA ANGELICA GUIMARAES MARINHO - 30/04/2026 10:47:09**

COORDENADORIA DE ENGENHARIA
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "a" da Lei 14.133/2021)

1.1. O presente procedimento tem por objeto a contratação de serviços de seguro para aeronave remotamente pilotada (DRONE DJI MAVIC 3), adquirida para utilizada pela Coordenadoria de Engenharia do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, abrangendo a cobertura de responsabilidade civil e o seguro patrimonial do casco da aeronave, conforme especificações, quantitativos e demais condições descritas neste Termo de Referência, descritos na forma abaixo:

1.1.1. Especificações e Quantitativos:

ITEM	IGESP	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
01	468133-9	25020	Seguro de responsabilidade do explorador ou transportador aéreo – seguro reta para a aeronave remotamente pilotada, DRONE DJI MAVIC 3.	UND	01	420,00	420,00
02	468134-7	25020	Seguro patrimonial para o casco de aeronave remotamente pilotada, DRONE DJI MAVIC 3.	UND	01	3.847,76	3.847,76
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO							**4.267,76**

1.2. Dados da aeronave para emissão dos seguros:

1.2.1. FABRICANTE: DJI;

1.2.2. MODELO: Mavic 3 Enterprise;

1.2.3. NÚMERO DE SÉRIE: 1581F5FHC25B504DFF81;

1.2.4. CLASSE DA AERONAVE PILOTADA (RPAS, sigla em inglês): Classe C2 (UE);

1.2.5. TIPO DE DRONE: Quadricóptero portátil;

1.2.6. UTILIZAÇÃO: Focado em mapeamento e Inspeção visual;

1.2.7. COMPOSIÇÃO: 01 Aeronave DJI Mavic 3 Enterprise, 03 Pares de hélices reservas, 01 Controle remoto com tela integrada, 01 Bateria de voo inteligente, 01 Carregador USB-C de 100W, 01 Cabo de força para o carregador, 01 Cabo USB-C, 01 Cabo USB-C para USB-C, 01 Cartão SD 64 Gb, 01 Mala de transporte, 01 Protetor de Gimbal, 01 Chave de fenda e Manual;

1.2.8. ACESSÓRIOS:

a) Conjunto de Baterias de voo inteligente para MAVIC 3 Enterprise, com Hub de carregamento 100W para 03 baterias e adaptador de energia USB-C;

b) 02 Pares de Hélices de baixo ruído para MAVIC 3 Enterprise.

1.2.9. VALOR DO DRONE E ACESSÓRIOS: R$ 31.600,00 (Trinta e um mil e seiscentos reais), conforme consta na Nota Fiscal nº 2385 de 07/01/2026 (anexo);

1.2.10. DO TIPO RPAS (Remotely Piloted Aircraft System: Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada;

1.2.11. DA CLASSE: Drone de uso comercial e industrial de pequeno porte, pesando entre 915g a 1050g (dependendo dos acessórios), que operam acima de 400 pés (aproximadamente 120 metros);

1.2.12. O equipamento está de acordo, em suas características técnicas e de operação, ao Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial nº 94/2017 da ANAC, valido até 09/02/2028, o qual complementa as normas de operação de drones estabelecidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, às legislações ICA 100-40, ICA 100-12, IS 94-003ª e ao Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7565/1986).

1.2.13. NÚMERO DO CADASTRO NA ANAC: PP-985682474, conforme Certidão de Cadastro de Aeronave Não Tripulada - Uso não Recreativo.

1.3. Os serviços referenciados no presente Termo de Referência não se enquadram como serviço de luxo, nos termos do Ato da Presidência nº 40/2025, bem como possui natureza comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço de natureza continuada, considerando a necessidade permanente de cobertura securitária para o equipamento institucional utilizado nas atividades técnicas da Coordenadoria de Engenharia deste Tribunal.

1.5. Em observância ao disposto no art. 106 do Decreto Estadual nº 342, de 28 de junho de 2023, sugere-se que a contratação seja realizada, preferencialmente, com microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, quando houver fornecedor enquadrado nessas condições que atenda às exigências do Termo de Referência.

1.5.1. Para fins do disposto no item anterior, consideram-se equiparados às microempresas e empresas de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física, o microempreendedor individual – MEI e as sociedades cooperativas enquadradas na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 11.488/2007.

1.6. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses**,** contados da emissão da apólice ou instrumento equivalente**,** podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, observado o limite máximo de vigência de até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, sendo permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes**.**

1.7. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).

2.1. Da Fundamentação Legal:

2.1.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal de 1988, ao disposto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006 atualizada, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, do Decreto Estadual nº 342, de 28 de junho de 2023, no Ato da Presidência do TCE/SE nº 23, de 18 de março de 2024, devidamente atualizados, bem como nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

2.2. Da Contratação Direta

2.2.1. Em regra, as contratações públicas devem ser precedidas de licitação, conforme estabelece o texto constitucional no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988. Em que pese a exigência constitucional, a lei geral de licitações dispensa a contratação formal, permitindo que a Administração Pública possa contratar de forma direta, através da dispensa ou inexigibilidade de licitação.

2.2.2. Nesse contexto, Ronny Charles Lopes de Torres evidenciou que "quando a Lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrática previsto pelo estatuto não serve ao eficaz atendimento do interesse público naquela hipótese específica"[1].

2.2.3. A presente contratação decorre da necessidade de assegurar cobertura securitária para a aeronave remotamente pilotada (drone) pertencente ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, utilizada pela Coordenadoria de Engenharia em atividades institucionais de inspeção, levantamento técnico e apoio às ações de fiscalização. A contratação do seguro visa resguardar o patrimônio público e mitigar riscos decorrentes de eventuais danos materiais ao equipamento, bem como de responsabilidade civil perante terceiros durante sua operação, conforme Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/1986), Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial (RBAC-E nº 94/2017) e por normativos do DECEA e ANAC.

2.2.4. A operação de drones para fins públicos demanda conformidade com a legislação aeronáutica, que exige a contratação do seguro RETA como medida de proteção contra danos a terceiros. A utilização de aeronaves remotamente pilotadas em atividades de fiscalização proporciona maior eficiência, precisão e segurança na coleta de imagens, levantamento de dados e acompanhamento de obras e serviços públicos. A ausência de cobertura seguraria exporia o órgão a riscos financeiros e jurídicos em caso de acidentes, como colisões ou falhas técnicas que possam causar danos materiais ou físicos, além de danos ao próprio equipamento. Outrossim, a contratação do seguro garante a continuidade das operações em conformidade com as normas da ANAC, DECEA e ANATEL, assegurando que as atividades da Coordenadoria de Engenharia não sofram interrupções por descumprimento de exigências legais

2.2.5. A contratação direta encontra amparo no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do baixo valor estimado da contratação, o qual se enquadra no limite legal para a dispensa de licitação. Ressalta-se que o seguro é um serviço padronizado, onde a pesquisa de preços é suficiente para garantir a vantajosidade, sem necessidade de disputa formal, considerando ainda, que a estimativa de preços foi precedida de pesquisa realizada conforme os parâmetros normativos aplicáveis, mediante consulta direta a fornecedores, assegurando compatibilidade dos valores com os praticados no mercado.

2.2.6. A contratação imediata libera a Coordenadoria de Engenharia a executar os serviços georreferenciamento e mapeamento territorial, com a cobertura seguraria necessária, sem se expor a riscos financeiros elevados.

2.2.7. Dessa forma, a contratação proposta mostra-se adequada e necessária para atender à demanda institucional, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público, bem como assegurando a adequada gestão e proteção do patrimônio público.

2.3. Do Demonstrativo da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual:

2.3.1. As tratativas acerca do PCA atinente ao ano em curso encontram-se em tramitação na unidade administrativa, restando pendente, ainda, sua publicação e divulgação no sítio eletrônico do Tribunal, após a sua aprovação pela autoridade competente, conforme art. 12, inciso VII, §1º da Lei nº 14.133/2021. Entretanto, a Presidência que versa sobre as demandas iniciais acerca da viabilidade do

[1] TORRES, Ronny Charles Lopes de**. Leis de Licitações Públicas Comentadas**. 14 ed., ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2023, p. 421.

presente processo, autorizou a abertura do presente procedimento destinado a aquisição do material indicado no item 1.1.1 deste Termo.

2.4. Do Estudo Técnico Preliminar:

2.4.1. O objeto da contratação está em conformidade com as informações constantes do Documento de Formalização de Demanda, tendo sido dispensada a elaboração de estudo técnico preliminar, devido a reduzida complexidade do objeto e seus requisitos (Art. 14, inciso I da IN 58/2022 do Ministério da Economia) e da análise de risco, nos termos do art. 72, inciso I da lei 14.133/2021.

2.4.2. De mais a mais, o Decreto Estadual nº 342, 28 de junho de 2023, faculta o ETP nos casos de contratações diretas, vejamos:

> *Art. 24. As licitações e procedimentos auxiliares para aquisições de bens e contratação de prestação de serviços deverão ser precedidos de estudo técnico preliminar.*
> *§ 1º É* ***facultada*** *a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, mediante justificativa aprovada pela autoridade competente, nas hipóteses de:*
> *I –* ***dispensa e inexigibilidade de licitação, exceto nos casos dispostos nos incisos III e IV do § 2º deste artigo.***

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c').

3.1. A solução considerada mais adequada para atendimento da presente demanda consiste na contratação de serviços de seguro para aeronave remotamente pilotada (drone) pertencente ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe**,** contemplando cobertura de responsabilidade civil perante terceiros e cobertura patrimonial do equipamento, conforme especificações constantes no item 1.1.1 deste Termo de Referência.

3.2. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, em razão do valor estimado enquadrar-se no limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando ainda que o Tribunal de Contas não possui atualmente contrato vigente, Ata de Registro de Preços ou procedimento licitatório em curso que contemple a prestação de serviços de seguro para aeronave remotamente pilotada.

3.3. A solução proposta permite mitigar riscos operacionais e patrimoniais associados à utilização do equipamento, assegurando cobertura securitária adequada para eventuais danos ao bem ou a terceiros durante sua operação, além de contribuir para a continuidade das atividades institucionais desenvolvidas pela Coordenadoria de Engenharia deste Tribunal.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21).

4.1. É de responsabilidade da contratada todos os custos, despesas diretos e indiretos incidentes sobre a prestação de serviços, tais como tributos e/ou impostos, encargos sociais, tarifas, taxas, emolumentos, lucro, e demais despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, necessários à perfeita execução do objeto.

4.2. Da subcontratação:

4.2.1. Não é permitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Da Garantia da Contratação:

4.3.1. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando o baixo valor da contratação e a natureza do objeto.

4.4. Da Sustentabilidade:

4.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados, no que couber, os princípios e diretrizes estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como as normas legais e regulamentares aplicáveis.

4.4.2. A contratada deverá adotar práticas administrativas que contribuam para a redução do consumo de recursos naturais, priorizando, sempre que possível, a utilização de documentos eletrônicos, comunicações digitais e emissão de apólices ou instrumento equivalente em formato digital**,** evitando a geração desnecessária de material impresso.

4.4.3. A execução do serviço deverá observar a legislação ambiental vigente e demais normas aplicáveis, assegurando que suas atividades administrativas e operacionais sejam conduzidas de forma ambientalmente responsável.

4.4.4. Sempre que houver necessidade de fornecimento de documentos físicos, estes deverão ser produzidos com racionalidade no uso de papel, preferencialmente utilizando materiais recicláveis ou provenientes de manejo sustentável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

5.1. Do Início da Execução e Emissão da Apólice:

5.1.1. A execução do objeto deste Termo De Referência ocorrerá mediante a emissão da apólice de seguro ou instrumento equivalente**,** no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho pela empresa contratada.

5.1.2. A apólice deverá contemplar todas as coberturas, limites e condições estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo a cobertura de responsabilidade civil perante terceiros e a cobertura patrimonial do casco da aeronave remotamente pilotada.

5.1.3. A apólice ou instrumento equivalente deverá ser encaminhada à Coordenadoria de Engenharia do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, preferencialmente por meio eletrônico, acompanhada das condições gerais e demais documentos que integrem o contrato de seguro.

5.1.4. A cobertura securitária terá início a partir da emissão da apólice ou instrumento equivalente**,** garantindo proteção ao equipamento segurado durante todo o período de vigência da contratação.

5.1.5. Constatada divergência entre as condições da apólice apresentada e as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração poderá recusar o documento, devendo a empresa contratada providenciar as devidas correções no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.2. Das Coberturas e Condições Mínimas da Apólice:

5.2.1. A apólice deverá contemplar, no mínimo, as seguintes coberturas:

a) Seguro de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo – RETA, destinado à cobertura de danos materiais, corporais ou morais causados a terceiros decorrentes da operação da aeronave remotamente pilotada.

b) Seguro patrimonial do casco da aeronave, destinado à cobertura de danos materiais sofridos pelo equipamento segurado em decorrência de acidentes, colisões, quedas, incêndio, atos de terceiros ou outros eventos cobertos pela apólice.

5.2.2. Sobre a Cobertura mínima de responsabilidade civil (RETA)

5.2.2.1. A cobertura de responsabilidade civil deverá prever limite mínimo de indenização compatível com a regulamentação aplicável à operação de aeronaves remotamente pilotadas, observadas as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e demais regulamentações aplicáveis.

5.2.2.2. A cobertura deverá contemplar, no mínimo:

I – danos materiais causados a terceiros;
II – danos corporais causados a terceiros;
III – despesas com defesa civil decorrentes de sinistros cobertos.

5.2.3. A cobertura patrimonial do casco deverá garantir indenização pelos prejuízos decorrentes de danos ao equipamento segurado, incluindo, quando aplicável:

I – acidentes durante a operação da aeronave;
II – quedas ou colisões;
III – incêndio ou explosão;
IV – atos danosos praticados por terceiros.

5.2.4. A apólice deverá indicar expressamente os dados de identificação do bem segurado, contendo, no mínimo, as informações necessárias à sua perfeita caracterização e individualização:
I – Modelo da aeronave remotamente pilotada segurada;
II – Valor segurado;
III – Limites de indenização por cobertura;
IV – Vigência da cobertura;
V – Franquias aplicáveis;
VI – Condições gerais e especiais da apólice.

5.2.5. A cobertura securitária deverá atender às exigências legais e regulatórias aplicáveis à operação de aeronaves remotamente pilotadas, especialmente aquelas previstas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC**,** que exigem seguro para cobertura de danos causados a terceiros durante a operação do equipamento.

5.2.6. A cobertura securitária deverá abranger operações realizadas no território brasileiro**,** considerando a utilização institucional da aeronave remotamente pilotada em atividades de fiscalização, inspeção e monitoramento realizadas pela Coordenadoria de Engenharia deste Tribunal.

5.2.7. Não serão admitidas cláusulas que:
I – Restrinjam indevidamente a cobertura das atividades institucionais do Tribunal;
II – Limitem a cobertura de forma incompatível com a operação regular do equipamento;
III – Excluam riscos inerentes à utilização profissional da aeronave remotamente pilotada.

5.2.8. A seguradora deverá estar devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no ramo correspondente ao objeto da contratação.

5.3. Da Garantia da Cobertura Securitária:

5.3.1. A cobertura securitária deverá permanecer válida durante todo o período de vigência da apólice de seguro ou instrumento equivalente, contados da sua emissão, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3.2. Durante o período de vigência da apólice, a seguradora deverá garantir a indenização pelos prejuízos decorrentes de eventos cobertos, nos limites e condições estabelecidos no contrato de seguro.

5.3.3. A existência de franquias ou limites de indenização deverá estar expressamente indicada na apólice apresentada à Administração.

5.3.4. O término da vigência da apólice não afasta a responsabilidade da seguradora quanto aos sinistros ocorridos durante o período de cobertura.

5.4. Das Condições de Recebimento dos Serviços:

5.4.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei 14.133/2021, com alterações posteriores, o objeto do presente Termo de Referência, será recebido da seguinte forma:

5.4.1.1. Provisoriamente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis**,** contados da apresentação da apólice de seguro ou instrumento equivalente, para verificação preliminar da conformidade do documento com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.4.1.2. Definitivamente, no prazo de até 03 (três) dias úteis**,** após a verificação da regularidade da apólice e da conformidade das coberturas contratadas, mediante manifestação do servidor designado para acompanhamento e fiscalização da contratação.

5.4.2. O recebimento provisório e definitivo do objeto ficará a cargo da Coordenadoria de Engenharia através de servidor designado como fiscal do contrato**,** cabendo a este atestar a conformidade da apólice e autorizar o prosseguimento das etapas administrativas relacionadas à contratação.

5.4.3. Constatada qualquer divergência entre as condições da apólice apresentada e as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá providenciar as correções necessárias, sem ônus para a Administração, no prazo estipulado pela fiscalização.

5.4.4. A existência de inconsistências na apólice ou em seus documentos complementares poderá impedir o recebimento definitivo do objeto e suspender o ateste da nota fiscal até a regularização da situação.

5.4.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à adequação da cobertura securitária contratada, permanecendo a seguradora responsável pelas obrigações assumidas durante todo o período de vigência da apólice.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

6.1. Além das obrigações decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, constituem obrigações da empresa contratada:

6.1.1. Manter válida a apólice de seguro emitida**,** observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.1.2. Garantir a cobertura securitária durante todo o período de vigência do contrato, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

6.1.3. Responsabilizar-se pela regularidade da apólice emitida, bem como pela veracidade das informações e condições estabelecidas no contrato de seguro.

6.1.4. Comunicar imediatamente ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a validade, vigência ou eficácia da cobertura securitária.

6.1.5. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Fiscalização do Contrato durante a vigência do contrato.

6.1.6. Atender prontamente às solicitações da Fiscalização do Contrato relativas à abertura, análise e acompanhamento de eventuais sinistros.

6.1.7. Proceder à regulação e liquidação de sinistros, quando ocorrerem eventos cobertos pela apólice, nos prazos e condições previstos na legislação e nas normas da SUSEP.

6.1.8. Responsabilizar-se por todos os custos, tributos, encargos e despesas decorrentes da prestação do serviço securitário.

6.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, comunicando imediatamente à Administração qualquer alteração relevante.

6.1.10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável.

6.1.12. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe ou a terceiros, em decorrência da execução do contrato.

6.1.13. Cumprir todas as disposições previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais normas aplicáveis ao contrato de seguro.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE

7.1. O Tribunal de Contas, além das obrigações previstas neste Termo de Referência, obriga-se a:

7.1.1. Prestar à empresa contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto da contratação.

7.1.2. Disponibilizar as informações relativas ao bem segurado e às condições de sua utilização, sempre que necessárias para a emissão ou manutenção da apólice de seguro.

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.4. Comunicar à empresa contratada, por escrito, a ocorrência de qualquer evento que possa caracterizar sinistro ou situação potencialmente coberta pela apólice, fornecendo as informações necessárias à sua adequada apuração.

7.1.5. Notificar à empresa contratada acerca de eventuais irregularidades verificadas na execução do contrato ou na apólice apresentada, fixando prazo para sua regularização, quando cabível.

7.1.6. Proceder à conferência da documentação apresentada pela contratada e ao ateste da nota fiscal correspondente, quando constatada a conformidade da execução contratual.

7.1.7. Efetuar o pagamento à empresa contratada nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.1.8. Designar servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao fiscal designado acompanhar a execução contratual e atestar a conformidade da prestação do serviço, ficando a gestão do contrato sob a responsabilidade da Coordenadoria de Engenharia**.**

7.1.9. Aplicar, quando cabível, as sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, em caso de descumprimento contratual, mediante a instauração do competente processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A apólice de seguro ou instrumento equivalente deverá ser emitida rigorosamente em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo que a inobservância dessas condições poderá implicar sua recusa pela Administração, com aplicação das penalidades previstas neste Termo.

8.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.1.3. A fiscalização será exercida por servidor (a) devidamente designado no instrumento contratual ou por ato da Presidência do TCE/SE, aos quais compete:

a) emitir Ordens de Serviço;

b) receber, conferir e atestar as Notas Fiscais;

c) anotar em registro próprio, comunicando à empresa contratada as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

8.1.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.1.5. Durante a vigência do contrato, a contratada deve manter preposto, aceito pela Administração do Tribunal, para representá-lo sempre que for necessário.

8.1.6. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do TCE/SE e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada por qualquer inconsistência.

8.1.7. Não obstante a empresa contratada seja a única e exclusiva responsável pela prestação de serviço, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a contratação.

8.1.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.1.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela empresa contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

8.2. Do Gestor do Contrato

8.2.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

8.2.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à Autoridade Superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.2.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.2.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela empresa contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.2.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.2.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.2.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente a setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei n. 14.133/2021).

9.1. Do Pagamento:

9.1.1. A empresa vencedora deverá apresentar, após emissão da apólice dos seguros, objeto deste Termo, através do Portal do Jurisdicionado no site: www.tce.se.gov.br, a(s) nota(s) fiscal(is)/boleto(s)/fatura(s), emitido(s) para fins de protocolização, liquidação e pagamento.

9.1.2. O pagamento será efetuado pelo Tribunal de Contas, por ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme a fonte de recursos, em cumprimento ao art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021: ordem nos pagamentos públicos; a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; a Resolução nº 08/2014, de 06 de agosto de 2014 da ATRICON e suas alterações.

9.1.3. A nota fiscal/boleto/fatura deverá ser emitida sem rasuras, contendo o beneficiário/cliente, com sede na Av. Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, S/Nº - Bairro Capucho, Aracaju - SE, 49081-020, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.170.790/0001-03, com a descrição clara do objeto do contrato.

9.1.4. A nota fiscal ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos ao prestador de serviço, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos considerados válidos pelo TCE/SE, não respondendo este por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

9.1.5. Para o pagamento, o documento fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.6. Constatando-se a situação de irregularidade do prestador, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério deste Tribunal.

9.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Tribunal deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.8. Persistindo a irregularidade, o TCE/SE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurando ao prestador a ampla defesa.

9.1.9. Após a emissão da apólice de seguro ou instrumento equivalente, devidamente verificada a conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, os pagamentos serão processados normalmente,

ressalvada a hipótese de irregularidade que impeça o prosseguimento da liquidação da despesa, hipótese em que o pagamento ficará suspenso até a regularização da situação pela contratada.

9.1.10. Sobre o valor devido ao prestador de serviço, a Coordenadoria de Contabilidade e Finanças efetuará as retenções tributárias cabíveis.

9.1.11. O Tribunal manterá listas consolidadas de credores, classificadas por fonte diferenciada de recursos e organizadas pela ordem cronológica de antiguidade dos referidos créditos, estabelecida mediante apresentação da nota fiscal/fatura acompanhada da apólice de seguro ou instrumento equivalente e demais documentos comprobatórios exigidos nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem os quais não será possível a inclusão da empresa vencedora nas listas classificatórias de fornecedores.

9.1.12. Respeitada a ordem cronológica de classificação dos créditos, será observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias para liquidação e pagamento da despesa, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no Portal do Jurisdicionado deste Tribunal, desde que devidamente atestada a execução do objeto.

9.1.13. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Estado de Sergipe – BANESE, creditada em conta corrente do fornecedor.

9.1.14. Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.1.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TCE/SE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

TX = Percentual de taxa anual = 6%

I = (TX) / 365

I = (6/100) / 365

I = 0,00016438

9.1.16. É vedado a empresa contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes deste Termo de Referência.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei n. 14.133/2021)

10.1. Da Seleção do Fornecedor:

10.1.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realizada do procedimento de dispensa de licitação, em razão de valor, sem disputa, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta pelo menor preço global respeitando as quantidades do subitem 1.1.1 deste Termo de Referência.

10.1.2. É dever do prestador manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF.

10.1.3. A prestação de serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa e o Tribunal, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize subordinação direta.

10.1.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.1.5. Se o prestador for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o mesmo for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.1.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

10.1.7. O critério de julgamento da proposta é o de menor preço, conforme exposto no subitem 1.5 deste Termo.

10.2. Da Documentação Exigida para Habilitação:

10.2.1. Como condição prévia à análise da documentação de habilitação da empresa selecionada para a contratação, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação com a Administração Pública, mediante consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1.1. SICAF.

10.2.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

10.2.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/cnep).

10.2.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.2.1.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.2.1.6. Consulta de que não está impedido de licitar/contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, através do Relatório de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar.

10.2.1.7. Consulta de que não está impedido de licitar/contratar com o Estado de Sergipe, através do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CADFIMP), ou outro que venha substituir.

10.2.2. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 10.2.1.2., 10.2.1.3, 10.2.1.4 e 10.2.1.5., acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

10.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também do seu sócio(s) majoritário(s), por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.4. A empresa deverá comprovar o enquadramento da condição de microempresas e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada, se couber

10.3. Da Habilitação Jurídica:

10.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.3.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

10.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.7. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.3.8. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.3.9. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

10.3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, conforme inciso III, art. 68 da Lei 14.133/2021.

10.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.5. Da Qualificação Econômico-Financeira:

10.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10.6. Dos Documentos Complementares:

10.6.1. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1988.

10.6.2. Declaração de que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme Art. 96, inciso IV, do Decreto Estadual nº 342/2023.

10.6.3. Prova de autorização para funcionamento expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, nos termos da legislação aplicável ao mercado segurador.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021).

11.1. O valor total da contratação, objeto deste Termo de Referência, é de R$ 4.267,76 (quatro mil e duzentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), conforme valor disposto na tabela do subitem 1.1.1 deste Termo de Referência.

11.2. A justificativa da pesquisa de preço realizada consta demonstrada no Relatório de Pesquisa de Preço acostada ao protocolo deste processo de contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021).

12.1. A despesa orçamentária decorrente do serviço de seguro para aeronave remotamente pilotada (drone) de que trata o objeto deste Termo, no exercício vigente, com dotação suficiente para atender esta finalidade, correrá à conta da Natureza de Despesa: 33.90.39.00 – Outras Despesas Correntes, através da funcional programática – 1.02101.01.032.0038.0465 – Controle Legal da Administração Pública. Fonte de Recursos 1500.

12.2. As despesas para os exercícios subsequentes serão alocadas às dotações orçamentárias previstas para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe pela Lei Orçamentária Anual.

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (art. 6º XXIII, alínea "a")

13.1. O prazo de vigência do futuro contrato decorrente deste Termo vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, e sua eficácia se dará com a respectiva publicação no sítio eletrônico oficial, podendo ser rescindido unilateralmente, por conveniência da Administração ou por infração às disposições legais e contratuais.

13.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a empresa contratada.

14. DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES (art. 92, V, XI)

14.1. O valor a ser contratado poderá ser reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela empresa contratada, utilizando-se a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado no período;

14.2. Caso a legislação altere o prazo de reajuste ou o índice definido no item anterior, será adotado o que for definido pelo Governo Federal.

14.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da empresa contratada.

14.4. No caso de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o prazo para resposta será de 60 (sessenta) dias.

14.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6. A empresa contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a empresa que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato.

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação direta.

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação direta ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato.

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência.

15.2.2. Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor contratado, limitada a incidência a 10 (dez) dias, em razão do atraso injustificado na prestação de serviço do objeto do Contrato, ou descumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução parcial, suspensão ou interrupção do serviço contratado, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta estadual, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao TCE/SE (art. 156, §9º).

15.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.5. É admitida a reabilitação da empresa contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do disposto no artigo 163, da Lei 14.133/2021.

16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

16.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

16.2. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o TCE/SE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da Contratada pelo TCE/SE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

16.4. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

16.5. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

16.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica empresa contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

c) Indenizações e multas.

17. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

17.1. A empresa contratada**,** por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como com as demais normas e políticas de proteção de dados aplicáveis. No âmbito da execução contratual, caso haja tratamento de dados pessoais, a Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a proteção, confidencialidade, integridade e segurança dessas informações:

17.1.1. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções do TCE/SE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente ao TCE/SE, que terá o direito de extinguir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

17.1.2. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

17.1.3. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito do TCE/SE.

17.1.4. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade do TCE/SE assinaram Acordo de Confidencialidade com o Fornecedor, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços ao TCE/SE. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

17.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito do TCE/SE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

17.2.1. Caso a Contratada seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente o TCE/SE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

17.2.2. A empresa contratada deverá notificar o TCE/SE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:
a) qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pelo Fornecedor, seus funcionários, ou terceiros autorizados.
b) qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades do Fornecedor.

17.2.3. A Contratada será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao TCE/SE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pelo Fornecedor de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

18. DO REGIME DE EXECUÇÃO

18.1. Os serviços a serem contratados serão prestados por meio de regime de execução indireta, empreitada por preço global.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe poderá, a qualquer tempo, recusar a apólice de seguro ou instrumento equivalente apresentado pela empresa contratada, no todo ou em parte, sempre que não atender às condições estabelecidas neste Termo de Referência ou às exigências técnicas aplicáveis ao objeto da contratação.

(Vide data da assinatura eletrônica)

Cássio Andrade Dantas
Auditor de Controle Externo II- Área de Engenharia
Coordenador de Engenharia

ESTADO DE SERGIPE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

TCESE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

Quinta-feira, 30 de abril de 2026 - n. 3377

CONSELHEIROS

PRESIDENTE
Maria Angélica Guimarães Marinho

VICE-PRESIDENTE
Luiz Augusto Carvalho Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL
José Carlos Felizola Soares Filho

Ulisses de Andrade Filho - Ouvidoria
Flávio Conceição de Oliveira Neto
Susana Maria Fontes Azevedo Freitas
Luis Alberto Meneses

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Rafael Sousa Fonsêca
Francisco Evanildo de Carvalho
Alexandre Lessa Lima

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

PROCURADOR GERAL
Eduardo Santos Rolemberg Côrtes

PROCURADORES
João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello
Bricio Luis da Anunciação Melo

SUBPROCURADORES
Thiago Menezes Santana

DIRETORIA GERAL

Eleonaldo Soares Santos

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Fábio José da Silva

DIRETORIA TÉCNICA

Karina Angélica Freire Lucas

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS E SERVIÇOS

José Wilson de Souza

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO E MÍDIA

Hadam Torres Lima

DIRETORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA

Rodrigo Castelli

DIRETORIA JURÍDICA

Ana Stella Barreto Rollemberg Porto

1a. Câmara

Pautas

Pauta da Primeira Câmara

Presidência: Luiz Augusto Carvalho Ribeiro

10ª Sessão Ordinária, Aracaju, 5 de maio de 2026 às 9:00, Pauta nº 10

1.ABERTURA DA SESSÃO

1.1 Verificação de número legal;

1.2 Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior.

2. EXPEDIENTE

2.1 Leitura do expediente recebido e expedido;

2.2 Comunicações e Proposituras:

Portaria nº 616/2026 datada de 30 de abril 2026 - CONCEDER Licença para Tratamento da Própria Saúde, ao servidor JORGE LUIZ DA CUNHA, Auditor de Controle Externo II - Auditoria Governamental, por 15 (quinze) dias, no período de 24 de abril de 2026 a 08 de maio de 2026.

Portaria nº 617/2026 datada de 30 de abril 2026 - CONCEDER a comissionada CARINE DA SILVA MURICY CABRAL, Assessor Administrativo I de Gabinete da Presidência, símbolo CCE-12, 8 (oito) dias de Licença para Tratamento da Própria Saúde, no período de 27 de abril de 2026 a 04 de maio de 2026.

Portaria nº 618/2026 datada de 30 de abril 2026 - CONCEDER ao comissionado FILIPE CAVALCANTE D AVILA FONTES, Assessor III de Gabinete de Conselheiro, símbolo CCE-03B, 5 (cinco) dias de Licença para Tratamento da Própria Saúde, no período de 15 de abril de 2026 a 19 de abril de 2026.

Portaria nº 619/2026 datada de 30 de abril 2026 - CONCEDER ao servidor MAX MATOS HENRIQUES NASCIMENTO, Auditor de Controle Externo I - Auditoria Governamental, integrante do Quadro de Pessoal Efetivo deste Tribunal, Avanço Horizontal por Título (Cursos), passando da referência 15 para a referência 16, com vigência a partir de 22 de abril de 2026.

Diretoria Administrativa e Financeira

DAF

ESTADO DE SERGIPE

TRIBUNAL DE CONTAS

EXTRATO DE DISPENSA DELICITAÇÃO Nº 07/2026

PROTOCOLOTC nº: 001346/2026

CONTRATANTE:**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**

CNPJ:13.170.790/0001-03

OBJETO: Contratação de serviços de seguro para aeronave remotamente pilotada (DRONE DJI MAVIC 3), conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de preços da empresa.

MODALIDADE:CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE VALOR, SEM DISPUTA.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

FORNECEDOR: ALLSEG SEGURADORA S. A.

CNPJ:67.865.360/0001-27.

VALORTOTAL DA AQUISIÇÃO: R$ 4.267,76 (quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais, setenta e seis centavos).

NATUREZADE DESPESA: 33.90.39 – Outras Despesas Correntes.

PROJETOATIVIDADE: 02101.01.032.0038.0465 – Controle Legal da Administração Pública.

FONTEDE RECURSOS: 1500.

PARECERJURÍDICO: 279/2026, de 23/04/2026.

PARECERDO CONTROLE INTERNO:574/2026, de 24/04/2026.

Idcontratação PNCP: 13170790000103-1-000008/2026

Fonte:Compras.gov.br

Aracaju/SE, 30 de abril de 2026.

SAGRES - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade

Detalhes do Empenho

Exercício: 2026
Data da Última Sincronização: 02/09/2026 10:50:56

Unidade Gestora:	021011 - TCE	**Gestão:**	
Número do Empenho:	0000391	**Modalidade:**	
Data de Emissão:	06/05/2026	**Tipo de Despesa:**	
Licitação:	TC - 001346/2026	**Modalidade da Licitação:**	
Valor Empenhado:	R$4.267,76	**Valor Reforçado:**	R$0,00
Valor Anulado:	R$0,00	**Total Empenhado:**	R$4.267,76
Valor Liquidado:	R$4.267,76	**Valor a Liquidar:**	R$0,00
Saldo para Liquidação:	R$0,00	**Valor Prev Desembolso:**	R$0,00
Valor Pago:	R$4.267,76	**Valor Liquidado a Pagar:**	R$0,00
Valor a Pagar:	0,00	**Urgência:**	Não
Célula Orçamentária:			
Ficha Financeira:			
Elemento de Despesa:	33903900	**Convênio:**	
Credor:	67.865.360/0001-27		
1o Ordenador:			
2o Ordenador:			
Solicitação de Empenho:	407	**Data da Solicitação:**	
Usuário Solicitante:	440.032.505-91		
Observação da Solicitação:			
Data da Conformidade:	06/05/2026		
Usuário da Conformidade:	008.799.285-06		
Observação da Conformidade:			
Data da Geração:	06/05/2026		

SAGRES - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade

Detalhes do Empenho

Exercício: 2026
Data da Última Sincronização: 02/09/2026 10:50:56

Dados Gerais do Empenho

00001

ORDINARIO

NORMAL

DISPENSÁVEL

1.02101.01.032.0038.0465.0000.1500000000

2026.021011.00001.1500000000.33900000.1627 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÃO DIRETA

ALLSEG SEGURADORA S/A

06/05/2026

EVERALDO ANDRADE CALAZANS

SEGUROS FATOS GERADOR OCORRIDO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2026

MARIA DO CARMO DE MENDONCA MOTA

aprovada para empenho

EVERALDO ANDRADE CALAZANS

SAGRES - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade

Detalhes do Empenho

Exercício: 2026
Data da Última Sincronização: 02/09/2026 10:50:56

Usuário da Geração: 440.032.505-91

CEP: 49.081-020 ARACAJU - SE

Bairro:

Nro:

Logradouro:

Complemento:

Janeiro:	R$0,00	**Fevereiro:**	R$0,00	**Março:**	
Abril:	R$0,00	**Maio:**	R$4.267,76	**Junho:**	
Julho:	R$0,00	**Agosto:**	R$0,00	**Setembro:**	
Outubro:	R$0,00	**Novembro:**	R$0,00	**Dezembro:**	

SAGRES - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade

Detalhes do Empenho

Exercício: 2026
Data da Última Sincronização: 02/09/2026 10:50:56

Endereço de Entrega

AVENIDA CONSELHEIRO JOAO EVANGELISTA MACIEL PORTO

Cronograma de Desembolso

R$0,00
R$0,00
R$0,00
R$0,00

Itens do Empenho

Código	468133-9
Subelemento:	33903928
Descrição:	SERVICO DE SEGURO - SEGURO DE RESPONSABILIDADE DO EXPLORADOR OU TRANSPORTADOR AÉREO ? SEGURO RETA PARA A AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA, DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
Qtd. Máxima:	1,00
Qtd. Empenhada:	1,00
Unidade:	ANUAL
Preço Unitário:	R$420,0000
Preço Total:	R$420,00

Código	468134-7
Subelemento:	33903928
Descrição:	SERVICO DE SEGURO - SEGURO PATRIMONIAL PARA O CASCO DA AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA, DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
Qtd. Máxima:	1,00
Qtd. Empenhada:	1,00
Unidade:	ANUAL
Preço Unitário:	R$3.847,7600
Preço Total:	R$3.847,76

CONTRATO SOCIAL

ALLSEG SEGURADORA S/A
CNPJ nº 67.865.360/0001-27

AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS

NIRE 35.300.52583-3

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2021, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Avenida Angélica, nº 2.626, térreo, Consolação, Cidade e Estado de São Paulo.

Convocação e Publicações: Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença de Acionistas. O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram publicados nos jornais Diário Oficial da União e a Data Mercantil, na edição de 26 de fevereiro de 2021, respectivamente nas páginas 441 a 445, e 8 a 11.

Presenças: Acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença de Acionistas. Para os fins e efeitos do artigo 134, § 1º, da Lei nº 6.404/1976, registrou-se ainda a presença do Sr. Vicente de Paula Alves da Cunha, Diretor da Companhia; e do representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB

Mesa: Presidente: Pedro Pereira de Freitas; Secretário: Paulo de Oliveira Medeiros.

Deliberações: Após exame e discussão, os acionistas presentes, com abstenção dos legalmente impedidos, passaram à deliberação das matérias a serem tratadas. Os acionistas deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer emendas ou ressalvas:

Em Assembleia Geral Ordinária:

i) aprovar as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

ii) considerando que a Companhia obteve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, Lucro Líquido de R$ 3.640.348,79 (três milhões, seiscentos e quarenta mil reais, trezentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos) bem como o saldo positivo da Reserva de Reavaliação, no valor de R$ 255.335,14 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais, trezentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos), aprovar a proposta da Administração de que os resultados da Companhia sejam distribuídos da seguinte forma: a) R$ 182.017,44 (Cento e oitenta e dois mil, dezessete reais e quarenta e quatro centavos)para a conta de "Reserva de Lucros – Reserva Legal"; b) R$ 1.503.303,85 (Hum milhão, quinhentos e três mil, trezentos e três reais e oitenta e cinco centavos) para a conta de "Reserva de Lucros – Reserva Estatutária"; e c) R$ 1.990.490,62 (Hum milhão, novecentos e noventa mil, quatrocentos e noventa reais e sessenta e dois centavos) a título de Juros sobre o Capital Próprio, sendo o seu valor líquido de imposto de renda imputado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos do §7º, do artigo 9º, da Lei nº 9.249/1995. Nos termos do art. 202, § 3º, II da Lei nº. 6.404/1976, os acionistas deliberaram que não serão distribuídos dividendos no ano de 2021, referentes aos resultados de 2020. Os acionistas ratificam o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio realizado pela Companhia em 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

iii) aprovar a fixação do limite para a remuneração global mensal dos Administradores da Companhia para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021, em R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), sendo certo que a distribuição deste valor entre os Administradores deverá ser deliberada pela Diretoria Executiva da Companhia;

iv) aprovar a reeleição dos membros da Diretoria Executiva da Companhia: **(a) PEDRO PEREIRA DE FREITAS,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de identidade RG nº 9.518.050/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.438.099-72, residente na Alameda Jurucê, 185, CEP 06540-015, Santana de Parnaíba/SP, como Diretor Presidente, **(b) PAULO DE OLIVEIRA MEDEIROS,** brasileiro, divorciado, administrador de empresa, portador da Cédula de identidade RG nº 8.415.519-X/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 048.953.318-30, residente na Rua Engenheiro Teixeira Soares, nº 574, CEP 05505-030, São Paulo/SP, como Diretor sem designação específica, **(c) FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES,** brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da Cédula de identidade RG nº 5.179.082-8/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 538.818.188-04, residente na Rua Tupi, 634, apto 82, CEP 01233-000, São Paulo/SP, como Diretor sem designação específica, **(d) VICENTE DE PAULA ALVES DA CUNHA,** brasileiro, casado, contabilista, titular do documento de identidade nº 9.201, expedido pelo CRC-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.097.144-34, residente na Avenida Bernardo Vieira de Melo, 768 – Apto 1201, Piedade, CEP 54400-000, Jaboatão dos Guararapes/PE, como Diretor sem designação específica. Os membros da Diretoria Executiva, ora eleitos terão mandato até 31/03/2024 e deverão permanecer no cargo até a investidura de novo administrador. A posse dos membros da Diretoria dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro das atas da Diretoria Executiva da Companhia e a homologação deste ato pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Os membros ora eleitos para a Diretoria Executiva da Companhia declaram ainda não estarem incursos em nenhum crime que os impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Finalmente, os membros ora eleitos para a Diretoria

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Executiva da Companhia declaram preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial aqueles elencados pela Resolução 330/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP; e

(v) considerando a reeleição dos Diretores disposta no item acima, ficam distribuídas da seguinte forma as designações de Diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em observância às determinações da Carta-Circular nº 9/2014/SUSEP/CGRAT, de 28 de março de 2014 e da Carta-Circular nº. 1/2016/SUSEP/CGRAT, de 29 de fevereiro de 2016: **(a) Paulo de Oliveira Medeiros,** designado: (i) "Responsável Administrativo – Financeiro", (ii) "Responsável pelas relações com a SUSEP", (iii) "Responsável pelo Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade", (iv) "Responsável pelo Cumprimento das Obrigações Previstas na Resolução nº 143, de 2005 e (v) "Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente"; **(b) Vicente de Paula Alves da Cunha,** designado: (i) "Responsável Técnico (Circular Susep 234/03 e Resolução 321/15)", (ii) "Responsável pela Contratação de Correspondentes de Microsseguro e pelos Serviços por eles prestados", e (iii) "Responsável pela Contratação e Supervisão de Representantes de Seguros e pelos serviços por eles prestados", (iv) "Responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CNSP 383/2020. e **(c) Francisco de Assis Fernandes,** designado: (i) "Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP nº 445/12 e 612/20)"; (ii) "Responsável pelos Controles Internos"; e (iii) "Responsável pela Política Institucional de Conduta da Companhia, conforme disposto na Resolução CNSP nº. 382/2020".

Em Assembleia Geral Extraordinária:

i) aprovar a alteração das regras de representação da Companhia contidas no **Artigo Décimo Oitavo**, *caput* do Estatuto Social. Dessa maneira, o **Artigo Décimo Oitavo**, *caput* do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

redação: "**Artigo Décimo Oitavo:** Exceto se de outra forma prevista neste Estatuto Social, a representação da Companhia perante terceiros, inclusive a assinatura de quaisquer documentos que impliquem em obrigações e/ou direitos à Companhia, se dará por: **(i)** 02 (dois) Diretores em conjunto; **(ii)** 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído; **(iii)** 02 (dois) procuradores, indistintamente, com poderes específicos, em conjunto; ou **(iv)** por 01 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído, individualmente, para a prática dos seguintes atos: a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes; b) representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, e para acordos trabalhistas; c) representação da Companhia em juízo, ativa e passivamente; e d) representação da Companhia em processos licitatórios; ou (v) 01 (um) Diretor isoladamente, para a assinatura de contratos de seguros, apólices, endossos, aditivos, certificados de seguros, bilhetes de seguros e contratos de contragarantia em apólices de seguro garantia.

ii) aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, com as alterações ora deliberadas, na forma do Anexo I à presente Ata.

iii) considerando que estão pendentes de pagamento aos acionistas os dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 31 de julho de 2020, referentes ao ano de 2019, no valor de R$ 736.695,87 (setecentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), os acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, aprovam, por unanimidade, o cancelamento da referida declaração de dividendos e a reversão do referido crédito para a Reserva de Lucros da Companhia, sem que haja necessidade de sua distribuição entre os acionistas, nos termos do art. 202, § 3°, II da Lei n°. 6.404/1976.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Esclarecimentos: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei 6.404/1976. O Conselho Fiscal não foi instalado, tendo em vista a ausência de solicitação para o seu funcionamento neste exercício social.

Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Mesa:

Pedro Pereira de Freitas	Paulo de Oliveira Medeiros
Presidente	Secretário

ACIONISTAS:

Pedro Pereira de Freitas

Francisco de Assis Fernandes

Paulo de Oliveira Medeiros

JUCESP
16 DEZ 2021

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
598.704/21-8

JUCESP

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27 NIRE nº 35.300.52583-3

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo Primeiro: Sob a denominação **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS** fica constituída uma Sociedade Anônima que se regerá por este Estatuto e pela legislação vigente aplicável.

Artigo Segundo: A Sociedade tem seu foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e sede nesta, na Avenida Angélica, nº. 2626, térreo, Consolação, CEP: 01228-200.

Artigo Terceiro: A Sociedade tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, em todo o território nacional, conforme definido na legislação aplicável, podendo, ainda, participar em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, observadas as disposições legais pertinentes.

Artigo Quarto: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Artigo Quinto - O Capital Social é de R$ 32.278.198,53 (trinta e dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos), dividido e representado por 27.114.539 ações ordinárias nominativas, indivisíveis e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro: Cada ação nominativa corresponderá a um voto das deliberações tomadas em Assembleia Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Parágrafo Segundo: A Sociedade poderá emitir cautelas, certificados ou títulos múltiplos de Ações, os quais serão sempre assinados por dois Diretores, podendo o custo de sua substituição ser cobrado quando solicitada pelo acionista.

CAPÍTULO III
DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Artigo Sexto: A Assembleia Geral reunir-se-á em caráter ordinário até 31 de março de cada ano para:

1 – Examinar, discutir e votar para aprovação ou não, o Relatório dos Administradores e as demonstrações financeiras do exercício social;
2 – Deliberação sobre o resultado do exercício e a destinação de seu Lucro Líquido e a distribuição de dividendos;
3 – Eleger, se necessário, os Administradores e os Membros do Conselho Fiscal, quando for o caso, fixando-lhes a remuneração;
4 – Deliberar e aprovar a correção monetária do Capital Social e sua destinação

Artigo Sétimo: A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim o exigirem, observadas as disposições legais aplicáveis.

Artigo Oitavo: Compete a Assembleia Geral, convocada de acordo com a legislação aplicável em vigor e de acordo com este Estatuto, as atribuições que a lei lhe confere, e será presidida pelo Diretor Presidente, ou na sua falta, por outro acionista escolhido pela Assembleia que por sua vez convidará um dos presentes para Secretário da Mesa.

Artigo Nono: Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores legalmente constituídos.

Artigo Décimo: As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco e observada sempre as exceções e os impedimentos legais.

Artigo Décimo Primeiro: Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Artigo Décimo Segundo: A administração da Sociedade compete à Diretoria Executiva.

SEÇÃO I

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo Décimo Terceiro: A Diretoria executiva da Sociedade é composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo composta de um Diretor Presidente, dois Diretores Vice-Presidentes e os demais Diretores, sem denominação especial.

Artigo Décimo Quarto: Os Diretores serão investidos em seus cargos, independentemente de qualquer caução, mediante assinatura de Termo de Posse no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, após a homologação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, permanecendo em seus cargos, findo o prazo de mandato até que sejam empossados os novos Diretores eleitos.

Artigo Décimo Quinto: Em suas ausências e impedimentos, o Diretor Presidente será substituído em suas atribuições por qualquer dos Diretores Vice-Presidentes, ou na falta destes, pelos demais Diretores, conforme deliberação em Reunião de Diretoria acima, e os demais Diretores, em suas ausências ou impedimentos, serão substituídos em suas atribuições por quem o Diretor Presidente designar.

Décimo Sexto: Ao Diretor Presidente compete:

a) Dirigir os negócios da Sociedade, exercendo todos os poderes conferidos no Estatuto.
b) Representar a Sociedade, ativa e passivamente em Juízo ou fora dele;
c) Convocar as Assembleias Gerais de acionistas e presidi-las;
d) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
e) Indicar os substitutos dos Diretores, nos casos de ausências ou impedimento temporário.

Artigo Décimo Sétimo: A Diretoria tem as atribuições e os poderes que a Lei e o presente Estatuto lhe conferem para, através de qualquer de seus membros, assegurar o pleno e regular funcionamento da Sociedade e a realização de seu objeto social.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes. Francisco De Assis Fernandes. Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes. Francisco De Assis Fernandes. Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes. Francisco De Assis Fernandes. Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes. Francisco De Assis Fernandes. Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Artigo Décimo Oitavo: Artigo Décimo Oitavo: Exceto se de outra forma prevista neste Estatuto Social, a representação da Companhia perante terceiros, inclusive a assinatura de quaisquer documentos que impliquem em obrigações e/ou direitos à Companhia, se dará por: **(i)** 02 (dois) Diretores em conjunto; **(ii)** 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído; **(iii)** 02 (dois) procuradores, indistintamente, com poderes específicos, em conjunto; ou **(iv)** por 01 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído, individualmente, para a prática dos seguintes atos: a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes; b) representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, e para acordos trabalhistas; c) representação da Companhia em juízo, ativa e passivamente; e d) representação da Companhia em processos licitatórios; ou (v) 01 (um) Diretor isoladamente, para a assinatura de contratos de seguros, apólices, endossos, aditivos, certificados de seguros, bilhetes de seguros e contratos de contragarantia em apólices de seguro garantia.

Parágrafo Primeiro: As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura de 02 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, exceto as ad judicia, serão sempre por prazo determinado limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

Parágrafo Segundo: Não terão eficácia jurídica os atos praticados em desconformidade com os poderes expressos em procuração pública.

Parágrafo Terceiro: Para hipotecar, empenhorar, adquirir, vender, locar ou por qualquer outra forma em que venham ser alienados ou onerados os bens sociais em geral de qualquer natureza, sobretudo imóveis, bem como ainda para contrair empréstimos ou obrigações de natureza financeira, financiamentos, emitir, endossar, avalizar títulos de crédito, desde que estas operações não impliquem em atos de mero favor ou liberalidade nem tampouco violem a proibição do artigo 73, do decreto-lei 73/66, a Sociedade será sempre representada em conjunto pelo Diretor Presidente e mais um Diretor, ou ainda pelo Diretor Presidente em conjunto com um procurador.

Artigo Décimo Nono: Observados os limites de suas atribuições e poderes, ao Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor, é lícito constituir mandatários da Sociedade, devendo ser especificados nos respectivos instrumentos os atos, poderes ou operações que poderão ser praticados pelo outorgado e a duração do mandato, com exceção do judicial que poderá ser por prazo indeterminado. Entretanto, qualquer Diretor, individualmente, poderá constituir mandatário da Sociedade, com poderes específicos

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB

para representação da Sociedade perante entidades públicas para a realização de todo e qualquer ato relacionado à participação da Sociedade em procedimentos licitatórios, de qualquer modalidade.

Artigo Vigésimo: As reuniões de Diretoria realizar-se-ão com a presença da maioria de seus Membros, cujas decisões e resoluções tomadas por maioria de votos serão lavradas em livro próprio cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO FISCAL

Artigo Vigésimo Primeiro: O Conselho Fiscal será de funcionamento não permanente, sendo sua instalação deliberada pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, que preencham os requisitos legais, eleitos pela Assembleia Geral, devendo exercer o respectivo mandato até realização da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Segundo: O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições conferidas em Lei.

Parágrafo Terceiro: A remuneração dos Membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo Vigésimo Segundo: O Exercício Social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao levantamento das demonstrações financeiras do exercício as quais serão submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta da destinação do Lucro Líquido apurado no exercício.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Parágrafo único: A Sociedade levantará Balanços Semestrais e poderá proceder à distribuição de dividendos intermediários. observando os limites legais.

Artigo Vigésimo Terceiro: Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação ou constituição de reservas, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda.

Parágrafo Primeiro: Juntamente com as demonstrações financeira do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Parágrafo Segundo: Do lucro líquido do exercício, 05% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

Parágrafo Terceiro: Do saldo remanescente, se houver, antes de qualquer destinação, será distribuído o dividendo de que trata o artigo seguinte.

Artigo Vigésimo Quarto: Os acionistas têm direito, a receber dividendos, em cada exercício social, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro: O saldo que remanescer, após o atendimento do disposto neste artigo e no artigo anterior, terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral por proposta da Diretoria, inclusive atribuir uma participação aos Diretores no lucro da Companhia, a qual, entretanto, não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do lucro líquido da Sociedade, nem ultrapassar a remuneração anual dos referidos membros, prevalecendo o limite que for menor.

Parágrafo Segundo: A Diretoria fica autorizada em reunião própria, a declarar, por deliberação da maioria, dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço geral anual, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo vigésimo segundo deste Estatuto Social.

Artigo Vigésimo Quinto: O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB

CAPÍTULO VII
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo Vigésimo Sexto: A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos e formas previstas em Lei.

ACIONISTAS:

_____

Pedro Pereira de Freitas

_____

Francisco de Assis Fernandes

_____

Paulo de Oliveira Medeiros

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

Este documento foi assinado digitalmente por Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Francisco De Assis Fernandes, Paulo De Oliveira Medeiros e Pedro Pereira De Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F4EA-A70C-A0AD-56EB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F4EA-A70C-A0AD-56EB ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F4EA-A70C-A0AD-56EB

Hash do Documento

41521CE7426B4C008FF9A5C855FED454A4D65157FBCBE00949BA9256324B02DC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/12/2021 é(são) :

- FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES (Signatário) - 538.818.188-04 em 09/12/2021 16:27 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- PAULO DE OLIVEIRA MEDEIROS (Signatário) - 048.953.318-30 em 09/12/2021 16:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- PEDRO PEREIRA DE FREITAS (Signatário) - 002.438.099-72 em 09/12/2021 12:24 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

JUCESP PROTOCOLO 2.155.427/24-4

AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS

NIRE 35.300.52583-3

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora e Local: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Avenida Angélica, nº 2.626, térreo, Consolação, Cidade e Estado de São Paulo.

Convocação e Publicações: Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença dos Acionistas. O Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicados no jornal Data Mercantil, na edição Digital de 28 de fevereiro de 2024, respectivamente nas páginas 8, 9, 10 e 11.

Presenças: Acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença de Acionistas. Para os fins e efeitos do art. 134, § 1º, da Lei nº 6.404/1976, registrou-se ainda a presença do Sr. Vicente de Paula Alves da Cunha, Diretor da Companhia; Francisco de Assis Fernandes, Diretor da Companhia; e do representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Mesa: Presidente: Pedro Pereira de Freitas; Secretário: Paulo de Oliveira Medeiros.

Ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (I) discutir as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (II) discutir e aprovar a alocação de lucros e juros sobre capital próprio; (III) discutir sobre o limite para a remuneração global mensal dos Administradores da Companhia; (IV) reeleger os administradores da

Digitalizado com CamScanner

Companhia e designar os Diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (I) discutir e aprovar a alteração da denominação da Companhia; e (II) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Deliberações: Após exame e discussão, os acionistas presentes, com abstenção dos legalmente impedidos passaram à deliberação das matérias a serem tratadas. Os acionistas deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer emendas ou ressalvas:

Em Sede de Assembleia Geral Ordinária:

I) Aprovar as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes;

II) Considerando que a Companhia obteve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido no valor de R$ 18.341.807,64 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e sete reais e sessenta e quatro centavos), e saldo positivo da Reserva de Reavaliação, no valor de R$ 191.501,74 (cento e noventa e um mil, quinhentos e um reais e setenta e quatro centavos), aprovar a proposta da Administração de que os resultados da Companhia sejam distribuídos da seguinte forma: a) R$ 917.090,38 (novecentos e dezessete mil, noventa reais e trinta e oito centavos) para a conta de "Reserva de Lucros – Reserva Legal"; b) R$ 14.288.294,25 (quatorze milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos) para a conta de "Reserva de Lucros – Reserva Estatutária"; e c) R$ 3.171.886,13 (três milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais e treze centavos) a título de Juros sobre o Capital Próprio, sendo o seu valor líquido de imposto de renda imputado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos do § 7º, do art. 9º, da Lei nº 9.249/1995. Nos termos do art. 202, § 3º, II da Lei nº 6.404/1976, os acionistas deliberaram que não serão distribuídos dividendos no ano de 2024, referentes ao resultado de 2023. Os acionistas ratificam o pagamento mensal dos Juros sobre o Capital Próprio realizado pela Companhia no ano de 2023.

III) Aprovar a fixação do limite para a remuneração global mensal dos Administradores da Companhia para o exercício fiscal a ser terminado em 31 de dezembro de 2024, em R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) sendo que a distribuição deste valor entre os Administradores deverá ser deliberada pela Diretoria Executiva da Companhia;

Digitalizado com CamScanner

IV) Aprovar a reeleição dos seguintes membros da Diretoria Executiva da Companhia: **(a) PEDRO PEREIRA DE FREITAS**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.518.050/SSP, inscrito no CPF sob o nº 002.438.099-72, residente e domiciliado na Alameda Jurucê, nº 185, CEP 06540-015, Santana de Parnaíba/SP, como Diretor Presidente; **(b) PAULO DE OLIVEIRA MEDEIROS**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.415.519-X/SSP, inscrito no CPF sob o nº 048.953.318-30, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Teixeira Soares, nº 574, CEP 05505-030, São Paulo/SP, como Diretor Sem Designação Específica; **(c) FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.179.082-8/SSP, inscrito no CPF sob o nº 538.818.188-04, residente na Rua Tupi, nº 634, apto. 82, CEP 01233-000, São Paulo/SP, como Diretor Sem Designação Específica. Os membros da Diretoria Executiva, ora eleitos, terão mandato até 31/03/2027 e deverão permanecer no cargo até a investidura de novos Diretores. A posse dos membros da Diretoria dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro das atas da Diretoria Executiva da Companhia e a homologação deste ato pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conforme estabelecido na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Os membros eleitos declaram, ainda, não estarem incursos em nenhum crime que os impeçam de desempenhar atividade mercantil e, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da Lei. Os membros eleitos para a Diretoria Executiva da Companhia, declaram preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial aqueles elencados pela Resolução 441/2022, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP; bem como declaram que assinaram os respectivos Termos de Posse, nos quais ratificam que não estão impedidos por lei especial ou pela prática de quaisquer crimes para exercício do cargo;

Findo o mandato do Sr. **VICENTE DE PAULA ALVES DA CUNHA**, brasileiro, casado, contabilista, titular do documento de identidade nº 9,201, expedido pelo CRC-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.097.144-34, residente e domiciliado na Avenida Bernardo Vieira de Melo, nº 768 – Apto. 1.201, Piedade, CEP 54400-000, Jaboatão dos Guararapes/PE, a Diretoria Executiva decide por sua desvinculação como membro da Diretoria Executiva, com eficácia a partir da finalização da presente e, agradecendo ao referido acionista pelo tempo de exímia contribuição e dedicação à esta Sociedade, e;

Por fim, estabelecer as designações de Diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em observância às determinações da Carta-Circular nº 9/2014/SUSEP/CGRAT, de 28 de março de 2014 e da Carta-Circular nº. 1/2016/SUSEP/CGRAT, de 29

Digitalizado com CamScanner

de fevereiro de 2016, da seguinte forma: **a) Paulo de Oliveira Medeiros**, designado: (I) "Responsável Administrativo – Financeiro", Circular Susep 234/03; (II) "Responsável pelas relações com a SUSEP", (III) "Responsável pelo Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade", Circular Susep 234/03 (IV); (V) "Responsável Técnico (Circular Susep 234/03 e Resolução CNSP 432/2021)", (VI) "Responsável pela Contratação de Correspondentes de Microsseguro e pelos Serviços por eles prestados", (VII) "Responsável pela Contratação e Supervisão de Representantes de Seguros e pelos serviços por eles prestados", Resolução CNSP 431/21; (VIII) "Responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CNSP 383/2020; e **b) Francisco de Assis Fernandes**, designado: (I) "Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 12.683/22 (Circulares SUSEP nº 612/2020)"; (II) "Responsável pelos Controles Internos", Resolução CNSP 416/21; e (III) "Responsável pela Política Institucional de Conduta da Companhia, conforme disposto na Resolução CNSP nº. 382/2020".

Em Sede de Assembleia Geral Extraordinária:

I) Aprovar a alteração da denominação da Companhia contida no Artigo Primeiro, *caput* do Estatuto Social. Desta forma, o Artigo Primeiro, *caput* do Estatuto Social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo Primeiro:** Sob a denominação **ALLSEG SEGURADORA S/A**, fica constituída uma Sociedade Anônima que se regerá por este Estatuto e pela legislação vigente aplicável."

II) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, com as alterações ora deliberadas, na forma do Anexo I à presente Ata.

Esclarecimentos: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei 6.404/1976. O Conselho Fiscal não foi instalado, tendo em vista a ausência de solicitação para o seu funcionamento neste exercício social.

Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

MESA:

Pedro Pereira de Freitas – Presidente

Paulo de Oliveira Medeiros – Secretário

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 300.309/24-7
MARIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP 09 AGO 2024 SEDE

Digitalizado com CamScanner

ACIONISTAS/DIRETORES EXECUTIVOS REELEITOS

Pedro Pereira de Freitas

Paulo de Oliveira Medeiros

Francisco de Assis Fernandes

DIRETOR EXECUTIVO CUJO MANDATO FINDOU EM 31.03.2024

Vicente de Paula Alves da Cunha

Digitalizado com CamScanner

ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

ALLSEG SEGURADORA S/A

NIRE 35.300.52583-3

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo Primeiro: Sob a denominação de Allseg Seguradora S/A, fica constituída uma Sociedade Anônima que se regerá por este Estatuto e pela legislação vigente aplicável.

Artigo Segundo: A Sociedade tem seu foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e sede nesta, na Avenida Angélica, n° 2626, térreo, Consolação, CEP: 01228- 200.

Artigo Terceiro: A Sociedade tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, em todo o território nacional, conforme definido na legislação aplicável, podendo, ainda, participar em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, observadas as disposições legais pertinentes.

Artigo Quarto: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Artigo Quinto: O capital Social é de R$ 32.278.198,53 (trinta e dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos), divido e representado por 27.114.539 ações ordinárias nominativas, indivisíveis e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro: Cada ação nominativa corresponderá a um voto das deliberações tomadas em Assembleia Geral.

Digitalizado com CamScanner

Parágrafo Segundo: A Sociedade poderá emitir cautelas, certificados ou títulos múltiplos de Ações, os quais serão sempre assinados por dois Diretores, podendo o custo de sua substituição ser cobrado quando solicitada pelo acionista.

CAPÍTULO III
DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo Sexto: A Assembleia Geral reunir-se-á em caráter ordinário até 31 de março de cada ano para:

1 – Examinar, discutir e votar para aprovação ou não, o Relatório dos Administradores e as demonstrações financeiras do exercício social;
2 – Deliberação sobre o resultado do exercício e a destinação de seu Lucro Líquido e a distribuição de dividendos;
3 – Eleger, se necessário, os Administradores e os Membros do Conselho Fiscal, quando for o caso, fixando-lhes a remuneração;
4 – Deliberar e aprovar a correção monetária do Capital Social e sua destinação.

Artigo Sétimo: A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim o exigirem, observadas as disposições legais aplicáveis.

Artigo Oitavo: Compete a Assembleia Geral, convocada de acordo com a legislação aplicável em vigor e de acordo com este Estatuto, as atribuições que a Lei lhe confere, e será presidida pelo Diretor Presidente, ou na sua falta, por outro acionista escolhido pela Assembleia, que por sua vez, convidará um dos presentes para Secretário da Mesa.

Artigo Nono: Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores legalmente constituídos.

Artigo Décimo: As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco e observada sempre as exceções e os impedimentos legais.

Artigo Décimo Primeiro: Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo Décimo Segundo: A administração da Sociedade compete à Diretoria Executiva.

SEÇÃO I

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Digitalizado com CamScanner

Artigo Décimo Terceiro: A Diretoria Executiva da Sociedade é composta de no mínimo 02 (dois) e no máximo 07 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo composta de um Diretor Presidente, dois Diretores Vice-Presidentes e os demais Diretores, sem denominação especial.

Artigo Décimo Quarto: Os Diretores serão investidos em seus cargos, independentemente de qualquer caução, mediante assinatura de Termo de Posse no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, após a homologação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, permanecendo em seus cargos, findo o prazo de mandato até que sejam empossados os novos Diretores eleitos.

Artigo Décimo Quinto: Em suas ausências e impedimentos, o Diretor Presidente será substituído em suas atribuições por qualquer dos Diretores Vice-Presidentes, ou na falta destes, pelos demais Diretores, conforme deliberação em Reunião de Diretoria acima, e os demais Diretores, em suas ausências ou impedimentos, serão substituídos em suas atribuições por quem o Diretor Presidente designar.

Artigo Décimo Sexto: Ao Diretor Presidente compete:

a) Dirigir os negócios da Sociedade, exercendo todos os poderes conferidos no Estatuto;
b) Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;
c) Convocar as Assembleias Gerais de acionistas e presidi-las;
d) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
e) Indicar os substitutos dos Diretores, nos casos de ausências ou impedimento temporário.

Artigo Décimo Sétimo: A Diretoria tem as atribuições e os poderes que a Lei e o presente Estatuto lhe conferem para, através de qualquer de seus membros, assegurar o pleno e regular funcionamento da Sociedade e a realização de seu objeto social.

Artigo Décimo Oitavo: Exceto se de outra forma prevista neste Estatuto Social, a representação da Companhia perante terceiros, inclusive a assinatura de quaisquer documentos que impliquem em obrigações e/ou direitos à Companhia, se dará por: (i) 02 (dois) Diretores em conjunto; (ii) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído; (iii) 02 (dois) procuradores, indistintamente, com poderes específicos, em conjunto; ou (iv) por 01 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído, individualmente, para a prática dos seguintes atos: a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes; (b) representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, e para acordos trabalhistas; c) representação da Companhia em juízo, ativa e passivamente; e d) representação da Companhia em processos licitatórios; ou (v) 01 Diretor isoladamente, para a assinatura de contratos de seguros, apólices, endossos, aditivos, certificados de seguros, bilhetes de seguros e contratos de contragarantia em apólices de seguro garantia.

Digitalizado com CamScanner

Parágrafo Primeiro: As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura de 02 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, exceto as *ad judicia*, serão sempre por prazo determinado limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

Parágrafo Segundo: Não terá eficácia jurídica os atos praticados em desconformidade com os poderes expressos em procuração pública.

Parágrafo Terceiro: Para hipotecar, empenhorar, adquirir, vender, locar ou por qualquer outra forma em que venham a ser alienados ou onerados os bens sociais em geral de qualquer natureza, sobretudo imóveis, bem como, ainda, para contrair empréstimos ou obrigações de natureza financeira, financiamentos, emitir, endossar, avalizar títulos de crédito, desde que estas operações não impliquem em atos de mero favor ou liberalidade, nem tampouco violem a proibição do artigo 73, do decreto-lei 73/66, a Sociedade será sempre representada em conjunto pelo Diretor Presidente e mais um Diretor, ou ainda, pelo Diretor Presidente em conjunto com um procurador.

Artigo Décimo Nono: Observados os limites de suas atribuições e poderes, ao Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor, é lícito constituir mandatários da Sociedade, devendo ser especificados nos respectivos instrumentos os atos, poderes ou operações que poderão ser praticados pelo outorgado e a duração do mandato, com exceção do judicial que poderá ser por prazo indeterminado. Entretanto, qualquer Diretor, individualmente, poderá constituir mandatário da Sociedade, com poderes específicos para representação da Sociedade perante entidades públicas para a realização de todo e qualquer ato relacionado à participação da Sociedade em procedimentos licitatórios, de qualquer modalidade.

Artigo Vigésimo: As reuniões de Diretoria realizar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, cujas decisões e resoluções tomadas por maioria de votos serão lavradas em livro próprio cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO FISCAL

Artigo Vigésimo Primeiro: O Conselho Fiscal será de funcionamento não permanente, sendo sua instalação deliberada pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, que preencham os requisitos legais, eleitos pela Assembleia Geral, devendo exercer o respectivo mandato até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo ser reeleitos.

Digitalizado com CamScanner

Parágrafo Segundo: O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá suas atribuições conferidas em Lei.

Parágrafo Terceiro: A remuneração dos Membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL – DEMOSNTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo Vigésimo Segundo: O Exercício Social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao levantamento das demonstrações financeiras do exercício as quais serão submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta da destinação do Lucro Líquido apurado no exercício.

Parágrafo Único: A Sociedade levantará Balanços Semestrais e poderá proceder à distribuição de dividendos intermediários, observando os limites legais.

Artigo Vigésimo Terceiro: Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação ou constituição de reservas, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda.

Parágrafo Primeiro: Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Parágrafo Segundo: Do lucro líquido do exercício, 05% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

Parágrafo Terceiro: Do saldo remanescente, se houver, antes de qualquer destinação, será distribuído o dividendo de que trata o artigo seguinte.

Artigo Vigésimo Quarto: Os acionistas têm direito, a receber dividendos, em cada exercício social, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro: O saldo que remanescer, após o atendimento do disposto neste artigo e no artigo anterior, terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral por proposta da Diretoria, inclusive atribuir uma participação aos Diretores no lucro da Companhia, a qual, entretanto, não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do lucro líquido da Sociedade, nem ultrapassar a remuneração anual dos referidos membros, prevalecendo o limite que for menor.

Parágrafo Segundo: A Diretoria fica autorizada em reunião própria, a declarar, por deliberação da maioria, dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros

Digitalizado com CamScanner

existentes no último balanço geral anual, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo vigésimo segundo deste Estatuto Social.

Artigo Vigésimo Quinto: O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado.

CAPÍTULO VII
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo Vigésimo Sexto: A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos e formas previstos em Lei.

ACIONISTAS

Pedro Pereira de Freitas

Francisco de Assis Fernandes

Paulo de Oliveira Medeiros

Digitalizado com CamScanner

ANEXO II À ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

ALLSEG SEGURADORA S/A

NIRE 35.300.52583-3

CNPJ/ME nº 67.865.360/0001-27

TERMO DE POSSE

PEDRO PEREIRA DE FREITAS, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.518.050/SSP, inscrito no CPF sob o nº 002.438.099-72, residente e domiciliado na Alameda Jurucê, nº 185, CEP 06540-015, Santana de Parnaíba/SP, eleito como membro da Diretoria Executiva, na qualidade de Diretor Presidente, da Allseg Seguradora S/A na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março de 2024, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404 de 1976, para exercício do mandato com início nesta data e término no dia 31 de março de 2027. O Diretor ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da Lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda, que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

São Paulo, 28 de março de 2024.

PEDRO PEREIRA DE FREITAS

CPF Nº 002.438.099-72

Digitalizado com CamScanner

ANEXO III À ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

ALLSEG SEGURADORA S/A

NIRE 35.300.52583-3

CNPJ/ME nº 67.865.360/0001-27

TERMO DE POSSE

PAULO DE OLIVEIRA MEDEIROS, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.415.519-X/SSP, inscrito no CPF sob o nº 048.953.318-30, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Teixeira Soares, nº 574, CEP 05505-030, São Paulo/SP, eleito como membro da Diretoria Executiva, na qualidade de Diretor Sem Designação Específica, da Allseg Seguradora S/A na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março de 2024, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404 de 1976, para exercício do mandato com início nesta data e término no dia 31 de março de 2027. O Diretor ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da Lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda, que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

São Paulo, 28 de março de 2024.

PAULO DE OLIVEIRA MEDEIROS

CPF Nº 048.953.318-30

Digitalizado com CamScanner

ANEXO IV À ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

ALLSEG SEGURADORA S/A

NIRE 35.300.52583-3

CNPJ/ME nº 67.865.360/0001-27

TERMO DE POSSE

FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.179.082-8/SSP, inscrito no CPF sob o nº 538.818.188-04, residente na Rua Tupi, nº 634, apto. 82, CEP 01233-000, São Paulo/SP, eleito como membro da Diretoria Executiva, na qualidade de Diretor Sem Designação Específica, da Allseg Seguradora S/A na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março de 2024, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404 de 1976, para exercício do mandato com início nesta data e término no dia 31 de março de 2027. O Diretor ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da Lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda, que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

São Paulo, 28 de março de 2024.

FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES

CPF Nº 538.818.188-04

Digitalizado com CamScanner

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 2096, DE 18 DE JULHO DE 2024

A COORDENADORA-GERAL SUBSTITUTA DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base nos incisos I e V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.615877/2024-91,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 67.865.360/0001-27, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 28 de março de 2024:

I - eleição de administradores;

II - alteração da denominação social para ALLSEG SEGURADORA S.A.; e

III - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por **LIVIA PONTES DE MIRANDA BOMFIM (MATRÍCULA 1818274), Coordenador-Geral Substituto**, em 18/07/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com o art. 6º do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2076637** e o código CRC **652A31E7**.

Digitalizado com CamScanner

JUCESP PROTOCOLO
0.757.725/23-5

CONVÊNIO
ACSP-100

AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS

NIRE 35.300.52583-3

CNPJ/ME nº 67.865.360/0001-27

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2023

Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2023, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Avenida Angélica, nº 2626, térreo, Consolação, Cidade e Estado de São Paulo.

Convocação e Publicações: Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença dos Acionistas. O Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram publicados no jornal Data Mercantil, na edição Digital – Ano 3, respectivamente nas páginas 6, 7, 8 e 9.

Presenças: Acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença de Acionistas. Para os fins e efeitos do art. 134, § 1º, da Lei nº 6.404/1976, registrou-se ainda a presença do Sr. Vicente de Paula Alves da Cunha, Diretor da Companhia e, do representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Mesa: Presidente: Pedro Pereira de Freitas; Secretário: Paulo de Oliveira Medeiros.

Deliberações: Após exame e discussão, os acionistas presentes, com abstenção dos legalmente impedidos passaram à deliberação das matérias a serem tratadas. Os acionistas deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer emendas ou ressalvas:

Em Assembleia Geral Ordinária:

I) Aprovar as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

II) Considerando que a Companhia obteve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, lucro líquido no valor de R$ 6.830.945,73 (seis milhões, oitocentos e trinta mil, novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos), e saldo positivo da Reserva de Reavaliação, no valor de R$ 212.779,54 (duzentos e doze mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), aprovar a proposta da Administração de que os resultados da Companhia sejam distribuídos da seguinte forma: a) R$ 341.547,29 (trezentos e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) para a conta de "Reserva de Lucros – Reserva Legal"; b) R$ 3.747.808,95 (três milhões, setecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) para a conta de "Reserva de Lucros – Reserva Estatutária"; e c) R$ 2.777.052,61 (dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos) a título de Juros sobre o Capital Próprio, sendo o seu valor líquido de imposto de renda imputado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos do § 7º, do art. 9º, da Lei nº 9.249/1995. Nos termos do art. 202, § 3º, II da Lei nº 6.404/1976, os acionistas deliberaram que não serão distribuídos dividendos no ano de 2023, referentes ao resultado de 2022. Os acionistas ratificam o pagamento mensal dos Juros sobre o Capital Próprio realizado pela Companhia no ano de 2022.

III) Aprovar a fixação do limite para a remuneração global mensal dos Administradores da Companhia para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2023, em R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) sendo certo que a distribuição deste Valor entre os Administradores deverá ser deliberada pela Diretoria Executiva da Companhia;

IV) Ratificar as atuais designações de Diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em observância às determinações da Carta-Circular nº 9/2014/SUSEP/CGRAT, de 28 de março de 2014, da seguinte forma: a) Paulo de Oliveira Medeiros, designado: (i) "Responsável

Administrativo – Financeiro", (ii) "Responsável pelas relações com a SUSEP", (iii) "Responsável pelo Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade" e (iv) "Responsável pelo Cumprimento das Obrigações Previstas na Resolução nº 143, de 2005; b) Vicente de Paula Alves da Cunha, designado: (i) "Responsável Técnico (Circular Susep 234/03 e Resolução 321/15)", (ii) "Responsável pela Contratação de Correspondentes de Microsseguro e pelos Serviços por eles prestados", e (iii) "Responsável pela Contratação e Supervisão de Representantes de Seguros e pelos serviços por eles prestados", (iv) "Responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CNSP 383/2020. e c) Francisco de Assis Fernandes, designado: (i) "Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP nº 243/03 e 445/12)"; (ii) "Responsável pelos Controles Internos"; e (iii) "Responsável pela Política Institucional de Conduta da Companhia, conforme disposto na Resolução CNSP nº. 382/2020".

Esclarecimentos: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei 6.404/1976. O Conselho Fiscal não foi instalado, tendo em vista a ausência de solicitação para o seu funcionamento neste exercício social.

Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

MESA:

Pedro Pereira de Freitas – Diretor Presidente

Paulo de Oliveira Medeiros - Secretário

ACIONISTAS:

Pedro Pereira de Freitas – Diretor Presidente

Paulo de Oliveira Medeiros – Diretor

Francisco de Assis Fernandes – Diretor

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
175.219/23-0

JUCESP 01
09 MAI 2023
SEDE

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/07/2024 | Edição: 138 | Seção: 1 | Página: 27

Órgão: Ministério da Fazenda/Superintendência de Seguros Privados/Diretoria de Organização de Mercado e Regulação de Conduta/Coordenação-Geral de Regimes Especiais, Autorizações e Julgamentos

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 2.096, DE 18 DE JULHO DE 2024

A COORDENADORA-GERAL SUBSTITUTA DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base nos incisos I e V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.615877/2024-91, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 67.865.360/0001-27, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 28 de março de 2024:

I-eleição de administradores;

II-alteração da denominação social para ALLSEG SEGURADORA S.A.; e

III-reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LIVIA PONTES DE MIRANDA BOMFIM

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



DATA MERCANTIL
Edição Digital • Ano 4 • São Paulo, 13 de agosto de 2024

American Life Companhia de Seguros

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27 – NIRE 35.300.52583-3

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Hora e Local: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Avenida Angélica, nº 2.626, térreo, Consolação, Cidade e Estado de São Paulo. **Convocação e Publicações:** Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença dos Acionistas. O Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicados no jornal Data Mercantil, na edição Digital de 28 de fevereiro de 2024, respectivamente nas páginas 8, 9, 10 e 11. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença de Acionistas. Para os fins e efeitos do art. 134, § 1º, da Lei nº 6.404/1976, registrou-se ainda a presença do Sr. Vicente de Paula Alves da Cunha, Diretor da Companhia; Francisco de Assis Fernandes, Diretor da Companhia; e do representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **Mesa:** Presidente: Pedro Pereira de Freitas; Secretário: Paulo de Oliveira Medeiros. **Ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária**: **(I)** discutir as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; **(II)** discutir e aprovar a alocação de lucros e juros sobre capital próprio; **(III)** discutir sobre o limite para a remuneração global mensal dos Administradores da Companhia; **(IV)** reeleger os administradores da Companhia e designar os Diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária**: **(I)** discutir e aprovar a alteração da denominação da Companhia; e **(II)** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Após exame e discussão, os acionistas presentes, com abstenção dos legalmente impedidos passaram à deliberação das matérias a serem tratadas. Os acionistas deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: I)** Aprovar as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; **II)** Considerando que a Companhia obteve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido no valor de R$ 18.341.807,64 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e sete reais e sessenta e quatro centavos), e saldo positivo da Reserva de Reavaliação, no valor de R$ 191.501,74 (cento e noventa e um mil, quinhentos e um reais e setenta e quatro centavos), aprovar a proposta da Administração de que os resultados da Companhia sejam distribuídos da seguinte forma: a) R$ 917.090,38 (novecentos e dezessete mil, noventa reais e trinta e oito centavos) para a conta de "Reserva de Lucros – Reserva Legal"; b) R$ 14.288.294,25 (quatorze milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos) para a conta de "Reserva de Lucros – Reserva Estatutária"; e c) R$ 3.171.886,13 (três milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais e treze centavos) a título de Juros sobre o Capital Próprio, sendo o seu valor líquido de imposto de renda imputado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos do § 7º, do art. 9º, da Lei nº 9.249/1995. Nos termos do art. 202, § 3º, II da Lei nº 6.404/1976, os acionistas deliberaram que não serão distribuídos dividendos no ano de 2024, referentes ao resultado de 2023. Os acionistas ratificam o pagamento mensal dos Juros sobre o Capital Próprio realizado pela Companhia no ano de 2023. **III)** Aprovar a fixação do limite para a remuneração global mensal dos Administradores da Companhia para o exercício fiscal a ser terminado em 31 de dezembro de 2024, em R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) sendo que a distribuição deste valor entre os Administradores deverá ser deliberada pela Diretoria Executiva da Companhia; **IV)** Aprovar a reeleição dos seguintes membros da Diretoria Executiva da Companhia: **(a) Pedro Pereira de Freitas**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.518.050/SSP, inscrito no CPF sob o nº 002.438.099-72, residente e domiciliado na Alameda Jurucê, nº 185, CEP 06540-015, Santana de Parnaíba/SP, como Diretor Presidente; **(b) Paulo de Oliveira Medeiros**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.415.519-X/SSP, inscrito no CPF sob o nº 048.953.318-30, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Teixeira Soares, nº 574, CEP 05505-030, São Paulo/SP, como Diretor Sem Designação Específica; **(c) Francisco de Assis Fernandes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.179.082-8/SSP, inscrito no CPF sob o nº 538.818.188-04, residente na Rua Tupi, nº 634, apto. 82, CEP 01233-000, São Paulo/SP, como Diretor Sem Designação Específica. Os membros da Diretoria Executiva, ora eleitos, terão mandato até 31/03/2027 e deverão permanecer no cargo até a investidura de novos Diretores. A posse dos membros da Diretoria dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro das atas da Diretoria Executiva da Companhia e a homologação deste ato pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conforme estabelecido na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Os membros eleitos declaram, ainda, não estarem incursos em nenhum crime que os impecam de desempenhar atividade mercantil e, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da Lei. Os membros eleitos para a Diretoria Executiva da Companhia, declaram preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial aqueles elencados pela Resolução 441/2022, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP; bem como declaram que assinaram os respectivos Termos de Posse, nos quais ratificam que não estão impedidos por lei especial ou pela prática de quaisquer crimes para exercício do cargo; Findo o mandato do Sr. **Vicente de Paula Alves da Cunha**, brasileiro, casado, contabilista, titular do documento de identidade nº 9.201, expedido pelo CRC-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.097.144-34, residente e domiciliado na Avenida Bernardo Vieira de Melo, nº 768 – Apto. 1.201, Piedade, CEP 54400-000, Jaboatão dos Guararapes/PE, a Diretoria Executiva decide por sua desvinculação como membro da Diretoria Executiva, com eficácia a partir da finalização da presente e, agradecendo ao referido acionista pelo tempo de exímia contribuição e dedicação à esta Sociedade, e; Por fim, estabelecer as designações de Diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em observância às determinações da Carta-Circular nº 9/2014/SUSEP/CGRAT, de 28 de março de 2014 e da Carta-Circular nº 1/2016/SUSEP/CGRAT, de 29 de fevereiro de 2016, da seguinte forma: **a) Paulo de Oliveira Medeiros**, designado: (I) "Responsável Administrativo – Financeiro", Circular Susep 234/03; (II) "Responsável pelas relações com a SUSEP", (III) "Responsável pelo Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade". Circular Susep 234/03 (IV); (V) "Responsável Técnico (Circular Susep 234/03 e Resolução CNSP 432/2021)", (VI) "Responsável pela Contratação de Correspondentes de Microsseguro e pelos Servicos por eles prestados", (VII) "Responsável pela Contratação e Supervisão de Representantes de Seguros e pelos servicos por eles prestados", Resolução CNSP 431/21; (VIII) "Responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CNSP 383/2020; e b) **Francisco de Assis Fernandes**, designado: (I) "Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 12.683/22 (Circulares SUSEP nº 612/2020)"; (II) "Responsável pelos Controles Internos", Resolução CNSP 416/21; e (III) "Responsável pela Política Institucional de Conduta da Companhia, conforme disposto na Resolução CNSP nº 382/2020". **Em Sede de Assembleia Geral Extraordinária: I)** Aprovar a alteração da denominação da Companhia contida no Artigo Primeiro, *caput* do Estatuto Social. Desta forma, o Artigo Primeiro, *caput* do Estatuto Social da Companhia, passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo Primeiro:** Sob a denominação **Allseg Seguradora S/A,** fica constituída uma Sociedade Anônima que se regerá por este Estatuto e pela legislação vigente aplicável." **II)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, com as alterações ora deliberadas, na forma do Anexo I à presente Ata. **Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei 6.404/1976. O Conselho Fiscal não foi instalado, tendo em vista a ausência de solicitação para o seu funcionamento neste exercício social. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Pedro Pereira de Freitas – Presidente; Paulo de Oliveira Medeiros – Secretário. **Acionistas/diretores Executivos Reeleitos:** Pedro Pereira de Freitas; Paulo de Oliveira Medeiros; Francisco de Assis Fernandes. **Diretor Executivo cujo mandato findou em 31.03.2024:** Vicente de Paula Alves da Cunha. **Anexo I a Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2024. Allseg Seguradora S/A** NIRE 35.300.52583-3 CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27. **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Prazo de Duração. Artigo Primeiro.** Sob a denominação de Allseg Seguradora S/A, fica constituída uma Sociedade Anônima que se regerá por este Estatuto e pela legislação vigente aplicável. **Artigo Segundo.** A Sociedade tem seu foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e sede nesta, na Avenida Angélica, nº 2626, térreo, Consolação, CEP: 01228- 200. **Artigo Terceiro.** A Sociedade tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, em todo o território nacional, conforme definido na legislação aplicável, podendo, ainda, participar em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, observadas as disposições legais pertinentes. **Artigo Quarto.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital e das Ações. Artigo Quinto.** O capital Social é de R$ 32.278.198,53 (trinta e dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos), divido e representado por 27.114.539 ações ordinárias nominativas, indivisíveis e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** Cada ação nominativa corresponderá a um voto das deliberações tomadas em Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** A Sociedade poderá emitir cautelas, certificados ou títulos múltiplos de Ações, os quais serão sempre assinados por dois Diretores, podendo o custo de sua substituição ser cobrado quando solicitada pelo acionista. **Capítulo III – Das Assembleias Gerais. Artigo Sexto.** A Assembleia Geral reunir-se-á em caráter ordinário até 31 de março de cada ano para: 1 – Examinar, discutir e votar para aprovação ou não, o Relatório dos Administradores e as demonstrações financeiras do exercício social; 2 – Deliberação sobre o resultado do exercício e a destinação de seu Lucro Líquido e a distribuição de dividendos; 3 – Eleger, se necessário, os Administradores e os Membros do Conselho Fiscal, quando for o caso, fixando-lhes a remuneração; 4 – Deliberar e aprovar a correção monetária do Capital Social e sua destinação. **Artigo Sétimo.** A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim o exigirem, observadas as disposições legais aplicáveis. **Artigo Oitavo.** Compete a Assembleia Geral, convocada de acordo com a legislação aplicável em vigor e de acordo com este Estatuto, as atribuições que a Lei lhe confere, e será presidida pelo Diretor Presidente, ou na sua falta, por outro acionista escolhido pela Assembleia, que por sua vez, convidará um dos presentes para Secretário da Mesa. **Artigo Nono.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores legalmente constituídos. **Artigo Décimo.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco e observada sempre as exceções e os impedimentos legais. **Artigo Décimo Primeiro.** Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo Décimo Segundo.** A administração da Sociedade compete à Diretoria Executiva. **Seção I – Da Diretoria Executiva. Artigo Décimo Terceiro.** A Diretoria Executiva da Sociedade é composta de no mínimo 02 (dois) e no máximo 07 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo composta de um Diretor Presidente, dois Diretores Vice-Presidentes e os demais Diretores, sem denominação especial. **Artigo Décimo Quarto.** Os Diretores serão investidos em seus cargos, independentemente de qualquer caução, mediante assinatura de Termo de Posse no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, após a homologação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, permanecendo em seus cargos, findo o prazo de mandato até que sejam empossados os novos Diretores eleitos. **Artigo Décimo Quinto.** Em suas ausências e impedimentos, o Diretor Presidente será substituído em suas atribuições por qualquer dos Diretores Vice-Presidentes, ou na falta destes, pelos demais Diretores, conforme deliberação em Reunião de Diretoria acima, e os demais Diretores, em suas ausências ou impedimentos, serão substituídos em suas atribuições por quem o Diretor Presidente designar. **Artigo Décimo Sexto.** Ao Diretor Presidente compete: a) Dirigir os negócios da Sociedade, exercendo todos os poderes conferidos no Estatuto; b) Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele; c) Convocar as Assembleias Gerais de acionistas e presidi-las; d) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria; e) Indicar os substitutos dos Diretores, nos casos de ausências ou impedimento temporário. **Artigo Décimo Sétimo.** A Diretoria tem as atribuições e os poderes que a Lei e o presente Estatuto lhe conferem para, através de qualquer de seus membros, assegurar o pleno e regular funcionamento da Sociedade e a realização de seu objeto social. **Artigo Décimo Oitavo.** Exceto se de outra forma prevista neste Estatuto Social, a representação da Companhia perante terceiros, inclusive a assinatura de quaisquer documentos que impliquem em obrigações e/ou direitos à Companhia, se dará por: (i) 02 (dois) Diretores em conjunto; (ii) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído; (iii) 02 (dois) procuradores, indistintamente, com poderes específicos, em conjunto; ou (iv) por 01 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído, individualmente, para a prática dos seguintes atos: a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes; (b) representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, e para acordos trabalhistas; c) representação da Companhia em juízo, ativa e passivamente; e d) representação da Companhia em processos licitatórios; ou (v) 01 Diretor isoladamente, para a assinatura de contratos de seguros, apólices, endossos, aditivos, certificados de seguros, bilhetes de seguros e contratos de contragarantia em apólices de seguro garantia. **Parágrafo Primeiro.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura de 02 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, exceto as *ad judicia*, serão sempre por prazo determinado limitado a, no máximo, 01 (um) ano. **Parágrafo Segundo.** Não terá eficácia jurídica os atos praticados em desconformidade com os poderes expressos em procuração pública. **Parágrafo Terceiro.** Para hipotecar, empenhorar, adquirir, vender, locar ou por qualquer outra forma em que verham a ser alienados ou onerados os bens sociais em geral de qualquer natureza, sobretudo imóveis, bem como, ainda, para contrair empréstimos ou obrigações de natureza financeira, financiamentos, emitir, endossar, avalizar títulos de crédito, desde que estas operações não impliquem em atos de mero favor ou liberalidade, nem tampouco violem a proibição do artigo 73, do decreto-lei 73/66, a Sociedade será sempre representada em conjunto pelo Diretor Presidente e mais um Diretor, ou ainda, pelo Diretor Presidente em conjunto com um procurador. **Artigo Décimo Nono.** Observados os limites de suas atribuições e poderes, ao Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor, é lícito constituir mandatários da Sociedade, devendo ser especificados nos respectivos instrumentos os atos, poderes ou operações que poderão ser praticados pelo outorgado e a duração do mandato, com exceção do judicial que poderá ser por prazo indeterminado. Entretanto, qualquer Diretor, individualmente, poderá constituir mandatário da Sociedade, com poderes específicos para representação da Sociedade perante entidades públicas para a realização de todo e qualquer ato relacionado à participação da Sociedade em procedimentos licitatórios, de qualquer modalidade. **Artigo Vigésimo.** As reuniões de Diretoria realizar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, suas decisões e resoluções tomadas por maioria de votos serão lavradas em livro próprio cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo Vigésimo Primeiro.** O Conselho Fiscal será de funcionamento não permanente, sendo sua instalação deliberada pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, que preencham os requisitos legais, eleitos pela Assembleia Geral, devendo exercer o respectivo mandato até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Segundo.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá suas atribuições conferidas em Lei. **Parágrafo Terceiro.** A remuneração dos Membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo VI – Do Exercício Social – Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros. Artigo Vigésimo Segundo.** O Exercício Social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao levantamento das demonstrações financeiras do exercício as quais serão submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta da destinação do Lucro Líquido apurado no exercício. **Parágrafo Único.** A Sociedade levantará Balanços Semestrais e poderá proceder à distribuição de dividendos intermediários, observando os limites legais. **Artigo Vigésimo Terceiro.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação ou constituição de reservas, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda. **Parágrafo Primeiro.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. **Parágrafo Segundo.** Do lucro líquido do exercício, 05% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. **Parágrafo Terceiro.** Do saldo remanescente, se houver, antes de qualquer destinação, será distribuído o dividendo de que trata o artigo seguinte. **Artigo Vigésimo Quarto.** Os acionistas têm direito, a receber dividendos, em cada exercício social, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o resultado do exercício. **Parágrafo Primeiro.** O saldo que remanescer, após o atendimento do disposto neste artigo e no artigo anterior, terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral por proposta da Diretoria, inclusive atribuir uma participação aos Diretores no lucro da Companhia, a qual, entretanto, não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do lucro líquido da Sociedade, nem ultrapassar a remuneração anual dos referidos membros, prevalecendo o limite que for menor. **Parágrafo Segundo.** A Diretoria fica autorizada em reunião própria, a declarar, por deliberação da maioria, dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço geral anual, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo vigésimo segundo deste Estatuto Social. **Artigo Vigésimo Quinto.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação – Disposições Transitórias. Artigo Vigésimo Sexto.** A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos e formas previstos em Lei. **Acionistas: Pedro Pereira de Freitas**; **Francisco de Assis Fernandes**; **Paulo de Oliveira Medeiros**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 300.309/24-7 em 08/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 19 de agosto de 2024

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 19 de agosto, às 10h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência *Google Meet*, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a renúncia de membro da Diretoria da Companhia; **(ii)** a eleição de membro para compor a Diretoria da Companhia; **(iii)** a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e **(iv)** a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (iii) acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 9 de agosto de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (09, 10 e 13/08/2024)

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 - NIRE 35.300.557.352

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada ao 01 dia do mês de julho de 2024, às 14:00 horas, horário de Brasília, realizada por meio de sistema eletrônico de participação remota - Plataforma Teams, disponibilizado pela Monte Rodovias S.A. ("Companhia"). **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades para convocação em razão a presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, via conferência telefônica, na forma do disposto no Parágrafo Único do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. **3. Presença:** Membros do Conselho de Administração, a saber: Sr. Julio Cezar Troiano Zogbi, Presidente do Conselho de Administração; **Sr.** Lucas Bittencourt Lacreta e **Sr.** Fábio Bonini Tararam ("Conselho"). Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Reunião do Conselho de Administração. **4. Mesa: Presidente:** Sr. Julio Cezar Troiano Zogbi; **Secretária:** Sra. Manuela Rego Duran. **5. Deliberações:** Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário (art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76 - "LSA"), facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que, caso apresentadas, ficarão arquivadas na sede da Companhia. Após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros de Administração decidem: **(1) Receber e Conhecer da Renúncia apresentada pelo Diretor de Novos Negócios, Sr. Lucas Bittencourt Lacreta.** Os membros do Conselho de administração receberam e conheceram do pedido de renúncia do Sr. Lucas Bittencourt Lacreta, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 32909023 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 214.752.788-29, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhaes Jr., nº 1098, Conj 91, Itaim Bibi, CEP: 04.542-001, do cargo de Diretor de Novos Negócios da Companhia, conforme carta de renúncia recebida em 26 de abril de 2024, que se encontra arquivada na sede da Companhia. **(II) Autorizar à Diretoria da Companhia e das controladas, relativa às deliberações tomadas na presente Reunião do Conselho de Administração.** Os membros do Conselho de Administração concedem autorização para que a Diretoria da Companhia e das controladas pratiquem todos os atos, registros e publicações necessários à implementação das decisões tomadas acima. **6. Encerramento. Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada pela secretária. Certifico que a presente é extrato da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 01 de julho de 2024. **Secretária:** Sra. Manuela Rego Duran. JUCESP nº 300.962/24-1 em 08/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 13/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL

ALLSEG SEGURADORA S/A
CNPJ nº 67.865.360/0001-27

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
67.865.360/0001-27 **MATRIZ**		**19/05/1992**

NOME EMPRESARIAL
ALLSEG SEGURADORA S/A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV ANGELICA	**2626**	**TERREO.**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
01.228-200	**CONSOLACAO**	**SAO PAULO**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JURIDICO@ALLSEGSEGURADORA.COM.BR	**(11) 3017-0022**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**26/02/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/05/2026** às **11:23:14** (data e hora de Brasília).

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 67.865.360/0001-27

Razão social: ALLSEG SEGURADORA S/A

Endereço: AV ANGELICA 2626 TERREO./ CONSOLACAO / SAO PAULO / SP / 01228-200

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/08/2026 a 25/09/2026

Certificação Número: 2026082702250476045852

Informação obtida em 27/08/2026 15:19:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 2005653 - 2026

CPF/CNPJ Raiz: 67.865.360/

Contribuinte: ALLSEG SEGURADORA S/A

Liberação: 27/08/2026

Validade: 23/02/2027

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 2.637.455-2- Inicio atv :01/10/1997 (AV BRASIL, 00594 - CEP: 01430-000 - Cancelado em: 01/09/1998)

CCM 2.064.218-0- Inicio atv :15/05/1992 (AV ANGELICA, 2626 - CEP: 01228-200)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 15:17:45 horas do dia 27/08/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 3B1F4E01

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 39518691-47

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **67.865.360/0001-27**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/09/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Portal de Emissão de Certidões (12/05/2026 15:26:37)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALLSEG SEGURADORA S/A
CNPJ: 67.865.360/0001-27

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:31:09 do dia 21/08/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/02/2027.
Código de controle da certidão: **FBD2.D227.929A.1519**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 67.895.360

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	83881641	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	31/08/2026 15:54:53	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALLSEG SEGURADORA S/A (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 67.865.360/0001-27
Certidão nº: 50034254/2026
Expedição: 25/05/2026, às 11:28:05
Validade: 21/11/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALLSEG SEGURADORA S/A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **67.865.360/0001-27**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

DOCUMENTAÇÃO DIVERSAS

ALLSEG SEGURADORA S/A
CNPJ nº 67.865.360/0001-27

Allseg Seguradora S.A.

(anteriormente denominada American Life Companhia de Seguros)

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Allseg Seguradora S.A. (anteriormente denominada American Life Companhia de Seguros) referentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes relativos à auditoria das demonstrações financeiras e à auditoria atuarial. Durante o exercício de 2024, os prêmios emitidos totalizaram R$475,2 milhões (R$427,5 milhões em 2023), crescimento de 11,1% no período e os prêmios ganhos R$482,0 milhões (R$419,7 milhões em 2023) representando um crescimento de 14,8% em relação ao mesmo período do ano passado. A sinistralidade no exercício de 2024 foi de 38,9% (31,3% em 2023) aumento de 7,6 % em relação ao ano passado, reflexo principalmente dos sinistros do ramo Habitacional, oriundos da catástrofe natural ocorrida no Rio Grande do Sul. A Companhia apurou os efeitos desta catástrofe em suas operações: os sinistros avisados até 31/12/2024 nas regiões afetadas foi de R$ 2,3 milhões. Mesmo com esse pico na sinistralidade, conquistamos um aumento de 13,7% no lucro líquido em relação ao ano anterior R$ 20.856 em 2024 (R$ 18.342 em 2023). A Allseg mantém sua trajetória de crescimento, consolida sua atuação em Seguros de Pessoas e Garantias, além de ingressar em novos segmentos em Riscos Patrimoniais. Esses resultados demonstram a solidez da Companhia e acenam para um promissor futuro, reafirmando seu espaço no mercado segurador com muita serenidade, compromisso e responsabilidade. Vislumbrando esse futuro, atualizamos a marca da seguradora e sua assinatura, trazendo em sua essência nossa visão mercadológica e estratégica, ampliando a entrega da Allseg Seguradora: "Todos os seguros. Seguros para todos". Pudemos estreitar nosso olhar para o social ao direcionar parte do Imposto de Renda devido pela Companhia em 2024 para projetos sociais de impacto, por meio de leis de incentivo fiscal. Continuaremos a acompanhar outros projetos nas áreas da Música e Cidadania, Esporte, Capacitação de idosos e Educação digital para crianças e adolescentes que continuarão a ser positivamente impactados. A política de investimentos se manteve conservadora; a totalidade dos recursos foi mantida em quotas de fundos de investimentos de renda fixa. A distribuição de dividendos acompanha o disposto na Legislação vigente e no Estatuto Social. A Allseg Seguradora S.A. (anteriormente denominada American Life Companhia de Seguros) agradece aos seus Segurados, Corretores e demais parceiros de negócios e também à Superintendência de Seguros Privados SUSEP, a confiança depositada na Empresa, e aos nossos colaboradores pela dedicação e valiosas contribuições no desenvolvimento da Seguradora." São Paulo, 28/02/2025

Balanço patrimonial em 31/12/2024 e de 2023 - *Em milhares de reais*

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**565.512**	**471.874**
Disponível		**12.288**	**5.047**
Caixa e bancos	5	12.288	5.047
Aplicações	**6**	**260.682**	**216.756**
Créditos das operações seguros e resseguros		**118.307**	**99.330**
Prêmios a receber	7.1	99.108	89.186
Operações com seguradoras	7.2	7.736	2.777
Operações com resseguradoras	7.3	11.463	7.367
Outros créditos operacionais		**538**	**211**
Ativos de resseguro – provisões técnicas	**8**	**120.913**	**107.512**
Títulos e créditos a receber		**14.200**	**3.795**
Títulos e créditos a receber		82	81
Créditos tributários e previdenciários	9.1.1	12.466	2.062
Depósitos judiciais e fiscais		546	589
Outros créditos a receber	10	1.106	1.063
Outros valores e bens		**22**	**24**
Despesas antecipadas		**46**	**11**
Custo de aquisição diferido	**11**	**38.516**	**39.187**
Seguros		38.516	39.187
Não circulante		**149.209**	**151.430**
Realizável a longo prazo		**148.376**	**150.593**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**17.610**	**13.796**
Prêmios a receber	7.1	17.610	13.796
Ativos de resseguro – provisões técnicas	**8**	**66.421**	**65.947**
Títulos e créditos a receber		**5.103**	**5.436**
Créditos tributários e previdenciários	9.1.1	5.092	5.426
Outros créditos a receber	10	11	11
Custo de aquisição diferidos	**11**	**59.241**	**65.413**
Seguros		59.241	65.413
Investimentos	**12**	**227**	**227**
Participações societárias		227	227
Imobilizado		**606**	**610**
Imóveis de uso próprio		469	505
Bens móveis		137	105
Total do ativo		**714.721**	**623.304**

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**483.933**	**401.330**
Contas a pagar		**15.393**	**13.560**
Obrigações a pagar	13.1	6.568	5.402
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	2.200	2.098
Encargos trabalhistas	13.3	1.125	1.124
Impostos e contribuições	13.4	5.500	4.936
Débitos de operações com seguros e resseguros		**159.372**	**127.677**
Prêmios a restituir		311	2.093
Operações com seguradora		3.859	3.274
Operações com resseguradoras	14	124.251	91.321
Corretores de seguros e resseguros	15	29.949	30.989
Outros Débitos Operacionais		1.001	–
Depósitos de terceiros	**16**	**1.654**	**1.481**
Provisões técnicas – seguros	**17**	**307.514**	**258.612**
Danos		238.483	190.451
Pessoas		68.778	68.009
Vida Individual		254	151
Não circulante		**152.105**	**160.051**
Contas a pagar		**113**	**128**
Tributos diferidos	13.4	113	128
Débitos das Operações com seguros e resseguros		**2.871**	**4.774**
Corretores de Seguros e Resseguros	15	2.871	4.774
Provisões técnicas – seguros	**17**	**149.029**	**154.278**
Danos		102.024	88.902
Pessoas		47.005	65.376
Outros débitos		**91**	**871**
Provisões Judiciais	18.1	91	871
Patrimônio líquido		**78.683**	**61.923**
Capital social	19.1	32.278	32.278
Reservas de reavaliação	19.2	170	193
Reservas de lucros	19.3	46.235	29.452
Total do passivo e do patrimônio líquido		**714.721**	**623.304**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 *Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)*

Demonstração do resultado	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos		**475.175**	**427.572**
Variação das provisões técnicas de prêmios	22	6.872	(7.827)
Prêmios ganhos	**21**	**482.047**	**419.746**
Sinistros ocorridos	**21**	**(187.391)**	**(131.361)**
Custos de aquisição	**23**	**(100.235)**	**(108.187)**
Outras receitas e despesas operacionais	**24**	**(23.075)**	**(9.668)**
Resultado com resseguro	**25**	**(105.618)**	**(103.303)**
Receita com resseguro		41.436	22.240
Despesa com resseguro		(147.054)	(125.542)
Despesas administrativas	**26**	**(55.210)**	**(45.403)**
Despesas com tributos	**27**	**(2.977)**	**(13.222)**
Resultado financeiro	**28**	**25.386**	**21.521**
Resultado operacional		**32.927**	**30.123**
Ganho com ativos não corrente		**7**	**–**
Resultado antes dos impostos e participações		**32.934**	**30.123**
Imposto de renda	9.1.2	(7.323)	(6.631)
Contribuição social	9.1.2	(4.599)	(4.017)
Participações sobre o resultado		(155)	(1.133)
Lucro líquido do exercício		**20.856**	**18.342**
Quantidade de ações		27.114.539	27.114.539
Lucro líquido por ação – R$		0,77	0,68

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Abrangente - Exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 - *Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)*

Demonstração do resultado abrangente	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		**20.856**	**18.342**
Variação reserva de reavaliação		(21)	(21)
Resultado abrangente		**20.835**	**18.321**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 - *Em milhares de reais*

			Reservas de lucros			
	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31/12/2022	**32.278**	**214**	**2.744**	**11.503**	**–**	**46.739**
Realização da reserva de reavaliação	–	(35)	–	–	35	–
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	–	14	–	–	–	14
Lucro do exercício	–	–	–	–	18.342	18.342
Reserva legal	–	–	917	–	(917)	–
Reserva de lucro	–	–	–	14.288	(14.288)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(3.172)	(3.172)
Em 31/12/2023	**32.278**	**193**	**3.661**	**25.791**	**–**	**61.923**
Realização da reserva de reavaliação.	–	(35)	–	–	35	–
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	–	14	–	–	–	14
Lucro do exercício	–	–	–	–	20.856	20.856
Reserva Legal	–	–	1.042	–	(1.042)	–
Reserva de Lucro	–	–	–	15.739	(15.739)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(4.110)	(4.110)
Em 31/12/2024	**32.278**	**172**	**4.703**	**41.530**	**–**	**78.683**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto Exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 - *Em milhares de reais*

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**20.856**	**18.342**
Ajustes para:	**2.575**	**1.314**
Depreciação e amortizações	(72)	137
Perda (reversão de perda) por redução ao valor recuperável dos ativos	3.355	1.951
Outros ajustes – provisões judiciais	(708)	(774)
Variação nas contas patrimoniais:	**(2.448)**	**(17.034)**
Ativos financeiros	(43.926)	(69.696)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(26.146)	(18.801)
Ativos de resseguro	(13.875)	13.771
Créditos fiscais e previdenciários	(10.404)	(216)
Depósitos judiciais e fiscais	43	30
Despesas antecipadas	(35)	(1)
Custos de aquisição diferidos	6.843	(24.365)
Outros ativos	(36)	(2.388)
Impostos e contribuições	10.201	10.070
Outras contas a pagar	1.270	3.364
Débitos de operações com seguros e resseguros	29.792	37.689
Depósitos de terceiros	172	40
Provisões técnicas – seguros e resseguros	43.653	33.469
Total	**20.983**	**2.621**
Impostos sobre lucro pagos	(9.638)	(6.649)
Caixa líquido gerado /consumido nas atividades operacionais	**11.345**	**(4.027)**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra – imobilizado	–	(56)
Recebimento pela venda – imobilizado	6	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**6**	**(56)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(4.110)	(3.172)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(4.110)**	**(3.172)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**7.241**	**(7.255)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.047	12.303
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.288	5.047

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações 31/12/2024 e de 2023 - *Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: Allseg Seguradora S.A., antes denominada American Life Cia de Seguros ("Seguradora" ou "Allseg"), é uma sociedade anônima de capital fechado autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar nos ramos de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, podendo ainda participar de outras sociedades, conforme definido na legislação em vigor. Sua sede é na Av. Angélica, 2626 - Térreo - Consolação, São Paulo - SP, 01228-200. Sua composição acionária se dá de 99,9% de ações ao Sr. Pedro Pereira de Freitas e 0,01% de ações destinadas ao Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e Francisco de Assis Fernandes.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, de 12/11/2021, e alterações posteriores, Lei das Sociedades por Ações e as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal de suas operações. Norma contábil que não foi referendada pela SUSEP: • CPC 50 – Contratos de seguro (entrou em vigor em 01/01/2023, contudo a SUSEP ainda não aprovou a adoção dessa norma. Normas emitidas e ainda não vigentes: • IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras • IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade • IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima A emissão das demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela Administração em 26/02/2025. **2.1 Adoção inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022, de 10/10/2022:** A Circular SUSEP nº 678/2022, de 10/10/2022, que alterou o Circular Susep 648/21, entrou em vigor em 01/01/2024 e apresentou mudanças na mensuração do teste de adequação de passivos (TAP), na mensuração da redução ao valor recuperável – RVR, na provisão de valores a regularizar (PVR), na Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC), bem como recepcionou o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Abaixo listamos a nossa análise de impacto. **Redução ao valor recuperável – Prêmios a receber:** A Seguradora deve reconhecer uma redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber, conforme determina a Circular SUSEP nº 678/2022, de 10/10/2022, artigo 137º, com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixas de vencimento e agrupamentos de prêmios a receber. O percentual de RVR é calculado por meio da soma dos percentuais de inadimplência com os percentuais de riscos definidos no agrupamento de prêmios a receber. A aplicação desse fator é feita nos agings de prêmios vencidos e a vencer, líquidos das provisões técnicas (provisão de prêmios não ganhos – PPNG) e dos custos de aquisição diferidos, sendo que a metodologia faz o tratamento para as parcelas em aberto de devedores em atraso. Até o ano de 2023, a RVR era reconhecida apenas líquida das provisões técnicas e conforme estudo técnico para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. De forma adicional, para os prêmios diretos de riscos a decorrer foi utilizado estudo técnico que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, representados por percentuais de perdas, segregados entre faixas de vencimento. Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. Tal mudança na apuração da estimativa de valor recuperável provocou um impacto negativo no resultado do período de R$ 57. **Redução ao valor recuperável – Ativos de resseguro:** A Circular SUSEP nº 678/2022, de 10/10/2022, passa a requerer que, na mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável, a Seguradora considere a possibilidade de que a totalidade ou parte dos recuperáveis possam não ser recebidos devido a eventos de inadimplência da contraparte envolvida, no caso, o ressegurador. Dessa forma, a Seguradora alterou a mensuração de tal estimativa de forma que a redução ao valor recuperável (RVR) passe a ser constituída sobre os ativos sujeitos ao risco de contraparte (ativo de resseguro de PPNG, ativo de resseguro de sinistros e créditos a recuperar), com base no histórico de perdas com os resseguradores, bem como em informações de mercado que forneçam probabilidades de default em função do rating da contraparte. De forma adicional para os resseguros com base na data de registro a Seguradora manteve provisão do valor integral de resseguros com prazo superior a 365 dias. Tal mudança na apuração da estimativa de valor recuperável provocou um impacto negativo no resultado do período de R$1.170. **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR:** O montante referente a devoluções de prêmios (sejam estes objetos de demanda judicial ou não), passaram a ser reclassificados para a PVR, conforme alteração na Circular SUSEP nº 678/2022, de 10/10/2022. **CPC 48 – Instrumentos financeiros:** Devido à Circular SUSEP nº 678/2022, de 10/10/2022, a Seguradora realizou a avaliação de seus ativos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio, e não identificou impactos nas mudanças em classificações destes ativos que gerassem impactos contábeis de adequação da norma, todos os ativos financeiros mantidos na data base são classificados como valor justo por meio do resultado – VJR. Conforme apresentado no quadro abaixo:

Ativo Financeiro	Classificação original (CPC 38)	Classificação (CPC 48)
Fundos de investimentos	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado – VJR
Letras Financeiras do Tesouro	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado – VJR
Nota do Tesouro Nacional	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado – VJR
Ações – IRB	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado – VJR

2.2 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o "custo histórico" como base de valor, ajustado pela avaliação a valor justo dos ativos financeiros nas categorias "avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "avaliado ao valor justo por meio do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.3 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R$), que também é a moeda funcional da Seguradora. **(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias e outros ativos de curto prazo com vencimento original de três meses ou período menor, de alta liquidez e com baixo risco de variação ao valor de mercado. **2.5 Ativos financeiros: 2.5.1 Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros no reconhecimento inicial são classificados de acordo com o modelo de negócios da Seguradora nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiro. São classificados nas categorias mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos sejam eles para obtenção de fluxos de caixa quanto pela venda do ativo financeiro, o que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou das perdas dos ativos. **(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado (VJR) :** Esta categoria mensura os ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado. **(b) Custo amortizado:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem, substancialmente "Prêmios a receber" e "Créditos das operações com seguros e resseguros". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, reduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável conforme estudo técnico atualizado a cada data de balanço. **(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) :** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA foram classificados levando em consideração o modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, ou seja, em determinar se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados ou da venda do ativo financeiro. Os ganhos e as perdas são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) à exceção das receitas de juros pelo método dos juros efetivos, perdas de crédito esperadas e reversões e ganhos e perdas cambiais. Quando ao ativo financeiro proveniente de instrumentos de dívida é desconhecido, os ganhos e as perdas acumuladas anteriormente e que estão reconhecidos em ORA, são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado. **(d) Determinação do valor justo dos ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo através de cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. Os instrumentos financeiros compreendem: • Preços cotados em mercado ativo para ativos idênticos (Nível 1) • Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável (Nível 2) **2.6 *Impairment* (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros: (a) Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado:** Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por impairment, é efetuado registro no resultado do período. Os recebíveis originados de contratos de seguro, como os saldos de prêmios a receber de segurados e congêneres e os sinistros pagos a recuperar de resseguradoras e congêneres, são classificados pela Seguradora nesta categoria. Uma perda por redução ao valor recuperável desses recebíveis é apurada com base em estudo técnico elaborado em consonância com as determinações estabelecidas pela SUSEP. **(b) Ativos financeiros:** Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro. O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou default, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato. A

continuação ➔

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Allseg Seguradora S.A. | CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Seguradora utiliza o método da perda esperada com dados específicos das carteiras da empresa. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado. **(c) Operações com seguros:** Conforme exigido na Circular SUSEP n° 678/2022, de 10/10/2022, a Seguradora, a partir de 01/01/2024 reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de prêmios a receber mediante estudo técnico. O estudo técnico considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, segregados entre tipo de contrato (direto ou cosseguro aceito), por vigência do risco (vigente ou decorrido) e de acordo com o perfil de risco atribuído para a contraparte. A Redução ao Valor Recuperável é reconhecida sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e bruta dos componentes do prêmio base, como comissões líquidas de custos de aquisição diferida - CAD, comissão de estipulante, cosseguros, resseguros cedidos e IOF. O montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber pela sociedade seguradora, sendo que a metodologia trata tanto as parcelas vencidas quanto as parcelas vincendas, seja de clientes adimplentes ou devedores em atraso. A Seguradora reconhece também uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de ativos cuja contraparte são resseguradores mediante estudo técnico. O estudo técnico considera a estimativa da necessidade da redução ao valor recuperável (RVR) a ser constituída sobre os ativos sujeitos ao risco de contraparte (ativo de resseguro de PPNG, ativo de resseguro de sinistros e créditos com resseguradores a recuperar), com base no histórico de no mínimo 3 (três) anos de perdas com os resseguradores, bem como em informações de mercado que forneçam probabilidades de perda em função do rating da contraparte. De forma adicional a Seguradora também reconhece provisão integral dos resseguros que com base na data de registro tenham prazo superior a 365 dias. Já para o ano de 2023, a Seguradora tendo como referência a Circular SUSEP n° 648/2021, de 12/11/2021, e alterações, no que se refere aos prêmios de seguros de danos e pessoas e créditos junto à resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o critério definido no artigo 138 da Circular SUSEP n° 648/2021, o estudo elaborado considera histórico de perdas e os riscos de inadimplência, a base de dados utilizada contempla todos os prêmios a receber oriundos de seguros diretos, não há exclusão de nenhuma parcela em aberto, seja ela de: "prêmios a receber relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas" conforme evidência o artigo 138 da circular supracitada. Desse modo, o estudo em questão e todo o seu desenvolvimento, através dos percentuais estabelecidos para o "Gross Provision Factor" contemplam a totalidade de valores a receber pela seguradora e créditos junto à resseguradores. **(d) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados por *impairment* anualmente. Para os demais ativos não financeiros, o teste é realizado se houver indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável através da venda ou uso. Para a identificação da necessidade de realização do teste de *impairment* alguns aspectos são analisados pela administração, tais como: diminuição acima do esperado do valor de mercado de um ativo; mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade que tenham ocorrido durante o período em análise; mudanças nas taxas de juros de mercado ou de retorno sobre investimentos; evidência de obsolescência ou de dano físico de um ativo; dentre outros. O teste é feito agrupando-se os ativos nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* antes do final do período. **2.7 Avaliação de contratos de resseguro:** A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é realizada no curso normal das atividades da Seguradora, com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores, sendo avaliados consistentemente com os saldos a serem ressarcidos, conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão. Os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliados através de estudo, quanto à possibilidade de não recuperação destes, tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para riscos de créditos com resseguros. **2.8 Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, veículos, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data da preparação das demonstrações financeiras. Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação não diferem, substancialmente, das utilizadas pela legislação fiscal vigente. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil. **2.9 Investimentos:** Os investimentos representam em sua totalidade ações detidas na Seguradora Líder S.A. (DPVAT) e são mensurados pelo custo. **2.10 Contratos de arrendamento:** O CPC 06 (R2), estabelece que na celebração de um contrato, a Seguradora deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para arrendadores permanece semelhante ao padrão anterior. Esta norma entrou em vigor para as empresas reguladas pela SUSEP, a partir de 04/01/2021 e não houve impactos para as Demonstrações Financeiras. **2.11 Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que estes transferem risco significativo de seguro. A Seguradora define como regra geral risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Os contratos de resseguros também são classificáveis segundo os princípios de transferência de risco de seguro conforme CPC 11 - Contratos de Seguro. **2.12 Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros: 2.12.1 Passivos de contratos de seguros:** A Seguradora adotou a isenção contida no CPC 11 - Contratos de Seguro e utilizou as políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas adiante, utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhadas em Nota Técnica Atuarial. (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada pelo método pro rata die, com base nos prêmios emitidos objetivando reservar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo. (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar ao segurado, quando do aviso dos sinistros. (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o aviso do sinistro. (e) Provisão de Excedentes Técnicos (PET) constituídas para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico. (f) A Provisão de Despesa Relacionadas (PDR) é constituída por estimativa com base nos valores de despesas relacionadas quando do aviso dos sinistros. (g) A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência. **2.12.2 Teste de adequação dos passivos (TAP) :** Conforme requerido pela circular 648/2024 e segundo as definições do CPC 11, o que é aplicável para o exercício de 2024, a Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos (TAP) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste com o objetivo de avaliar as obrigações de todos os riscos assumidos. A cada balanço a Seguradora elabora o teste de adequação de passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste. O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas incrementais e de liquidação de sinistros e deduzindo-se as despesas de aquisição diferidas. Retornos de investimentos, custos de resseguro, apólice e o adicional de fracionamento não são considerados. Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são segmentados por grupos de ramos conforme determina a regulamentação específica. Caso seja apurado déficit num determinado grupo esse será compensado pelo conjunto dos seguimentos adotados. Para aferição dos fluxos de sinistros a ocorrer de prêmios registrados, foi considerada como referência a sinistralidade corrente dos grupos de ramos analisados.

Grupo	Nome do Grupo	S/P
01	Patrimonial	25,86%
03	Responsabilidades	91,92%
05	Automóvel	83,62%
06	Transportes	49,40%
07	Riscos Financeiros	15,00%
09	Pessoas Coletivo	51,16%
10	Habitacional	15,00%
11	Rural	15,00%
13	Pessoas Individual	47,17%
15	Aeronáuticos	15,00%
17	Petróleo	15,00%

As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ), considerando a curva de juros do indexador "cupom do IPCA", conforme regulamentação em vigor. Caso seja identificada insuficiência para o conjunto dos seguimentos, a Seguradora registra imediatamente a perda, constituindo a provisão complementar de cobertura (PCC). O resultado dos Testes de Adequação de Passivos dos exercícios findos em 31/12/2024 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados na referida data. **2.13 Passivos financeiros:** Passivos financeiros são quaisquer passivos que sejam considerados uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro, ou de trocar ativos ou passivos sob condições desfavoráveis, bem como, um contrato que será ou poderá ser liquidado com instrumentos patrimoniais da própria entidade. **2.14 Benefícios a empregados:** A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei no 10.101/2.000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços prestados pelos funcionários. **2.15 Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", e leva em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Seguradora conforme segue: **(a) Contingências ativas -** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não caibam mais recursos. **(b) Contingências passivas -** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **(c) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias -** referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **2.16 Impostos sobre o lucro:** A provisão para imposto de renda da pessoa jurídica foi constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10%, sobre o lucro tributável que excede R$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota 15% sobre o lucro tributável antes dos impostos. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.17 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte: Os prêmios de seguros, cosseguros e resseguros e as correspondentes receitas e despesas de comercialização, são contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa. Nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. **2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Seguradora (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda); e (ii) 50% dos lucros acumulados da Seguradora e das reservas de lucros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos. Para estas estimativas a administração utiliza experiências de eventos passados e/ou correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. **(a) Cálculo de *impairment* de ativos:** A administração avalia anualmente seus ativos para a verificação da necessidade de registro de *impairment* quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável conforme o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para os ativos financeiros originados de contratos de resseguro uma perda por redução ao valor recuperável é apurada com base em estudo técnico elaborado em consonância com as determinações estabelecidas pela SUSEP. Os critérios de risco levam em consideração o julgamento do risco estimado de inadimplência. **(b) Avaliação de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Seguradora possui processos judiciais, cíveis e fiscais na data de preparação das demonstrações financeiras. As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas, de acordo com o CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, provisionando os processos com probabilidade de perda provável e divulgando os processos com probabilidade de perda possível (quando relevante), conforme Nota 18. **(c) Avaliação de passivos de seguros:** A Seguradora faz uso de fontes internas e externas de informação disponíveis sobre experiência passada, além de indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e, dos atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros de contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Mesmo considerando todos os indicadores disponíveis e experiência passada, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados. **(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Seguradora reconhece tributos diferidos ativos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis sejam alcançados. Portanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos no balanço patrimonial com base em projeções de resultados tributáveis futuros elaboradas e fundamentadas em estudo técnico mantido pela entidade, conforme previsto pelo artigo 118 da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.

4. Gestão de riscos: 4.1 Gestão de risco de seguro: As operações da Seguradora estão voltadas para a modalidade de Riscos de Pessoas e Danos que compreendem: seguro de vida, seguro funeral, seguro de acidentes pessoais, seguro educacional, seguro viagem, seguro prestamista, seguro de diária por internação hospitalar, seguro desemprego (perda de renda), seguro de diária de incapacidade temporária, patrimonial, habitacional (coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente), Transportes, Riscos Financeiros e Riscos de Petróleo. Nossa premissa básica é o atendimento das necessidades dos clientes, customizando a adequação dos riscos oferecidos com lucratividade, priorizamos o nosso compromisso com a responsabilidade social, no sentido de atingirmos segmentos que não possuam acesso a seguros, que não estejam com suas necessidades atendidas ou que possuam produtos inadequados ao seu perfil. Focamos também em nichos com o intuito de sermos especialistas através da elaboração de apólices especificas para cada perfil de cliente "*Taylor-made*". Os seguros disponibilizados podem ser contratados nas seguintes formas: • **Individual** - quando os segurados preenchem propostas com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais. • **Coletiva** - quando os segurados aderem a uma apólice contratada pelo estipulante, que podem ser produtos padronizados ou a produtos específicos, onde as apólices são customizadas de acordo com a necessidade e pedido dos clientes. Os seguros são angariados por corretores legalmente habilitados. A Administração acredita que o limite de retenção atual é consistente com as práticas de subscrição e não afetam a capacidade da Seguradora em conduzir seus negócios, os quais se orientam na busca de crescimento contínuo. O cálculo do excedente de responsabilidade compreende a diferença entre o limite de retenção praticado pela Seguradora e o limite de resseguro automático.

Concentração de Riscos por região:

						2024
Grupo de Ramo	Região Centro – Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul	Total
Automóvel	893	–	–	1.216	2.231	4.340
Habitacional	106.602	–	–	(22)	431	107.011
Patrimonial	3.447	1.687	386	8.493	5.104	19.117
Pessoas Coletivo	3.604	18.537	3.970	67.248	17.389	110.748
Pessoas Individual	675	1.878	575	7.325	3.899	14.352
Responsabilidades	40	6.629	2	78	47	6.796
Riscos Financeiros	44.640	2.965	4.856	50.041	10.395	112.897
Transportes	9.197	4.962	3.031	61.561	12.290	91.041
Rural	250	–	–	149	–	399
Aeronáuticos	2	678	3	4.596	3.195	8.474
Prêmios emitidos	**169.350**	**37.336**	**12.823**	**200.685**	**54.981**	**475.175**

						2023
Grupo de Ramo	Região Centro – Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul	Total
Automóvel	–	–	–	146	–	146
Habitacional	90.201	–	–	–	456	90.657
Patrimonial	147	575	(251)	968	1.017	2.456
Pessoas Coletivo	47.671	5.859	3.972	57.309	17.357	132.168
Pessoas Individual	664	1.652	558	6.775	3.836	13.485
Responsabilidades	15	11.929	2	102	(6)	12.042
Riscos Financeiros	57.035	6.309	6.436	31.990	15.294	117.064
Transportes	8.021	4.100	2.496	34.146	10.791	59.554
Prêmios emitidos	**203.754**	**30.424**	**13.213**	**131.436**	**48.745**	**427.572**

4.2 Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas nos produtos de seguros bem como a inadequação em relação subscrição e precificação. Das operações de seguros, as provisões de sinistros representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade das provisões para Sinistros Ocorridos e Ainda Não Avisados – IBNR, Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Ajuste para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER e Provisão de Despesas Relacionadas – PDR. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido: **1. Provisões Técnicas:** recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo: **1.1. IBNR:** agravo de 5% nos sinistros que compõem a provisão. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um aumento em todos os sinistros ocorridos e avisados, do período de 36 meses; **1.2. PSL:** agravo de 5% no valor do sinistro avisados, mas ainda pendentes; **1.3. PDR:** agravo de 5% no valor das despesas relacionadas a sinistro retido utilizado no cálculo. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido a Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG – é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras; **1.4. IBNeR:** agravo de 5% no valor da provisão para ajuste da PSL; **(b) Sinistralidade:** total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido da carteira. **(c) Despesas Administrativas:** uma elevação de 5% no valor das despesas administrativas da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são (brutos de impostos):

		Impacto sobre o Patrimônio Líquido		Impacto no Resultado	
Fator de Risco	Sensibilidade	Valores Brutos de Resseguro	Valores Líquidos de Resseguro	Valores Brutos de Resseguro	Valores Líquidos de Resseguro
1. Provisões Técnicas	Total das alterações sobre as provisões técnicas	**(6.801)**	**(4.072)**	**(6.801)**	**(4.072)**
1.1.IBNR	Agravo de 5% nos sinistros ocorridos	**(1.681)**	**(1.371)**	**(1.681)**	**(1.371)**
1.2.PSL	Agravo de 5% nos sinistros avisados	**(3.407)**	**(2.371)**	**(3.407)**	**(2.371)**
1.3.PDR	Agravo de 5% na provisão	**(468)**	**(33)**	**(468)**	**(33)**
1.4.IBNeR	Agravo de 5% na provisão	**(1.245)**	**(297)**	**(1.245)**	**(297)**
1.5. PCC	Agravo de 5% no sinistro retido	**–**	**–**	**–**	**–**
1.6. PCC	Agravo de 5% nas Despesas Administrativas	**–**	**–**	**–**	**–**
2. Sinistro Retido	Elevação do sinistro retido em 5%	**(362)**	**–**	**(362)**	**–**
3. Desp. Administrativas	Elevação nas despesas administrativas em 5%	**(2.761)**	**–**	**(2.761)**	

4.3 Gestão de riscos financeiros: A carteira de investimentos está exposta a riscos financeiros que são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, que levam em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são: **(a) Risco de mercado:** Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. O principal fator de risco de mercado presente no balanço é a taxa de juros pré-fixada. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção de estrutura, a termo das diversas taxas de juros. De modo geral, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa; uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado. **(b) Risco de crédito:** A Seguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de seus ativos financeiros. Consequentemente existem certas restrições sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam rating de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos em nossa política. A política de investimentos adotada pela administração da Seguradora estabelece as instituições financeiras com as quais a Seguradora pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Seguradora aplica seus recursos em instituições sólidas, bancos que apresentam solidez financeira de excepcional até adequada, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI ou taxa SELIC, em investimentos com alta liquidez e segurança. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis. O programa e a política de resseguro somente consideram participantes de mercado resseguradores com alta qualidade de crédito, e tem sua classificação de risco de acordo com as agências Standard & Poor's, A. M. Best Company e Moody's.

Prêmio cedido aos resseguradores:				31/12/2024
Rating	Eventual	Local	Admitida	Total
A	3.426	–	2.015	**5.441**
A–	6.053	11.203	–	**17.255**
A+	16.911	3.201	1.390	**21.501**
A++	211	–	2.152	**2.363**
A1	–	–	25.298	**25.298**
A3	85	–	–	**85**
AA	743	–	–	**743**
AA–	49.176	5.702	579	**55.457**
AA+	–	50.031	–	**50.031**
BBB+	10.450	–	–	**10.450**
Sem rating	14	–	–	**14**
Total	**87.069**	**70.136**	**31.434**	**188.638**

(*) O quadro acima não considera a RVNE de Resseguro. **(c) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. São analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. **(d) Capital adicional para risco de subscrição, de crédito e operacional:** No Brasil, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, a SUSEP divulgou normas que alteraram, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das seguradoras. No exercício findo em 31/12/2024 e de 2023 o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora apresentou-se superior ao valor exigido pelas regras de capital mínimo vigentes à época da apuração (vide nota 19.5). **(e) Resumo da estrutura de gerenciamento de risco:** A Seguradora detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora se encontra exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados.

5. Caixa e equivalente de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	12.288	5.047
	12.288	**5.047**

6. Aplicações financeiras: 6.1 Títulos e valores mobiliários: A classificação dos ativos financeiros por categoria e vencimento é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor de curva	Valor de mercado	%	Valor de curva	Valor de mercado	%
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Fundos – Renda Fixa – Não Exclusivo	257.687	257.687	99%	168.471	168.471	49%
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–%	45.282	45.286	45%
Nota do Tesouro Nacional	2.923	2.815	1%	2.796	2.812	2%
Ações – IRB	180	180	0%	–	187	0%
	260.790	**260.682**		**216.549**	**216.756**	

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2025
ICP Brasil
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Allseg Seguradora S.A. | CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

6.1.1 Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2024				
	Sem Vencimento	Até Seis Meses	De seis a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio de resultado (*)					
Nota do Tesouro Nacional – NTN–B	–	–	–	2.815	2.815
Fundos - Renda Fixa - Não Exclusivos	257.687	–	–	–	257.687
Ações – IRB	180	–	–	–	180
	257.867	**–**	**–**	**2.815**	**260.682**

	31/12/2023				
	Sem Vencimento	Até Seis Meses	De seis a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio de resultado (*)					
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	–	–	–	45.286	45.286
Nota do Tesouro Nacional – NTN–B	–	–	–	2.812	2.812
Fundos - Renda Fixa - Não Exclusivos	168.471	–	–	–	168.471
Ações – IRB	187	–	–	–	187
	168.658	**–**	**–**	**48.098**	**216.756**

(*) Ativos classificados como Nível 1. **(a) Taxa de juros contratada:** A taxa de juros contratada para os títulos relacionados acima são NTN-B – IPCA +Taxa pré, para LFT e quotas de fundo de investimento de renda fixa variação da taxa SELIC. **(b) Movimentação dos títulos e valores mobiliários:** A movimentação das aplicações é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro:

Em 31/12/2022	**147.060**
Aplicações	84.485
Resgates	(37.805)
Rendimentos	23.016
Em 31/12/2023	**216.756**
Aplicações	79.000
Resgates	(59.474)
Rendimentos	24.400
Em 31/12/2024	**260.682**

6.1.2 Composição da carteira por classe e por categoria contábil: A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedades da Seguradora distribuídos por *rating* de crédito conforme agência de risco Standard & Poor's.

		31/12/2024	31/12/2023
	Rating	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado			
Ativos prefixados			
Privado			
Quotas de fundo de investimento– renda fixa	Sem rating	257.687	168.471
Ativos pós–fixados			
Públicos			
Letras financeiras do tesouro	BB	2.815	48.098
Renda variável			
Ações – IRB	AA+	180	187
Exposição máxima ao risco de crédito		**260.682**	**216.756**

7. Créditos e débitos das Operações com Seguros e Resseguros: 7.1 Prêmios a receber de segurados:

		31/12/2024			31/12/2023		
	Prazo médio de parcelamento	Prêmios a receber de Segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber Líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a Receber Líquido
Patrimonial	2	7.130	(51)	7.079	2.654	(10)	2.644
Pessoas individual	1	3.941	(147)	3.794	9.498	(73)	9.397
Responsabilidades	1	2.582	(93)	2.489	7.363	(9)	7.357
Pessoas Coletivo	2	14.255	(752)	13.503	67.563	(451)	66.043
Habitacional	1	9.637	(409)	9.228	6.637	(28)	6.354
Transportes	4	20.171	(265)	19.906	942	(185)	939
Riscos Financeiros	1	56.037	(2.161)	53.876	10.433	(1.351)	10.248
Aeronáuticos	1	4.358	(21)	4.337	–	–	–
Automóvel	10	2.357	–	2.357	–	–	–
Rural	5	149	–	149	–	–	–
		120.617	**(3.899)**	**116.718**	**105.090**	**(2.107)**	**102.982**
Circulante				99.108			89.186
Não circulante				17.610			13.796

Composição quanto aos prazos de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer (*)	93.544	91.037
Vencidos até 31 dias	20.992	8.291
Vencidos de 31 a 60 dias	1.844	1.325
Vencidos de 61 a 90 dias	1.996	2.295
Vencidos de 91 a 120 dias	470	534
Vencidos há mais de 120 dias	1.771	1.608
	120.617	**105.090**
Redução ao valor recuperável	(3.899)	(2.108)
	116.718	**102.982**

(*) Em 31/12/2024 e 31/12/2023 o saldo de RVNE foi alocado na faixa de a vencer para melhor apresentação, representado R$ 26.661 e R$ 22.077, respectivamente.

7.1.1 Movimentação dos prêmios a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios pendentes no início do exercício	102.982	83.673
Prêmios emitidos	561.194	506.393
Riscos vigentes e não emitidos	4.584	559
IOF	7.924	6.483
Cancelamentos	(76.548)	(59.319)
Recebimentos	(482.406)	(433.687)
Redução ao valor recuperável	(1.792)	(686)
Variação cambial	780	(434)
	116.178	**102.982**

7.2 Operações com Seguradoras:

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmio de cosseguro aceito	4.939	1.088
Recuperação de sinistros cosseguro cedido	2.785	1.004
Outros créditos	768	685
Redução ao valor recuperável	(756)	–
	7.736	**2.777**

7.3 Operações com resseguradoras:

	31/12/2024	31/12/2023
Sinistros à recuperar	18.499	14.200
Redução ao valor recuperável	(7.036)	(6.833)
	11.463	**7.367**

8. Ativos de resseguros - provisões técnicas:

	31/12/2024	31/12/2023
PPNG – resseguro	136.865	141.718
Prêmio de Resseguro – RVNE	15.497	3.325
Sinistros pendentes de pagamento	24.078	20.864
Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	8.604	5.961
Provisão despesas relacionadas – Resseguro	2.290	1.591
	187.334	**173.459**
Circulante	**120.913**	**107.512**
Não circulante	**66.421**	**65.947**

9. Títulos e créditos a receber: 9.1 Impostos e contribuições:

9.1.1 Créditos tributários e previdenciários:

Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a compensar (*)	1.960	1.033
Contribuição social a compensar (*)	988	247
Cofins a compensar (***)	7.964	643
Pis a compensar (***)	1.554	139
	12.466	**2.062**

Não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Impostos de renda diferido – ajustes temporários (**)	3.183	3.391
Contribuição social diferida – ajustes temporários (**)	1.909	2.035
	5.092	**5.426**

(*) Os saldos em 31.12.2024 e 31.12.2023 referem-se principalmente a tributos retidos na fonte não deduzidos, mas de compensação imediata. (**) Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes do IRPJ e da CSLL sobre suas respectivas bases, formadas principalmente por perdas estimadas para créditos das operações e provisões passivas dedutíveis. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 [IAS 12] – Tributos sobre o Lucro, e estão suportados por estudo técnico que demonstra a expectativa de realização futura. **(***)** Crédito tributário registrado no montante de R$ 7.884 no exercício de 2024 referente a revisão de base de cálculo de PIS/COFINS decorrente da não incidência destes impostos nas receitas oriundas da exportação de serviço no período de 2019 a 2024 com respaldo na SC COSIT nº 91/2018. A Administração avaliou a expectativa de realização dos créditos constituídos que será realizada no decorrer do exercício de 2025, devidamente suportados por estudo técnico. **9.1.2 Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:**

	31/12/2024		31/12/2023	
	I.R.	C.S.	I.R.	C.S.
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações	32.779	32.779	30.273	30.273
Juros sobre capital próprio	(4.110)	(4.110)	(3.172)	(3.172)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações e JCP	28.669	28.669	27.101	27.101
Alíquota vigente – %	25	15	25	15
IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal	7.167	4.300	6.775	4.065
Adições e Exclusões Permanentes	1.987	1.987	1.599	963
Adições e Exclusões Temporárias	(834)	(834)	5.732	5.732
Lucro do exercício	29.829	29.829	34.432	33.796
IR e CS correntes	7.114	4.474	8.064	4.877
IR e CS diferidos	208	125	(1.433)	(860)
Total IR e CS do exercício	**7.323**	**4.599**	**6.631**	**4.017**
Alíquota efetiva – %	25	15	27	16

10. Outros créditos a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Adiantamentos a funcionários	97	32
Outros créditos	1.009	1.031
	1.106	**1.063**
Não circulante		
Outros créditos a receber	11	11
	11	**11**

11. Custo de aquisição diferidos: A classificação e movimentação dos custos de aquisições diferidos é apresentada da seguinte forma em 31/12/2024:

	31/12/2023	Constituição	Apropriação	31/12/2024
Patrimonial	462	13.314	(11.958)	1.834
Automóvel	–	1.183	(785)	398
Transporte	2.552	31.227	(31.099)	2.679
Pessoas coletivo	58.283	682.596	(702.992)	37.886
Pessoas individual	158	3.043	(3.038)	162
Riscos financeiros	42.795	640.424	(628.669)	54.550
Responsabilidades	350	2.362	(2.545)	152
Rural	–	128	(118)	10
Aeronáuticos	–	427	(341)	86
	104.600	**1.374.704**	**(1.381.545)**	**97.757**
Circulante	**39.187**			**38.516**
Não circulante	**65.413**			**59.241**

	31/12/2022	Constituição	Apropriação	31/12/2023
Patrimonial	22	477	(37)	462
Transporte	2.144	6.104	(5.696)	2.552
Pessoas coletivo	56.167	42.062	(39.946)	58.283
Pessoas individual	56	178	(76)	158
Riscos financeiros	21.282	33.786	(12.273)	42.795
Responsabilidades	564	6.123	(6.337)	350
	80.235	**88.730**	**(64.365)**	**104.600**

O custo de aquisição diferido referente as despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e, registrado em decorrência da emissão da apólice e/ou endosso, é diferido de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco.

Grupo	Prazo Médio de vigência (meses)
Patrimonial	12
Pessoas coletivo	12
Pessoas individual	6
Petróleo	46
Responsabilidades	56
Riscos financeiros	30
Aeronáuticos	12
Rural	12
Transportes	12

12. Investimentos: As contas de investimentos apresentaram o seguinte saldo:

	31/12/2024	31/12/2023
Participação Seguradora Líder (DPVAT)	227	227
	227	**227**

13. Contas a pagar: 13.1 Obrigações a pagar:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	4.027	4.414
Participação nos lucros e dividendos	711	685
Gratificação	1.831	303
	6.568	**5.402**

13.2 Impostos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2024	31/12/2023
IOF sobre prêmios de seguros	1.267	1.236
INSS	291	323
IRRF	514	364
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	74	73
Imposto sobre serviço	53	40
Outros	1	62
	2.200	**2.098**

13.3 Encargos trabalhistas:

	31/12/2024	31/12/2023
Férias a pagar	842	841
Encargos sociais a recolher	283	283
	1.125	**1.124**

13.4 Impostos e contribuições:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante – impostos e contribuições		
IR e CS	4.580	4.123
COFINS	932	754
PIS	(12)	59
	5.500	**4.936**
IR S/ Res. de Reavaliação	113	128
	113	**128**

14. Débitos com operação de resseguro:

			31/12/2024	
	Local	Eventual	Admitida	Total
Prêmios líquidos de comissão	18.894	32.657	74.380	125.931
	18.894	**32.657**	**74.380**	**125.931**
Ajuste a valor de realização				**(1.680)**
Total				**124.251**

			31/12/2023	
	Local	Eventual	Admitida	Total
Prêmios líquidos de comissão	38.633	19.156	33.531	91.321
	38.633	**19.156**	**33.531**	**91.321**

15. Corretores de seguros e resseguros:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Comissões a pagar	2.853	2.150
Comissões sobre prêmios emitidos	27.096	28.839
	29.949	**30.989**
Não Circulante		
Comissões sobre prêmios emitidos	2.871	4.774
	2.871	**4.774**

16. Depósitos terceiros:

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios e emolumentos	1.654	1.481
	1.654	**1.481**
Aging de Depósitos de Terceiros:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
De 01 a 30 dias	1.078	858
De 31 a 60 dias	94	16
De 61 a 120 dias	186	2
De 121 a 180 dias	3	23
Mais de 180 dias	293	582
	1.654	**1.481**

17. Provisões técnicas de seguros:

	31/12/2024						
	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Prov. de Excedentes Técnicos – PET	Prov. Desp. Relacionadas – PDR	Prov. de Valores a Regularizar – PVR	Total
Patrimonial	9.423	3.749	1.191	–	175	–	14.538
Responsabilidades	1.489	3.152	1.350	–	102	–	6.093
Transportes	29.399	41.169	2.973	–	3.954	–	77.495
Riscos financeiros	167.299	604	4.594	–	12	–	172.509
Pessoas coletivo	63.632	24.722	16.625	–	3.675	735	109.389
Habitacional	17	19.083	9.055	5.674	1.174	–	35.003
Pessoas individual	2.164	3.773	816	–	182	–	6.935
Automóvel	2.597	215	201	–	31	–	3.044
Petróleo	25.001	175	175	–	8	–	25.359
Aeronáutico	5.973	–	–	–	–	–	5.973
Rural	205	–	–	–	–	–	205
	307.199	**96.643**	**36.980**	**5.674**	**9.313**	**735**	**456.543**
Circulante							307.514
Não circulante							149.029

Movimentação	31/12/2023	Constituição	Reversão	31/12/2024
Prêmios não ganhos	300.840	4.091.465	(4.085.106)	307.199
Sinistros a liquidar	72.029	549.286	(524.672)	96.643
Sinistros ocorridos, mas não avisados	25.966	315.338	(304.324)	36.980
PET – Provisão de Excedentes Técnicos	7.521	47.509	(49.356)	5.674
PDR–Prov. Desp. Relacionadas	6.534	25.125	(22.346)	9.313
PVR–Prov. de Valores a Regularizar	–	735	–	735
	412.890	**5.029.456**	**(4.985.804)**	**456.543**

	31/12/2023					
	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Prov. de Excedentes Técnicos – PET	PDR - Prov. Desp. Relacionadas	Total
Patrimonial	7.560	137	85	–	7	7.789
Responsabilidades	1.538	965	953	–	47	3.503
Transportes	16.314	36.624	3.517	–	2.533	58.988
Riscos financeiros	130.348	317	1.695	–	16	132.376
Pessoas coletivo	90.293	19.859	14.819	–	2.972	127.943
Habitacional	32	10.523	4.018	7.521	751	22.845
Pessoas individual	1.733	3.581	881	–	207	6.402
Automóvel	–	22	–	–	–	22
Petróleo	53.022	–	–	–	–	53.022
	300.840	**72.028**	**25.968**	**7.521**	**6.533**	**412.890**
Circulante						**258.612**
Não circulante						**154.278**

Movimentação	31/12/2022	Constituição	Reversão	31/12/2023
Prêmios não ganhos	300.141	4.034.923	(4.034.224)	300.840
Sinistros a liquidar	50.516	356.887	(335.374)	72.029
Sinistros ocorridos, mas não avisados	21.261	145.671	(140.966)	25.966
Provisão de Excedentes Técnicos – PET	3.669	22.630	(18.778)	7.521
PDR–Prov. Desp. Relacionadas	3.834	23.464	(20.764)	6.534
	379.421	**4.583.575**	**(4.550.106)**	**412.890**

A cobertura das provisões técnicas é demonstrada da seguinte forma em:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas	456.543	412.890
(–) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	(74.170)	(65.149)
(–) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	(24.078)	(20.864)
(–) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	(8.604)	(5.961)
(–) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	(2.290)	(1.591)
(–) Custo de Aquisição Diferido Redutor	(68.450)	(71.910)
(–) Direito Creditório	(72.551)	(72.539)
Total a ser coberto	**206.401**	**174.876**
Aplicações vinculadas	260.498	216.565
Suficiência	**54.098**	**41.689**

17.1 Desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

Desenvolvimento de sinistros brutos de resseguro:

Data de aviso	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Ajuste da IBNR	1.537	1.537	2.565	3.574	3.574	9.343	22.863	24.896
PSL Adm	2.246	3.769	4.829	7.506	9.569	14.008	(24.377)	27.752
PSL Jud	8.923	15.232	17.597	19.102	18.992	27.118	(24.720)	44.014
Provisão de Sinistro	12.705	20.537	24.991	30.183	32.135	50.470	71.960	96.661
Pagamentos acumulados	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Após um ano	844	1.859	4.702	5.559	7.166	10.630	(35.293)	–
Após dois anos	563	1.194	2.347	4.295	5.622	23.548	–	–
Após três anos	3.059	4.476	5.042	7.310	20.171	–	–	–
Após quatro anos	1.231	1.886	4.184	14.440	–	–	–	–
Após cinco anos	2.102	3.198	13.605	–	–	–	–	–
Após seis anos	1.941	12.737	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	6.566	–	–	–	–	–	–	–
Provisão de sinistros	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Após um ano	846	2.010	5.698	8.521	14.010	19.460	(25.693)	71.720
Após dois anos	935	2.746	7.120	11.280	16.365	21.999	–	–
Após três anos	1.134	3.001	6.389	10.594	14.613	–	–	–
Após quatro anos	1.818	4.098	8.514	12.692	–	–	–	–
Após cinco anos	3.083	5.703	11.020	–	–	–	–	–
Após seis anos	4.323	8.330	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	5.037	–	–	–	–	–	–	–
Provisão reestimada	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Após um ano	1.690	3.869	10.400	14.081	21.176	30.090	60.987	71.720
Após dois anos	1.499	3.941	9.466	15.575	21.987	45.545	–	–
Após três anos	4.193	7.477	11.431	17.904	34.784	–	–	–
Após quatro anos	3.049	5.985	12.698	27.142	–	–	–	–
Após cinco anos	5.185	8.901	24.625	–	–	–	–	–
Após seis anos	6.264	21.066	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	11.603	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	17.152	27.361	35.578	40.135	46.969	53.636	60.987	71.720
Passivo reconhecido no balanço	12.705	20.537	24.991	30.183	32.135	50.470	71.960	96.661
Déficit / Superávit	(4.447)	(6.824)	(10.586)	(9.953)	(14.834)	(3.166)	10.973	24.941
%	–26%	–25%	–30%	–25%	–32%	–6%	18%	35%

Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:

Data de aviso	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Ajuste da IBNR	*1.537*	*1.537*	*2.565*	*3.574*	*3.574*	*9.343*	*17.053*	*18.974*
PSL Adm	*2.246*	*3.370*	*3.760*	*4.474*	*5.500*	*7.840*	*13.401*	*16.759*
PSL Jud	*8.877*	*10.569*	*11.059*	*13.550*	*13.129*	*19.624*	*20.660*	*34.017*
Provisão de Sinistro	*12.660*	*15.476*	*17.384*	*21.598*	*22.203*	*36.808*	*51.114*	*69.750*
Pagamentos acumulados	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Após um ano	788	1.094	3.047	3.709	4.405	6.600	25.574	–
Após dois anos	463	713	1.221	2.147	2.979	15.868	–	–
Após três anos	3.050	3.651	4.025	5.544	14.542	–	–	–
Após quatro anos	1.040	1.208	2.005	8.510	–	–	–	–
Após cinco anos	987	1.458	7.108	–	–	–	–	–
Após seis anos	1.666	8.379	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	5.368	–	–	–	–	–	–	–
Provisão de sinistros	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Após um ano	841	1.314	2.829	4.130	6.773	9.824	14.984	50.730
Após dois anos	919	1.619	3.481	5.451	8.013	11.334	–	–
Após três anos	1.092	1.867	3.507	5.478	8.001	–	–	–
Após quatro anos	1.717	2.682	4.823	7.229	–	–	–	–
Após cinco anos	2.073	3.215	5.795	–	–	–	–	–
Após seis anos	3.163	5.244	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	3.660	–	–	–	–	–	–	–

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Allseg Seguradora S.A. | CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

Provisão reestimada	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Após um ano	1.629	2.408	5.876	7.839	11.178	16.424	40.558	50.730
Após dois anos	1.382	2.332	4.702	7.598	10.992	27.202	–	–
Após três anos	4.142	5.518	7.532	11.022	22.543	–	–	–
Após quatro anos	2.757	3.890	6.828	15.739	–	–	–	–
Após cinco anos	3.060	4.673	12.903	–	–	–	–	–
Após seis anos	4.829	13.623	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	9.029	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	14.203	17.816	20.234	24.040	28.699	32.292	40.558	50.730
Passivo reconhecido no balanço	12.660	15.476	17.384	21.598	22.203	36.808	51.114	69.750
Déficit / Superávit	(1.543)	(2.339)	(2.851)	(2.442)	(6.496)	4.515	10.556	19.020
%	–11%	–13%	–14%	–10%	–23%	14%	26%	37%

No desenvolvimento de sinistro, não são considerados os sinistros do ramo 0986 Dotal Puro, se referem a casos pontuais de sinistros, uma vez questionados judicialmente, e que a Seguradora não comercializa tal produto.

18. Outros débitos: 18.1 Provisões judiciais: As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas; a administração da Seguradora entende que estas provisões são suficientes para fazer frente a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. **(a) Processos cíveis:** Referem-se a processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de coberturas não contratadas nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistro. **(b) Processos trabalhistas:** Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Em 31/12/2024, a Seguradora não possui causas com classificação provável. **(c) Processos tributários:** As contingências tributárias correspondem ao valor dos tributos envolvidos em discussões na esfera administrativa ou judicial e objeto de lançamento de ofício, sendo provisionadas sempre que a perda for classificada como provável. Em 31/12/2024, a Seguradora não possui causas com classificação provável. **(d) Processos de sinistros:** A Seguradora tem registro de processos de sinistros em discussão judicial incluídos na rubrica de "Sinistros a liquidar", que em 31/12/2024 apresentava o montante R$ 34.947 (R$ 29.519 em 2023). A PSL judicial é estimada de acordo com as normas da SUSEP e/ou nota técnica atuarial aprovada pela SUSEP, conforme previamente estabelecido em política interna. As contingências em 31/12/2024 e de 2023 estão classificadas conforme a avaliação dos assessores jurídicos está assim representada:

	Processos cíveis/trabalhistas			Sinistros judiciais		
Chance de Ocorrência	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor Provisionado
Provável	07	5.289 (*)	91	263	66.892	14.980
Possível	41	1.594	–	534	170.796	14.975
Remota	06	324	–	299	40.487	4.992
Total – 2024	54	7.207	**91**	**1096**	**278.175**	**34.947**
Provável	20	401	871	254	69.660	14.845
Possível	69	2.236	–	443	55.030	12.280
Remota	27	5.746	–	190	20.075	2.393
Total – 2023	**116**	**8.383**	**871**	**887**	**144.765**	**29.518**

(*) Trata-se de ação judicial com outras seguradoras no pólo passivo, sendo o valor em risco envolvido parte da companhia de R$ 25.000,00.

Movimentação de Sinistros Judiciais	Sinistros judiciais
Saldo inicial em 31/12/2022	16.448
(+) Adições	44.769
(–) Baixas	(31.699)
Saldo final em 31/12/2023	29.518
(+) Adições	32.868
(–) Baixas	(27.439)
Saldo final em 31/12/2024	34.947

O *aging* das provisões de sinistros judiciais tem por base o tempo de pendência a partir da data de aviso ou de transferência de processo administrativo para judicial:

31/12/2024 Vencidos					
Até um ano	Até dois anos	Até três anos	Até quatro anos	Acima de cinco anos	Total
3.454	7.819	7.253	6.454	9.967	34.947

31/12/2023 Vencidos					
Até um ano	Até dois anos	Até três anos	Até quatro anos	Acima de cinco anos	Total
3.782	7.039	5.795	4.646	8.256	29.518

19. Patrimônio líquido: 19.1 Capital social: O capital social está representado pelo valor de R$ 32.278 (R$ 32.278 em 2023), mediante a emissão de 27.114.539 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, o qual foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 967, de 12/05/2009, composto por 27.114.537 ações do Sr. Pedro Pereira de Freitas, 1 ação do Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e 1 ação do Sr. Francisco de Assis Fernandes. **19.2 Reservas de reavaliação:** Constituída em períodos anteriores em decorrência das avaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados. **19.3 Reservas de lucros: (a) Reserva legal:** A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei no 6.404/1976. **(b) Reserva estatutária:** A reserva estatutária tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa reserva, em cada período, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei no 6.404/1976. **19.4 Dividendos e Juros sobre capital próprio:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual. Em 2024, a Seguradora distribuiu juros sobre o capital próprio sobre o lucro do exercício no montante de R$ 4.110 (em 2023 R$ 3.172), de acordo com a faculdade prevista no artigo 9º da lei nº 9.249/95, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) *pro rata die*. O crédito de juros sobre o capital próprio será submetido aprovação em reunião de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 31/03/2025. **19.5 Patrimônio líquido ajustado e Capital Mínimo Requerido:** A Resolução CNSP 432/2021, e alterações posteriores, estabelece os critérios de exigência de capital a serem observados para operação de seguros. O critério estabelecido define que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora deverá ser maior ou igual ao Capital Mínimo Requerido (CMR) no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR é composto pelo capital-base e capital de risco, seu valor será o maior entre esses dois valores. O patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido apresentam-se da seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	**78.683**	**61.923**
(–) Participações societárias	(227)	(227)
(–) Despesas antecipadas	(46)	(11)
(–) Custo de aquisição	(425)	(495)
(+) Ajustes econômicos	6.207	1.115
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**84.192**	**62.305**
	8.100	**8.100**
Capital base (a)		
Capital adicional – risco de subscrição	34.740	33.066
Capital de mercado	4.177	3.471
Capital adicional – risco de crédito	11.181	7.731
Capital adicional – risco de operações	2.571	2.150
Benefício da diversificação	(7.277)	(5.647)
Capital adicional de risco (b)	**45.392**	**40.771**
maior valor entre (a) e (b)	**45.392**	**40.771**
PLA nível 1	72.423	55.764
PLA nível 2	6.207	1.115
PLA nível 3	5.562	–
Suficiência de capital (PLA – CMR)	**38.800**	**21.533**
Suficiência %	**85%**	**53%**

20. Partes relacionadas: A Seguradora identifica como partes relacionadas seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. As transações são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas.

	31/12/2024				31/12/2023			
Parte Relacionada	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Fmcr Administradora de Franchising Ltda. (i)	–	–	–	1.086	–	–	–	735
No Ma' am Empreendim. e Participação Ltda. (ii)	–	–	–	1.013	–	–	–	732
Segservice Administração e Corretagem de Seguros Ltda. (iii)	–	–	–	1	–	–	–	2
Protect Administradora e Corretagem de Seguros Ltda. (iv)	–	–	–	10	–	–	–	14
Christian de Freitas Sociedade Individual de Advocacia (v)	–	–	–	1.015	–	–	–	735

(i) Refere-se à prestação de serviços de consultoria em marketing para a promoção da marca Allseg e seus produtos na rede de franquia e seus clientes. (ii) Refere-se à prestação de serviços para a prospecção de novos clientes (representantes/corretores) e de relacionamento com determinados clientes da Seguradora. (iii) Refere-se à prestação de serviços para promoção de vendas de produtos da Allseg. (iv) Refere-se à prestação de serviços para promoção de vendas de produtos da Allseg. (v) Refere-se à prestação de serviços advocatícios, para os quais contempla também a supervisão das ações judiciais da Seguradora junto aos demais advogados externos. Os benefícios pagos aos administradores e demais membros do pessoal-chave da administração totalizaram R$ 4.653 em 2024 (R$ 3.900 em 2023) e estão registrados no grupo de despesas administrativas na rubrica de "despesas com administração". Os administradores não recebem remuneração baseada em ações.

21. Composição prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição:
Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus principais indicadores de desempenho são em 31/12/2024:

	Prêmios ganhos				Sinistros ocorridos				Custo de aquisição	
Operacional Bruto (sem resseguro)	dez/24	dez/23	dez/24	%	dez/23	%	dez/24	%	dez/23	%
Patrimonial	17.254	7.140	(5.481)	32%	(427)	6%	(3.541)	21%	(388)	5%
Responsabilidades	6.843	7.300	(6.467)	94%	(4.085)	56%	(401)	6%	(1.353)	19%
Automóvel	1.744	149	(1.351)	77%	(27)	18%	(349)	20%	(30)	20%
Transportes	79.530	66.777	(37.251)	47%	(44.941)	67%	(14.395)	18%	(12.420)	19%
Riscos Financeiros	75.946	54.293	(10.639)	14%	(2.326)	4%	(26.090)	34%	(18.507)	34%
Pessoas Coletivo	136.660	143.684	(72.777)	53%	(59.151)	41%	(38.411)	28%	(61.383)	43%
Habitacional	108.873	88.394	(45.916)	42%	(15.662)	18%	(16.260)	15%	(13.787)	16%
Rural	194	–	–	0%	–	– %	(17)	9%	–	– %
Pessoas Individual	13.935	13.865	(7.064)	51%	(4.742)	34%	(745)	5%	(319)	2%
Aeronáuticos	2.819	–	–	– %	–	– %	(25)	1%	–	– %
Petróleo	38.249	38.145	(445)	1%	–	– %	–	– %	–	– %
	482.047	**419.746**	**(187.391)**	**39%**	**(131.361)**	**31%**	**(100.235)**	**21%**	**(108.187)**	**26%**

	Prêmios ganhos				Sinistros ocorridos				Custo de aquisição	
Operacional Líquido (com resseguro)	dez/24	dez/23	dez/24	%	dez/23	%	dez/24	%	dez/23	%
Patrimonial	3.903	(2.570)	(2.474)	63%	(289)	–11%	(1.212)	31%	38	1%
Responsabilidades	2.857	4.448	(2.545)	89%	(2.092)	47%	185	–6%	(1.055)	24%
Automóvel	1.744	149	(1.351)	77%	(27)	18%	(349)	20%	(30)	20%
Transportes	53.309	45.327	(28.956)	54%	(33.564)	74%	(8.864)	17%	(9.314)	21%
Riscos Financeiros	(8.090)	(18.146)	(2.305)	–28%	(402)	–2%	17.261	213%	25.354	140%
Pessoas Coletivo	129.556	134.961	(68.008)	52%	(57.043)	42%	(38.249)	30%	(61.383)	45%
Habitacional	79.078	66.228	(33.835)	43%	(11.591)	18%	(10.455)	13%	(8.674)	13%
Rural	79	–	–	0%	–	– %	(17)	22%	–	– %
Pessoas Individual	13.320	10.321	(6.955)	52%	(4.114)	40%	(745)	6%	(319)	3%
Aeronáuticos	303	–	–	0%	–	– %	462	–152%	–	– %
Petróleo	683	681	(6)	1%	–	– %	–	– %	–	– %
	276.743	**241.399**	**(146.434)**	**53%**	**(109.122)**	**45%**	**(41.984)**	**15%**	**(55.383)**	**23%**

22. Variação das provisões técnicas: As provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de prêmios não ganhos	10.344	(3.416)
Riscos vigentes e não emitidos	(4.584)	(559)
Provisão de Excedentes Técnicos – PET	1.112	(3.852)
	6.872	**(7.827)**

23. Custo de aquisição:

	31/12/2024	31/12/2023
Comissão sobre prêmio emitido	(95.647)	(132.387)
Agenciamento	(967)	(1.818)
Recuperações	3.222	1.652
Variação das custo de aquisição de diferido	(6.843)	24.366
	(100.235)	**(108.187)**

24. Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais de seguros	10	138
Despesas com cobrança	(39)	(52)
Despesas com administração de apólice contratada	(16.043)	(6.673)
Redução ao valor recuperável	(3.355)	(1.951)
Outras despesas com operações de seguros e resseguros	(3.648)	(1.130)
	(23.075)	**(9.668)**

25. Resultado com resseguro:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com resseguro	36.174	18.577
Despesa com sinistro	2.409	2.518
IBNR Resseguro	2.853	1.144
Prêmio de resseguro	(142.559)	(110.467)
Variação das despesas de resseguro	(4.495)	(15.075)
	(105.618)	**(103.303)**

26. Despesas administrativas:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com administração / pessoal	(21.105)	(19.677)
Despesas com serviços técnicos de terceiros (*)	(28.301)	(20.114)
Despesas com localização e funcionamento	(2.550)	(2.038)
Despesas com publicidade e propaganda	(1.181)	(884)
Outras despesas / recuperações	(2.073)	(2.689)
	(55.210)	**(45.403)**

(*) O valor das despesas de serviços técnicos de terceiros, incluem honorários de auditoria independente que representam 1,48 % da rubrica em 31/12/2024 (1,32% em 31/12/2023).

27. Despesas com tributos:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	10	(1.383)
COFINS	44	(8.508)
Taxa de fiscalização	(1.646)	(2.506)
Outras	(1.385)	(825)
	(2.977)	**(13.222)**

(*) O valor das despesas com tributos, incluem os créditos tributários de PIS/COFINS (Nota 9.1.1).

28. Resultado financeiro:

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de renda fixa	24.408	22.979
Títulos de renda variável	87	159
Receitas com operações de seguros – Oscilação cambial	3.982	2.697
Outras receitas	372	167
Despesas com operações de seguros – Oscilação cambial	(4.753)	(4.010)
Impostos de transações financeiras	10	20
Outras despesas	(167)	(369)
Títulos de renda variável	(95)	(122)
	25.386	**21.521**

29. Eventos Subsequentes: Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação das Demonstrações Financeiras.

Diretoria

Pedro Pereira de Freitas – Diretor Presidente

Christian de Freitas - Diretor
Francisco de Assis Fernandes – Diretor
Marcelo de Freitas - Diretor
Paulo de Oliveira Medeiros - Diretor

Michelli Sousa e Freitas – Contadora – CRC 1SP 335 755/O - 2

Marcos Falcão – Atuário – MIBA 893

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Allseg Seguradora S.A. Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **Allseg Seguradora** - "Seguradora", em 31/12/2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade da Auditoria Independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da **Allseg Seguradora** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **Allseg Seguradora** em 31/12/2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 26/02/2025.

Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841
Atuária Brasil Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda. - CIBA 0087
CNPJ nº 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 - POA/RS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Allseg Seguradora S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Allseg Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

continuação ☛

Allseg Seguradora S.A. | CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Thais Helena Ferreira Farat Cosentino
Contadora
CRC 1SP260324/O-0

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

allseg seguradora S.A.

CNPJ: 67.865.360/0001-27

Índices data base 31/12/2024 (Em milhares de reais)

Índice de Liquidez Corrente - LC

AC	=		565.512	565.512	=	**1,17**
PC			483.933	483.933		

Índice de Liquidez Geral - LG

AC + RLP	=	565.512	+	148.376	713.888	=	**1,12**
PC + PNC		483.933	+	152.105	636.038		

Índice de Liquidez Imediata

AD	=		12.288	12.288	=	**0,03**
PC			483.933	483.933		

Endividamento corrente

PC	=		483.933	483.933	=	**0,86**
AC			565.512	565.512		

Endividamento de curto prazo

PC	=		483.933	483.933	=	**6,15**
PL			78.683	78.683		

Endividamento geral

PC + PNC	=	483.933	+	152.105	636.038	=	**0,89**
AT				714.721	714.721		

Endividamento do patrimônio líquido

ET	=		636.038	636.038	=	**8,08**
PL			78.683	78.683		

Composição do endividamento

$$\frac{PC}{ET} = \frac{483.933}{636.038} \qquad \frac{483.933}{636.038} = \boxed{0,76}$$

Solvência geral

$$\frac{AC + ANC}{PC + PNC} = \frac{565.512 + 149.209}{483.933 + 152.105} \qquad \frac{714.721}{636.038} = \boxed{1,12}$$

Retorno do investimento total

$$\frac{LL}{AT} = \frac{20.856}{714.721} \qquad \frac{20.856}{714.721} = \boxed{0,03}$$

Imobilização do PL

$$\frac{AP}{PL} = \frac{833}{78.683} \qquad \frac{833}{78.683} = \boxed{0,01}$$

São Paulo, 11 de março de 2025

MICHELLI SOUSA E FREITAS:31939340896

Assinado de forma digital por MICHELLI SOUSA E FREITAS:31939340896
Dados: 2025.03.11 16:52:19 -03'00'

Michelli Sousa e Freitas

Contadora CRC 1SP 335755/O – 2

American Life Seguros

American Life Companhia de Seguros

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes relativos à auditoria das demonstrações financeiras e a auditoria atuarial. O ano de 2023 foi marcado pelo crescimento de prêmios emitidos na American Life, notadamente em transportes - RCO, seguro garantia e habitacional. Durante o exercício de 2023, os prêmios emitidos totalizaram R$427,5 milhões (R$ 400.450 em 2022) e os prêmios ganhos R$419,7 milhões (R$ 337.397 em 2022) representando um crescimento de 24,4% em relação ao mesmo período do ano passado. A política de investimentos se manteve conservadora; a totalidade dos recursos foi mantida em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos de renda fixa. A distribuição de dividendos acompanha o disposto na Legislação vigente e no Estatuto Social. A American Life Companhia de Seguros agradece aos seus Segurados, Corretores e demais parceiros de negócios e também à Superintendência de Seguros Privados SUSEP, a confiança depositada na Empresa, e aos nossos colaboradores pela dedicação e valiosas contribuições no desenvolvimento da Seguradora."

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024. ***Diretoria***

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e de 2022 - *Em milhares de reais*

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**471.874**	**375.170**
Disponível		**5.047**	**12.303**
Caixa e bancos	5	5.047	12.303
Aplicações	**6**	**216.756**	**147.060**
Créditos das operações seguros e resseguros		**99.330**	**85.657**
Prêmios a receber	7.1	89.186	72.764
Operações com seguradoras	7.2	2.777	845
Operações com resseguradoras	7.3	7.367	12.048
Outros créditos operacionais		**211**	**192**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**8**	**107.512**	**102.576**
Títulos e créditos a receber		**3.795**	**3.520**
Títulos e créditos a receber		81	6
Créditos tributários e previdenciários	9.1.1	2.062	1.846
Depósitos judiciais e fiscais		589	619
Outros créditos a receber	10	1.063	1.049
Outros valores e bens		**24**	**24**
Despesas antecipadas		**11**	**10**
Custo de aquisição diferido	**11**	**39.187**	**23.828**
Seguros		39.187	23.828
Não circulante		**151.430**	**156.045**
Realizável a longo prazo		**150.593**	**155.126**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**13.796**	**10.910**
Prêmios a receber	7.1	13.796	10.910
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**8**	**65.947**	**84.655**
Títulos e créditos a receber		**5.436**	**3.155**
Créditos tributários e previdenciários	9.1.1	5.426	3.133
Outros créditos a receber	10	11	22
Custo de aquisição diferidos	**11**	**65.413**	**56.407**
Seguros		65.413	56.407
Investimentos	**12**	**227**	**227**
Participações societárias		227	227
Imobilizado		**610**	**691**
Imóveis de uso próprio		505	541
Bens móveis		105	150
Total do ativo		**623.304**	**531.215**

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**401.330**	**312.123**
Contas a pagar		**13.560**	**6.775**
Obrigações a pagar	13.1	5.402	2.395
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	2.098	1.889
Encargos trabalhistas	13.3	1.124	976
Impostos e contribuições	13.4	4.936	1.515
Débitos de operações com seguros e resseguros		**127.677**	**91.599**
Prêmios a restituir		2.093	308
Operações com seguradora		3.274	2.770
Operações com resseguradoras	14	91.321	72.162
Corretores de seguros e resseguros	15	30.989	16.359
Depósitos de terceiros	**16**	**1.481**	**1.442**
Provisões técnicas - seguros	**17**	**258.612**	**212.307**
Danos		190.451	156.519
Pessoas		68.009	55.788
Vida Individual		151	-
Não circulante		**160.051**	**172.353**
Contas a pagar		**128**	**142**
Tributos diferidos	13.4	128	142
Débitos das operações com seguros e resseguros		**4.774**	**3.452**
Corretores de Seguros e Resseguros	15	4.774	3.452
Provisões técnicas – seguros	**17**	**154.278**	**167.114**
Danos		88.902	96.769
Pessoas		65.376	70.345
Outros débitos		**871**	**1.645**
Provisões Judiciais	18.1	871	1.645
Patrimônio líquido		**61.923**	**46.739**
Capital social	19.1	32.278	32.278
Reservas de reavaliação	19.2	193	213
Reservas de lucros	19.3	29.452	14.248
Total do passivo e do patrimônio líquido		**623.304**	**531.215**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 - *Em milhares de reais*

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros – Reserva legal	Reservas de lucros – Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31/12/2021	**32.278**	**235**	**2.402**	**7.756**	**-**	**42.671**
Realização da reserva de reavaliação	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	-	14
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	6.831	6.831
Reversão de Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	342	-	(342)	-
Reserva de lucro	-	-	-	3.747	(3.747)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.777)	(2.777)
Em 31/12/2022	**32.278**	**214**	**2.744**	**11.503**	**-**	**46.739**
Realização da reserva de reavaliação.	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	-	14
Lucro do exercício	-	-	-	-	18.342	18.342
Proposta p/distribuição do resultado	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	917	-	(917)	-
Reserva de Lucro	-	-	-	14.288	(14.288)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(3.172)	(3.172)
Em 31/12/2023	**32.278**	**193**	**3.661**	**25.791**	**-**	**61.923**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)

Demonstração do resultado	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos		**427.572**	**400.450**
Variação das provisões técnicas de prêmios	22	(7.827)	(63.053)
Prêmios ganhos	**21**	**419.746**	**337.397**
Sinistros ocorridos	**21**	**(131.361)**	**(116.241)**
Custos de aquisição	**23**	**(108.187)**	**(93.865)**
Outras receitas e despesas operacionais	**24**	**(9.668)**	**(6.738)**
Resultado com resseguro	**25**	**(103.303)**	**(77.259)**
Receita com resseguro		22.240	31.718
Despesa com resseguro		(125.542)	(108.977)
Despesas administrativas	**26**	**(45.403)**	**(36.319)**
Despesas com tributos	**27**	**(13.222)**	**(11.318)**
Resultado financeiro	**28**	**21.521**	**15.397**
Resultado operacional		**30.123**	**11.054**
Resultado antes dos impostos e participações		**30.123**	**11.054**
Imposto de renda	9.1.2	(6.631)	(1.960)
Contribuição social	9.1.2	(4.017)	(1.302)
Participações sobre o resultado		(1.133)	(961)
Lucro líquido do exercício		**18.342**	**6.831**
Quantidade de ações		27.114.539	27.114.539
Lucro líquido(prejuízo) por ação - R$		0,68	0,25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Abrangente - Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 - *Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)*

Demonstração do resultado abrangente	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		**18.342**	**6.831**
Variação reserva de reavaliação		(21)	(21)
Resultado abrangente		**18.321**	**6.810**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 - *Em milhares de reais*

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	**18.342**	**6.831**
Ajustes para:	**1.314**	**4.003**
Depreciação e amortizações	137	133
Perda (Reversão de perda) por redução ao valor recuperável dos ativos	1.951	3.149
Outros ajustes - Provisões judiciais	(774)	721
Variação nas contas patrimoniais:	**(17.034)**	**2.375**
Ativos financeiros	(69.696)	(36.912)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(18.801)	52.182
Ativos de Resseguro	13.771	(39.593)
Créditos fiscais e previdenciários	(216)	(57)
Depósitos judiciais e fiscais	30	28
Despesas antecipadas	(1)	6
Custos de Aquisição Diferidos	(24.365)	(12.756)
Outros Ativos	(2.388)	(1.858)
Impostos e contribuições	10.070	3.324
Outras contas a pagar	3.364	2.974
Débitos de operações com seguros e resseguros	37.689	(49.198)
Depósitos de terceiros	40	(9)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	33.469	83.523
Total	**2.621**	**12.488**
Impostos sobre lucro pagos	(6.649)	(2.169)
Caixa Líquido Gerado /Consumido nas atividades Operacionais	**(4.027)**	**10.319**
Atividades de Investimento		
Pagamento pela compra Imobilizado	(56)	(8)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(56)**	**(8)**
Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.172)	(2.777)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**(3.172)**	**(2.777)**
Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(7.255)**	**7.534**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	12.303	4.769
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5.047	12.303

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações 31/12/2023 e de 2022 - *Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A American Life Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar nos ramos de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, podendo ainda participar de outras sociedades, conforme definido na legislação em vigor. Sua sede é na Av. Angélica, 2626 - Térreo - Consolação, São Paulo - SP, 01228-200. Sua composição acionária se dá de 99,9% de ações ao Sr. Pedro Pereira de Freitas e 0,01% de ações destinadas ao Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e Francisco de Assis Fernandes. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, de 12/11/2021, e alterações posteriores, Lei das Sociedades por Ações e as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal de suas operações. A emissão das demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela Administração em 28/02/2024. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo: · Ativos financeiros na categoria "avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias e outros ativos de curto prazo com vencimento original de três meses ou período menor, de alta liquidez e com baixo risco de variação ao valor de mercado. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros no reconhecimento inicial são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado:** Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição. Apenas os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e a contabilização dos ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **(b) Recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguros" e "Demais contas a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço. **(c) Determinação do valor justo dos ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. **2.4.2. Compensação de ativos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados, substancialmente, de forma segregada no balanço patrimonial da Seguradora. **2.5. *Impairment* (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros: (a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo recebíveis):** Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e havendo evidência objetiva de perda por *impairment*, é efetuado registro no resultado do período. No que se refere aos prêmios de seguros de danos e pessoas e créditos junto à resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o critério definido no artigo 138 da Circular SUSEP nº 648/2021, o estudo elaborado considera histórico de perdas e os riscos de inadimplência, a base de dados utilizada contempla todos os prêmios a receber oriundos de seguros diretos, não há exclusão de nenhuma parcela em aberto, seja ela de: "prêmios a receber relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas" conforme evidência o artigo 138 da circular supracitada. Desse modo, o estudo em questão e todo o seu desenvolvimento, através dos percentuais estabelecidos para o "Gross Provision Factor" contemplam a totalidade de valores a receber pela seguradora e créditos junto à resseguradores. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados por *impairment* anualmente. Para os demais ativos não financeiros, o teste é realizado se houver indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável através da venda ou uso. Para a identificação da necessidade de realização do teste de *impairment* alguns aspectos são analisados pela administração, tais como: diminuição acima do esperado do valor de mercado de um ativo; mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade que tenham ocorrido durante o período em análise; mudanças nas taxas de juros de mercado ou de retorno sobre investimentos; evidência de obsolescência ou de dano físico de um ativo; dentre outros. O teste é feito agrupando-se os ativos nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão *do impairment* antes do final do período. **2.6. Avaliação de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. **2.7. Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, veículos, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data da preparação das demonstrações financeiras. Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação não diferem, substancialmente, das utilizadas pela legislação fiscal vigente. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil. **2.8. Investimentos:** Os investimentos representam em sua totalidade ações detidas na Seguradora Líder S.A. (DPVAT) e são mensurados pelo custo amortizado. **2.9. Contratos de arrendamento:** O CPC 06 (R2), estabelece que na celebração de um contrato, a Seguradora deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para arrendadores permanece semelhante ao padrão anterior. Esta norma entrou em vigor para as empresas reguladas pela SUSEP, a partir de 04/01/2021 e não houve impactos para as Demonstrações Financeiras. **2.10. Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que estes transferem risco significativo de seguro. A Seguradora define como regra geral risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Os contratos de resseguros também são classificáveis segundo os princípios de transferência de risco de seguro conforme CPC 11 - Contratos de Seguro. **2.11. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros: 2.11.1. Passivos de contratos de seguros:** A Seguradora adotou a isenção contida no CPC 11 - Contratos de Seguro e utilizou as políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas adiante, utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhadas em Nota Técnica Atuarial. (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando reservar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo. (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar ao segurado, quando do aviso dos sinistros. (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o aviso do sinistro. (e) Provisão de Excedentes Técnicos (PET) Constituídas para o contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico. (f) A provisão de Despesa Relacionadas (PDR) é constituída por estimativa com base nos valores de despesas relacionadas quando do aviso dos sinistros. **2.11.2. Teste de adequação dos passivos (TAP):** Em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação de passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste. O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas incrementais e de liquidação de sinistros e deduzindo-se as despesas de aquisição diferidas. Retornos de investimentos, custos de resseguro, apólice e o adicional de fracionamento não são considerados. Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são segmentados por grupos de ramos conforme determina a regulamentação específica. Para ramos de risco decorrido, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato, para apurar sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo. Para aferição dos fluxos foi considerada como referência a sinistralidade corrente dos grupos de ramos analisados. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

de risco (ETTJ), publicadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), considerando a curva de juros do indexador de suas obrigações, no caso o cupom do IPCA. Caso seja identificada qualquer insuficiência no teste em referência, a Seguradora registra imediatamente a perda ajustando provisões que tenham originado tal deficiência. O resultado dos Testes de Adequação de Passivos dos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-base. **2.12. Passivos financeiros:** Passivos financeiros são quaisquer passivos que sejam considerados uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro, ou de trocar ativos ou passivos sob condições desfavoráveis, bem como, um contrato que será ou poderá ser liquidado com instrumentos patrimoniais da própria entidade. **2.13. Benefícios a empregados:** A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários. **2.14. Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", e leva em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Seguradora conforme segue: (a) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não caibam mais recursos. (b) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **2.15. Impostos sobre o lucro:** A provisão para imposto de renda da pessoa jurídica foi constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10%, sobre o lucro tributável que excede R$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota 15% sobre o lucro tributável antes dos impostos. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.16. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte: • Os prêmios de seguros e resseguros e as correspondentes receitas e despesas de comercialização, são contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa. Nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. • As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades repassadas aos resseguradores e às outras companhias. • As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e dos resseguradores. **2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Seguradora (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda); e (ii) 50% dos lucros acumulados da Seguradora e das reservas de lucros. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos. Para estas estimativas a administração utiliza experiências de eventos passados e/ou correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. **(a) Cálculo de *impairment* de ativos:** A administração avalia anualmente seus ativos para a verificação da necessidade de registro de *impairment* quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável conforme o CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **(b) Avaliação de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Seguradora possui processos judiciais, cíveis e fiscais na data de preparação das demonstrações financeiras. As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas, de acordo com o CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(c) Avaliação de passivos de seguros:** A Seguradora faz uso de fontes internas e externas de informação disponíveis sobre experiência passada, além de indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e, dos atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros de contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Mesmo considerando todos os indicadores disponíveis e experiência passada, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados. **(d) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos quando relevante é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço. **4. Gestão de riscos: 4.1. Gestão de risco de seguro:** As operações da Seguradora estão voltadas para a modalidade de Riscos de Pessoas e Danos que compreendem: seguro de vida, seguro funeral, seguro de acidentes pessoais, seguro educacional, seguro viagem, seguro prestamista, seguro de diária por internação hospitalar, seguro desemprego (perda de renda), seguro de diária de incapacidade temporária, patrimonial, habitacional (coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente), Transportes, Riscos Financeiros e Riscos de Petróleo. Nossa premissa básica é o atendimento das necessidades dos clientes, customizando a adequação dos riscos oferecidos com lucratividade, priorizamos o nosso compromisso com a responsabilidade social, no sentido de atingirmos segmentos que não possuam acesso a seguros, que não estejam com suas necessidades atendidas ou que possuam produtos inadequados ao seu perfil. Focamos também em nichos com o intuito de sermos especialistas através da elaboração de apólices especificas para cada perfil de cliente "*Taylor-made*". Os seguros disponibilizados podem ser contratados nas seguintes formas: • Individual - quando os segurados preenchem propostas com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais. • Coletiva - quando os segurados aderem a uma apólice contratada pelo estipulante, que podem ser produtos padronizados ou a produtos específicos, onde as apólices são customizadas de acordo com a necessidade e pedido dos clientes. Os seguros são angariados por corretores legalmente habilitados. A Administração acredita que o limite de retenção atual é consistente com as práticas de subscrição e não afetam a capacidade da Seguradora em conduzir seus negócios, os quais se orientam na busca de crescimento contínuo. O cálculo do excedente de responsabilidade compreende a diferença entre o limite de retenção praticado pela Seguradora e o limite de resseguro automático.

Concentração de Riscos por região

2023						
Grupo de Ramo	**Região Centro-Oeste**	**Região Nordeste**	**Região Norte**	**Região Sudeste**	**Região Sul**	**Total**
Automóvel	-	-	-	146	-	146
Habitacional	90.201	-	-	-	456	90.657
Patrimonial	147	575	(251)	968	1.017	2.456
Pessoas Coletivo	47.671	5.859	3.972	57.309	17.357	132.168
Pessoas Individual	664	1.652	558	6.775	3.836	13.485
Responsabilidades	15	11.929	2	102	(6)	12.042
Riscos Financeiros	57.035	6.309	6.436	31.990	15.294	117.064
Transportes	8.021	4.100	2.496	34.146	10.791	59.554
Prêmios emitidos	**203.754**	**30.424**	**13.213**	**131.436**	**48.745**	**427.572**

2022						
Grupo de Ramo	**Região Centro-Oeste**	**Região Nordeste**	**Região Norte**	**Região Sudeste**	**Região Sul**	**Total**
Habitacional	47.092	-	-	31	560	47.683
Patrimonial	41	599	487	(6.497)	13	(5.357)
Pessoas Coletivo	101.589	3.465	3.901	60.488	14.127	183.570
Pessoas Individual	799	1.830	737	7.838	4.914	16.118
Responsabilidades	30	5.371	10	168	92	5.671
Riscos Financeiros	4.848	4.446	3.930	21.710	4.608	39.542
Transportes	6.351	3.519	2.297	38.514	10.567	61.248
Petróleo	-	-	-	51.975	-	51.975
Prêmios emitidos	**160.750**	**19.230**	**11.362**	**174.227**	**34.881**	**400.450**

4.2. Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas nos produtos de seguros bem como a inadequação em relação subscrição e precificação. Das operações de seguros, as provisões de sinistros representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade das provisões para Sinistros Ocorridos e Ainda Não Avisados – IBNR, Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Ajuste para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER e Provisão de Despesas Relacionadas – PDR. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido: ***1. Provisões Técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo:*** **1.1.** IBNR: agravo de 5% nos sinistros que compõem a provisão. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um aumento em todos os sinistros ocorridos e avisados, do período de 36 meses; **1.2.** PSL: agravo de 5% no valor do sinistro avisados, mas ainda pendentes; **1.3.** PDR: agravo de 5% no valor das despesas relacionadas a sinistro retido utilizado no cálculo. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido a Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG – é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras; **1.4.** IBNeR: agravo de 5% no valor da provisão para ajuste da PSL; (b) Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido da carteira. (c) Despesas Administrativas: uma elevação de 5% no valor das despesas administrativas da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são (brutos de impostos):

		Impacto sobre o Patrimônio Líquido		Impacto no Resultado	
Fator de Risco	**Sensibilidade**	**Valores Brutos de Resseguro**	**Valores Líquidos de Resseguro**	**Valores Brutos de Resseguro**	**Valores Líquidos de Resseguro**
1. Provisões Técnicas	Total das alterações sobre as provisões técnicas	(5.223)	(2.960)	(5.223)	(2.960)
1.1.IBNR	Agravo de 5% nos sinistros ocorridos	(1.296)	(944)	(1.296)	(944)
1.2.PSL	Agravo de 5% nos sinistros avisados	(2.455)	(1.703)	(2.455)	(1.703)
1.3.PDR	Agravo de 5% na provisão	(327)	(22)	(327)	(22)
1.4.IBNeR	Agravo de 5% na provisão	(1.145)	(291)	(1.145)	(291)
1.5. PCC	Agravo de 5% nos sinistros retidos	-	-	-	-
1.6. PCC	Agravo de 5% nas Despesas Administrativas	-	-	-	-
2. Sinistro Retido	Elevação do sinistro retido em 5%	(362)	-	(362)	-
3. Desp. Administrativas	Elevação nas despesas administrativas em 5%	(2.280)	-	(2.280)	-

4.3. Gestão de riscos financeiros: A carteira de investimentos está exposta a riscos financeiros que são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, que levam em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são: **(a) Risco de mercado:** Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. O principal fator de risco de mercado presente no balanço é a taxa de juros pré-fixada. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção de estrutura, a termo das diversas taxas de juros. De modo geral, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa; uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado. **(b) Risco de crédito:** A Seguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de seus ativos financeiros. Consequentemente existem certas restrições sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam rating de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos em nossa política. A política de aplicações financeiras adotada pela administração da Seguradora estabelece as instituições financeiras com as quais a Seguradora pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco seja entre "AAA" até "BBB", ou seja, bancos que apresentam solidez financeira de excepcional até adequada, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI ou taxa SELIC, em investimentos com alta liquidez e segurança. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis. O programa e a política de resseguro somente consideram participantes de mercado resseguradores com alta qualidade de crédito. Até a data-base de análise, a Seguradora mantém parceria com:

Ressegurador	**Tipo**	**Rating**	**Fonte pesquisa**
SCOR Brasil Resseguros S.A.	Local	A+	Standard & Poor's
IRB Brasil Resseguros S.A	Local	AAA	Standard & Poor's
Austral Resseguradora S.A	Local	AAA	Standard & Poor's
SWISS RE Brasil Resseguros S\A	Local	A+	Standard & Poor's
Hannover Ruck SE	Admitida	A+	Standard & Poor's
Argo RE Ltd.	Admitida	A-	A. M. Best Company
Liberty Mutual Insurance Company	Admitida	A	A. M. Best Company
Starr Insurance && Reinsurance Limited	Admitida	A	A. M. Best Company
Partner Reinsurance Europe SE	Admitida	A+	A. M. Best Company
Everest Reinsurance Company	Admitida	A+	A. M. Best Company
Royal && Sun Alliance Insurance PLC	Admitida	AAA	A. M. Best Company
AXIS Re SE	Admitida	A+	Standard & Poor's
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	AA+	Standard & Poor's
American Home Assurance Company	Admitida	A+	Standard & Poor's
African Reinsurance Corporation	Eventual	A-	Standard & Poor's
Odyssey Reinsurance Company	Eventual	A	A. M. Best Company
Eurasia Insurancia Company JSC	Eventual	B++	A. M. Best Company
Korean Reinsurance Company	Eventual	A	Standard & Poor's
Amtrust Europe Limited	Eventual	A-	A. M. Best Company
Echo Reinsurance Limited	Eventual	A-	Standard & Poor's
Navigators Insurance Company	Eventual	A+	Standard & Poor's
Qatar Insurance Company S.A.Q.	Eventual	A-	Standard & Poor's
Lloyd's	Eventual	A+	Standard & Poor's
MS Amlin AG	Eventual	A	A. M. Best Company
Sompo Japan Insurance Inc	Eventual	A+	A. M. Best Company
Reaseguradora Patria S.A.	Eventual	AAA	A. M. Best Company
Markel International Insurance Company Limited	Eventual	A+	A. M. Best Company
Ironshore Specialty Insurance Company	Eventual	AA	A. M. Best Company
Sava Reinsurance Company d.d.	Eventual	A	Standard & Poor's

(c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. São analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. **(d) Capital adicional para risco de subscrição, de crédito e operacional:** No Brasil, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, a SUSEP divulgou normas que alteraram, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das seguradoras. No exercício findo em 31/12/2023 e de 2022 o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora apresentou-se superior ao valor exigido pelas regras de capital mínimo vigentes à época da apuração (vide nota 19.5). **(e) Resumo da estrutura de gerenciamento de risco:** A Seguradora detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora se encontra exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados.

5. Caixa e equivalente de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	5.047	12.303
	5.047	**12.303**

6. Aplicações financeiras: 6.1. Títulos e valores mobiliários: A classificação dos ativos financeiros por categoria e vencimento é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor de curva	**Valor de mercado**	**%**	**Valor de curva**	**Valor de mercado**	**%**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Quotas de fundos de investimentos – Renda Fixa	168.471	168.471	78%	71.721	71.721	49%
Letras Financeiras do Tesouro	45.282	45.286	21%	66.514	66.533	45%
Nota do Tesouro Nacional	2.796	2.812	1%	2.619	2.622	2%
Ações – IRB	-	187	0%	-	109	0%
Letras financeiras subordinadas	-	-	0%	5.962	6.075	4%
	216.549	**216.756**		**146.924**	**147.060**	

6.1.1. Composição por prazo de vencimento:

31/12/2023					
	Sem Vencimento	**Até Seis Meses**	**De seis a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**
Ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio de resultado (*)					
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	45.286	45.286
Nota do Tesouro Nacional – NTN-B	-	-	-	2.812	2.812
Quotas de fundos de investimentos	168.471	-	-	-	168.471
Ações – IRB	187	-	-	-	187
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	-	-
	168.658	**-**	**-**	**48.098**	**216.756**

31/12/2022					
	Sem Vencimento	**Até Seis Meses**	**De seis a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**
Ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio de resultado (*)					
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	66.533	66.533
Nota do Tesouro Nacional – NTN-B	-	-	-	2.622	2.622
Quotas de fundos de investimentos	71.721	-	-	-	71.721
Ações – IRB	109	-	-	-	109
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	6.075	6.075
	71.830	**-**	**-**	**75.230**	**147.060**

(*) Para fins de fluxo de caixa os títulos classificados como negociação, embora tenham vencimento superior a 12 meses, vem sendo utilizado operacionalmente no pagamento das obrigações em complemento aos demais recursos de caixa, sendo os saldos alocados integralmente no ativo circulante, e por ter também liquidez diária. **(a) Taxa de juros contratada:** A taxa de juros contratada para os títulos relacionados acima são LFS – CDI, NTN-B – IPCA +Taxa pré e para LFT - SELIC. **(b) Movimentação dos títulos e valores mobiliários:** A movimentação das aplicações é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro:

Em 31/12/2021	**110.148**
Aplicações	55.503
Resgates	(34.264)
Rendimentos	15.673
Em 31/12/2022	**147.060**
Aplicações	84.485
Resgates	(37.805)
Rendimentos	23.016
Em 31/12/2023	**216.756**

6.2. Estimativa de valor justo: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo: . Títulos públicos federais - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Ações foram calculadas com base no preço de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão. O CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis: (a) Preços cotados (não ajustados) em mercados Ativos para Ativos idênticos (Nível 1). (b) Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto (Nível 2). Com exceção das quotas de fundos e Letras Financeiras subordinadas, que são classificados no Nível 2, os demais investimentos estão classificados no Nível 1. **6.2.1. Composição da carteira por classe e por categoria contábil:** A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedades da Seguradora distribuídos por *rating* de crédito conforme agência de risco Standard & Poor's.

		31/12/2023	31/12/2022
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado	**Rating**	**Valor de mercado**	**Valor de mercado**
Ativos prefixados			
Privado			
Quotas de fundo de investimento	Sem rating	168.471	71.721
Letras financeiras subordinadas	B	-	6.075
Ativos pós-fixados			
Públicos			
Letras financeiras do tesouro	A-	48.098	69.155
Renda variável			
Ações – IRB	AA+	187	109
Exposição máxima ao risco de crédito		**216.756**	**147.060**

7. Créditos e débitos das Operações com Seguros e Resseguros:

7.1. Prêmios a receber de segurados:

		31/12/2023			31/12/2022		
	Prazo médio de parcelamento	**Prêmios a receber de Segurados**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber Líquido**	**Prêmios a receber de segurados**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a Receber Líquido**
Patrimonial	3	2.654	(10)	2.644	12.845	11	12.834
Pessoas individual	1	9.498	(73)	9.397	2.555	100	2.455
Responsabilidades	4	7.363	(9)	7.357	936	3	933
Pessoas Coletivo	1	67.563	(451)	66.043	14.395	428	13.967
Habitacional	1	6.637	(28)	6.354	145	5	140
Transportes	7	942	(185)	939	30.166	356	29.810
Riscos Financeiros	4	10.433	(1.351)	10.248	24.054	519	23.535
		105.090	**(2.107)**	**102.982**	**85.096**	**1.422**	**83.674**
Circulante				**89.186**			**72.764**
Não circulante				**13.796**			**10.910**

Composição quanto aos prazos de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer (*)	91.037	76.333
Vencidos até 31 dias	8.291	4.482
Vencidos de 31 a 60 dias	1.325	2.105
Vencidos de 61 a 90 dias	2.295	666
Vencidos de 91 a 120 dias	534	145
Vencidos há mais de 120 dias	1.608	1.365
	105.090	**85.096**
Redução ao valor recuperável	(2.108)	(1.422)
A vencer	(211)	(88)
Vencidos até 31 dias	(265)	(99)
Vencidos de 31 a 60 dias	(58)	(102)
Vencidos de 61 a 90 dias	(120)	(45)
Vencidos de 91 a 120 dias	(154)	(26)
Vencidos há mais de 120 dias	(1.300)	(1.062)
	102.982	**83.674**

(*) Em 31/12/2023 e 31/12/2022 o saldo de RVNE foi alocado na faixa de a vencer para melhor apresentação, representado R$ 22.077 e R$ 21.518, respectivamente.

7.1.1. Movimentação dos prêmios a receber:

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios pendentes no início do exercício	83.673	137.535
Prêmios emitidos	506.393	483.952
Riscos vigentes e não emitidos	559	9.302
IOF	6.483	8.530
Cancelamentos	(59.319)	(89.228)
Recebimentos	(433.687)	(459.102)
Redução ao valor recuperável	(686)	(374)
Variação cambial	(434)	(6.942)
	102.982	**83.673**

7.2. Operações com Seguradoras:

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmio de cosseguro aceito	1.088	-
Recuperação de sinistros cosseguro cedido	1.004	9
Outros créditos	685	836
	2.777	**845**

7.3. Operações com resseguradoras:

	31/12/2023	31/12/2022
Sinistros à recuperar	14.200	17.326
Redução ao valor recuperável	(6.833)	(5.278)
	7.367	**12.048**

8. Ativos de resseguros - provisões técnicas:

	31/12/2023	31/12/2022
PPNG - resseguro	141.718	162.141
Prêmio de Resseguro – RVNE	3.325	1.197
Sinistros pendentes de pagamento	20.864	18.461
Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	5.961	5.214
Provisão despesas relacionadas – Resseguro	1.591	218
	173.459	**187.231**
Circulante	**107.512**	**102.576**
Não circulante	**65.947**	**84.655**

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2024
ICP Brasil
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

9. Títulos e créditos a receber:

9.1. Impostos e contribuições: 9.1.1. Créditos tributários e previdenciários:

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a compensar (*)	1.033	1.181
Contribuição social a compensar (*)	247	516
Cofins a compensar (*)	643	123
Pis a compensar (*)	139	26
	2.062	**1.846**
Não circulante	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Impostos de renda diferido – ajustes temporários (**)	3.391	1.958
Contribuição social diferida – ajustes temporários (**)	2.035	1.175
	5.426	**3.133**

(*) Os saldos em 31.12.2023 e 31.12.2022 referem-se principalmente a tributos retidos na fonte não deduzidos, mas de compensação imediata. (**) Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos (IRPJ e CSLL) sobre suas respectivas bases, formadas principalmente por reduções ao valor recuperável de créditos das operações e provisões passivas. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, e estão suportadas por estudo de capacidade de realização. **9.1.2. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:**

	31/12/2023		31/12/2022	
	I.R.	C.S.	I.R.	C.S.
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações	30.273	30.273	10.093	10.093
Juros sobre capital próprio	(3.172)	(3.172)	(2.777)	(2.777)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações e JCP	27.101	27.101	7.316	7.316
Alíquota vigente - %	25	15	25	16
IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal	6.775	4.065	1.829	1.171
Adições e Exclusões Permanentes	1.599	963	818	818
Adições e Exclusões Temporárias	5.732	5.732	3.057	3.057
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	(3.000)	(3.000)
Lucro (prejuízo fiscal) do exercício	34.432	33.796	8.191	8.191
IR e CS correntes	8.064	4.877	2.725	1.761
IR e CS diferidos	(1.433)	(860)	(764)	(459)
Total IR e CS do exercício	6.631	4.017	(1.960)	(1.302)
Alíquota efetiva - %	27	16	27	18

10. Outros créditos a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Adiantamentos a funcionários	32	43
Outros créditos	1.031	1.006
	1.063	**1.049**
Não circulante		
Outros créditos a receber	11	22
	11	**22**

11. Custo de aquisição diferidos: A classificação e movimentação dos custos de aquisições diferidos é apresentada da seguinte forma em 31/12/2023:

	31/12/2022	Constituição	Reversão	31/12/2023
Patrimonial	22	477	(37)	462
Transporte	2.144	6.104	(5.696)	2.552
Pessoas coletivo	56.167	42.062	(39.946)	58.283
Pessoas individual	56	178	(76)	158
Riscos financeiros	21.282	33.786	(12.273)	42.795
Responsabilidades	564	6.123	(6.337)	350
	80.235	**88.730**	**(64.365)**	**104.600**
Circulante	**23.828**			**39.187**
Não circulante	**56.407**			**65.413**

	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Patrimonial	4	62	(44)	22
Transporte	1.491	24.628	(23.975)	2.144
Pessoas coletivo	43.799	731.035	(718.667)	56.167
Pessoas individual	106	607	(657)	56
Riscos financeiros	22.079	307.535	(308.332)	21.282
Responsabilidades	-	3.959	(3.395)	564
	67.479	**1.067.826**	**(1.055.070)**	**80.235**

O custo de aquisição diferido referente as despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e, registrado em decorrência da emissão da apólice e/ou endosso, é diferido de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco.

Grupo	Prazo Médio de vigência (meses)
Patrimonial	12
Pessoas coletivo	69
Pessoas individual	3
Petróleo	47
Responsabilidades	51
Riscos financeiros	54
Transportes	12

12. Investimentos: As contas de investimentos apresentaram o seguinte saldo:

	31/12/2023	31/12/2022
Participação Seguradora Líder (DPVAT)	227	227
	227	**227**

13. Contas a pagar: 13.1. Obrigações a pagar:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	4.414	1.608
Participação nos lucros e dividendos	685	755
Gratificação	303	32
	5.402	**2.395**

13.2. Impostos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2023	31/12/2022
IOF sobre prêmios de seguros	1.236	1.028
INSS	323	285
IRRF	364	402
Fundo de Garantida do Tempo de Serviço (FGTS)	73	63
Imposto sobre serviço	40	26
Outros	62	85
	2.098	**1.889**

13.3. Encargos trabalhistas:

	31/12/2023	31/12/2022
Férias a pagar	841	730
Encargos sociais a recolher	283	246
	1.124	**976**

13.4. Impostos e contribuições:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante - impostos e contribuições		
IR e CS	4.123	1.116
COFINS	754	344
PIS	59	55
	4.936	**1.515**
IR S/ Res. de Reavaliação	128	142
	128	**142**

14. Débitos com operação de resseguro:

				31/12/2023
	Local	Eventual	Admitida	Total
Prêmios líquidos de comissão	38.633	19.156	33.531	91.321
	38.633	**19.156**	**33.531**	**91.321**
				31/12/2022
	Local	Eventual	Admitida	Total
Prêmios líquidos de comissão	46.518	9.882	15.762	72.162
	46.518	**9.882**	**15.762**	**72.162**

15. Corretores de seguros e resseguros:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Comissões a pagar	2.150	6.718
Comissões sobre prêmios emitidos	28.839	9.641
	30.989	**16.359**
Não Circulante		
Comissões sobre prêmios emitidos	4.774	3.452
	4.774	**3.452**

16. Depósitos terceiros:

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios e emolumentos	1.481	1.442
	1.481	**1.442**
Aging de Depósitos de Terceiros:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
De 01 a 30 dias	858	922
De 31 a 60 dias	16	1
De 61 a 120 dias	2	195
De 121 a 180 dias	23	98
Mais de 180 dias	582	226
	1.481	**1.442**

17. Provisões técnicas de seguros:

						31/12/2023
	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de Excedentes Técnicos - PET	PDR-Prov. Desp. Relacionadas	Total
Patrimonial	7.560	137	85	-	7	7.789
Responsabilidades	1.538	965	953	-	47	3.503
Transportes	16.314	36.624	3.517	-	2.533	58.988
Riscos financeiros	130.348	317	1.695	-	16	132.376
Pessoas coletivo	90.293	19.859	14.819	-	2.972	127.943
Habitacional	32	10.523	4.018	7.521	751	22.845
Pessoas individual	1.733	3.581	881	-	207	6.402
Automóvel	-	22	-	-	-	22
Petróleo	53.022	-	-	-	-	53.022
	300.840	**72.028**	**25.968**	**7.521**	**6.533**	**412.890**
Circulante						**258.612**
Não circulante						**154.278**

Movimentação	31/12/2022	Constituição	Reversão	31/12/2023
Prêmios não ganhos	300.141	4.034.923	(4.034.224)	300.840
Sinistros a liquidar	50.516	356.887	(335.374)	72.029
Sinistros ocorridos, mas não avisados	21.261	145.671	(140.966)	25.966
Provisão de Excedentes Técnicos - PET	3.669	22.630	(18.778)	7.521
PDR-Prov. Desp. Relacionadas	3.834	23.464	(20.764)	6.534
	379.421	**4.583.575**	**(4.550.106)**	**412.890**

						31/12/2022
	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de Excedentes Técnicos - PET	PDR-Prov. Desp. Relacionadas	Total
Patrimonial	16.905	112	62	-	13	17.092
Responsabilidades	1.550	1.292	539	-	66	3.447
Transportes	27.231	21.644	2.445	-	390	51.710
Riscos financeiros	68.167	6	6	-	-	68.179
Pessoas coletivo	90.063	13.233	13.991	-	2.448	119.735
Habitacional	11	11.017	3.390	3.669	651	18.738
Pessoas individual	2.092	3.211	830	-	265	6.398
Petróleo	94.122	-	-	-	-	94.122
	300.141	**50.515**	**21.263**	**3.669**	**3.833**	**379.421**
Circulante						**212.307**
Não circulante						**167.114**

Movimentação	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Prêmios não ganhos	243.298	3.831.068	(3.774.225)	300.141
Sinistros a liquidar	32.179	223.453	(205.116)	50.516
Sinistros ocorridos, mas não avisados	17.202	102.155	(98.096)	21.261
Provisão de Excedentes Técnicos - PET	-	3.669	-	3.669
PDR-Prov. Desp. Relacionadas	3.220	10.665	(10.051)	3.834
	295.899	**4.171.010**	**(4.087.488)**	**379.421**

A cobertura das provisões técnicas é demonstrada da seguinte forma em:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas	412.890	379.421
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	(65.149)	(119.996)
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	(20.864)	(18.461)
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	(5.961)	(5.214)
(-) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	(1.591)	(218)
(-) Custo de Aquisição Diferido Redutor	(71.910)	(59.999)
(-) Direito Creditório	(72.539)	(56.248)
Total a ser coberto	**174.876**	**119.285**
Aplicações vinculadas	216.565	145.919
Suficiência	**41.689**	**26.634**

17.1. Desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

Desenvolvimento de sinistros brutos de resseguro:

Data de aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ajuste da IBNR	1.428	1.537	1.537	2.565	3.574	3.574	9.343	22.863
PSL Adm	2.218	2.246	3.769	4.829	7.506	9.569	14.008	24.377
PSL Jud	5.158	8.923	15.232	17.597	19.102	18.992	27.118	18.992
Provisão de Sinistro	8.804	12.705	20.537	24.991	30.183	32.135	50.470	50.470
Pagamentos acumulados	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Após um ano	308	563	1.194	2.347	4.295	5.622	23.546	-
Após dois anos	2.966	3.059	4.476	5.042	7.310	20.171	-	-
Após três anos	690	1.231	1.886	4.184	14.449	-	-	-
Após quatro anos	1.877	2.102	3.198	13.605	-	-	-	-
Após cinco anos	1.221	1.941	12.737	-	-	-	-	-
Após seis anos	815	6.566	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	5.596	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Após um ano	787	935	2746	7.120	11.280	16.365	21.999	49.098
Após dois anos	925	1.134	3.001	6.389	10.594	14.613	-	-
Após três anos	1.290	1.818	4.098	8.514	12.692	-	-	-
Após quatro anos	1.387	3.083	5.703	11.020	-	-	-	-
Após cinco anos	1.993	4.323	8.330	-	-	-	-	-
Após seis anos	2.210	5.037	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	2.280	-	-	-	-	-	-	-
Provisão reestimada	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Após um ano	1.095	1.499	3.941	9.466	15.575	21.987	45.545	49.098
Após dois anos	3.890	4.193	7.477	11.431	17.904	34.784	-	-
Após três anos	1.980	3.049	5.985	12.698	27.142	-	-	-
Após quatro anos	3.264	5.185	8.901	24.625	-	-	-	-
Após cinco anos	3.213	6.264	21.066	-	-	-	-	-
Após seis anos	3.025	11.603	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	7.876	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	14.259	16.398	26.238	32.297	37.335	42.158	45.545	49.098
Passivo reconhecido no balanço	8.804	12.705	20.537	24.991	30.183	32.135	50.470	50.470
Déficit / Superávit	(5.455)	(3.692)	(5.701)	(7.306)	(7.152)	(10.023)	4.925	1.371
%	-38%	-23%	-22%	-23%	-19%	-24%	11%	3%

Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:

Data de aviso	*2016*	*2017*	*2018*	*2019*	*2020*	*2021*	*2022*	*2023*
Ajuste da IBNR	*1.428*	*1.537*	*1.537*	*2.565*	*3.574*	*3.574*	*9.343*	*22.863*
PSL Adm	*2.218*	*2.201*	*3.370*	*3.760*	*4.474*	*5.500*	*7.840*	*13.401*
PSL Jud	*5.100*	*6.646*	*10.569*	*11.059*	*13.550*	*13.129*	*19.624*	*23.058*
Provisão de Sinistro	*8.746*	*10.383*	*15.476*	*17.384*	*21.598*	*22.203*	*36.808*	*59.322*
Pagamentos acumulados	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Após um ano	308	463	713	1.221	2.147	2.979	15.868	-
Após dois anos	2.966	3.050	3.651	4.025	5.544	14.542	-	-
Após três anos	690	1.040	1.208	2.005	8.510	-	-	-
Após quatro anos	775	987	1.458	7.108	-	-	-	-
Após cinco anos	1.152	1.666	8.379	-	-	-	-	-
Após seis anos	755	5.368	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	5.249	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Após um ano	787	919	1.619	3.481	5.451	8.013	11.334	34.061
Após dois anos	925	1.092	1.867	3.507	5.478	8.001	-	-
Após três anos	1.290	1.717	2.682	4.823	7.229	-	-	-
Após quatro anos	1.375	2.073	3.215	5.795	-	-	-	-
Após cinco anos	1.926	3.163	5.244	-	-	-	-	-
Após seis anos	2.109	3.660	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	2.145	-	-	-	-	-	-	-
Provisão reestimada	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Após um ano	1.095	1.382	2.332	4.702	7.598	10.992	27.202	34.061
Após dois anos	3.890	4.142	5.518	7.532	11.022	22.543	-	-
Após três anos	1.980	2.757	3.890	6.828	15.739	-	-	-
Após quatro anos	2.149	3.060	4.673	12.903	-	-	-	-
Após cinco anos	3.078	4.829	13.623	-	-	-	-	-
Após seis anos	2.864	9.029	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	7.394	-	-	-	-	-	-	-

Provisão reestimada	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Estimativa corrente	12.681	13.493	17.027	17.839	21.652	25.534	27.202	34.061
Passivo reconhecido no balanço	8.746	10.383	15.476	17.384	21.598	22.203	36.808	59.322
Déficit / Superávit	(3.935)	(3.110)	(1.550)	(455)	(54)	(3.331)	9.606	25.260
%	-31%	-23%	-9%	-3%	0%	-13%	35%	74%

No desenvolvimento de sinistro, não são considerados os sinistros do ramo 0986 Dotal Puro, se referem a casos pontuais de sinistros, uma vez questionados judicialmente, e que a Seguradora não comercializa tal produto. **18. Outros débitos: 18.1. Provisões judiciais:** As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas; a administração da Seguradora entende que estas provisões são suficientes para fazer frente a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. **(a) Processos cíveis:** Referem-se a processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de coberturas não contratadas nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistro. **(b) Processos trabalhistas:** Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Em 31/12/2023 não possuímos saldo de processos trabalhistas. **(c) Processos tributários:** As contingências tributárias correspondem ao valor dos tributos envolvidos em discussões na esfera administrativa ou judicial e objeto de lançamento de ofício, sendo provisionadas sempre que a perda for classificada como provável. Em 31/12/2023, a Seguradora não possui causas com classificação provável. **(d) Processos de sinistros:** A Seguradora tem registro de processos de sinistros em discussão judicial incluídos na rubrica de "Sinistros a liquidar", que em 31/12/2023 apresentava o montante R$ 29.519 (R$ 16.448 em 2022). A PSL judicial é estimada de acordo com as normas da SUSEP e/ou nota técnica atuarial aprovada pela SUSEP, conforme previamente estabelecido em política interna. As contingências em 31/12/2023 e de 2022 estão classificadas conforme a avaliação dos assessores jurídicos está assim representada:

	Processos cíveis/trabalhistas			Sinistros judiciais		
Chance de Ocorrência	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor Provisionado
Provável	20	401	871	254	69.660	14.845
Possível	69	2.236	-	443	55.030	12.280
Remota	27	5.746	-	190	20.075	2.393
Total – 2023	**116**	**8.383**	**871**	**887**	**144.765**	**29.519**
Provável	9	1.120	1.645	196	39.645	6.085
Possível	17	1.112	-	163	24.941	3.052
Remota	129	8.679	-	609	33.245	7.311
Total – 2022	**155**	**10.911**	**1.645**	**968**	**97.831**	**16.448**

Movimentação de Sinistros Judiciais	Sinistros judiciais
Saldo inicial em 31/12/2021	11.528
(+) Adições	27.859
(-) Baixas	(22.939)
Saldo final em 31/12/2022	16.448
(+) Adições	44.769
(-) Baixas	(31.699
Saldo final em 31/12/2023	29.518

O *aging* das provisões de sinistros judiciais tem por base o tempo de pendência a partir da data de aviso ou de transferência de processo administrativo para judicial:

31/12/2023					
		Vencidos			
Até um ano	Até dois anos	Até três anos	Até quatro anos	Acima de cinco anos	Total
3.782	7.039	5.795	4.646	8.256	29.519

31/12/2022					
		Vencidos			
Até um ano	Até dois anos	Até três anos	Até quatro anos	Acima de cinco anos	Total
2.465	2.395	4.461	3.346	3.781	16.448

19. Patrimônio líquido: 19.1. Capital social: O capital social está representado pelo valor de R$ 32.278 (R$ 32.278 em 2022), mediante a emissão de 27.114.539 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, o qual foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 967, de 12/05/2009, composto por 27.114.537 ações do Sr. Pedro Pereira de Freitas, 1 ação do Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e 1 ação do Sr. Francisco de Assis Fernandes. **19.2. Reservas de reavaliação:** Constituída em períodos anteriores em decorrência das avaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados. **19.3. Reservas de lucros: (a) Reserva legal:** A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. **(b) Reserva estatutária:** A reserva estatutária tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa reserva, em cada período, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/1976. **19.4. Dividendos e Juros sobre capital próprio:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual. Em 2023, a Seguradora distribuiu juros sobre o capital próprio sobre o lucro do exercício no montante de R$ 3.172. O crédito de juros sobre o capital próprio será submetido aprovação em reunião de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 31/03/2024. **19.5. Patrimônio líquido ajustado e Capital Mínimo Requerido:** A Resolução CNSP 432/2021, e alterações posteriores, estabelece os critérios de exigência de capital a serem observados para operação de seguros. O critério estabelecido define que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora deverá ser maior ou igual ao Capital Mínimo Requerido (CMR) no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR é composto pelo capital-base e capital de risco, seu valor será o maior entre esses dois valores. O patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido apresentam-se da seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	**61.923**	**46.739**
(-) Participações societárias	(227)	(227)
(-) Despesas antecipadas	(11)	(10)
(-) Custo de aquisição	(495)	(598)
(+) Ajustes econômicos	1.115	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**62.305**	**45.903**
	8.100	**8.100**
Capital base (a)		
Capital adicional - risco de subscrição	33.066	29.127
Capital de mercado	3.471	2.851
Capital adicional - risco de crédito	7.731	13.316
Capital adicional - risco de operações	2.150	1.957
Benefício da diversificação	(5.647)	(6.795)
Capital adicional de risco (b)	**40.771**	**40.455**
maior valor entre (a) e (b)	**40.771**	**40.455**
PLA nível 1	55.764	42.230
PLA nível 2	1.115	-
PLA nível 3	-	3.673
Suficiência de capital (PLA - CMR)	**21.533**	**5.448**
Suficiência %	**53%**	**13%**

20. Partes relacionadas:

As seguintes transações foram realizadas com partes relacionadas:

	31/12/2023				31/12/2022			
Parte Relacionada	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Fmcr Administradora de Franchising Ltda. (i)	-	-	-	735	-	-	-	749
No Ma' am Empreendimentos e Particip. Ltda. (ii)	-	-	-	732	-	-	-	689
Segservice Administração e corretagem de Seguros Ltda. (iii)	-	-	-	2	-	-	-	2
Protect Administradora e corretagem de seguros Ltda. (iv)	-	-	-	14	-	-	-	11
Christian de Freitas Sociedade Individual de Advocacia (v)	-	-	-	735	-	-	-	694

(i) Refere-se à prestação de serviços de consultoria em marketing para a promoção da marca Alseg e seus produtos na rede de franquia e seus clientes. (ii) Refere-se à prestação de serviços para a prospecção de novos clientes (representantes/corretores) e de relacionamento com determinados clientes da Seguradora (iii) Refere-se à prestação de serviços para promoção de vendas de produtos da American Life. (iv) Refere-se à prestação de serviços para promoção de vendas de produtos da American Life. (v) Refere-se à prestação de serviços advocatícios, para os quais contempla também a supervisão das ações judiciais da Seguradora junto aos demais advogados externos. **21. Composição prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição:** Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus principais indicadores de desempenho são em 31/12/2023:

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ←

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

Operacional Bruto (sem resseguro)

	Prêmios ganhos		Sinistros Ocorridos				Custo de aquisição			
	dez/23	dez/22	dez/23	%	dez/22	%	dez/23	%	dez/22	%
Patrimonial	7.140	11.069	(427)	6%	(278)	3%	(388)	5%	(86)	1%
Responsabilidade	7.300	4.163	(4.085)	56%	(2.454)	59%	(1.353)	19%	(538)	13%
Transporte	66.777	46.571	(44.942)	67%	(29.761)	64%	(12.420)	19%	(9.416)	20%
Automóvel	149	-	(27)	18%	-	0%	(30)	20%	-	0%
Riscos Financeiros	54.293	42.103	(2.326)	4%	-	0%	(18.507)	34%	(12.606)	30%
Pessoas Coletivo	143.800	139.139	(59.174	41%	(60.308)	43%	(61.395)	43%	(65.312)	47%
Habitacional	88.394	40.786	(15.662)	18%	(18.015)	44%	(13.787)	0%	(5.602)	14%
Pessoas Individual	13.748	15.688	(4.718)	34%	(5.426)	35%	(211)	2%	(304)	2%
Petróleo	38.145	37.879	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
	419.746	337.397	(131.361)	31%	(116.242)	28%	(108.091)	26%	(93.865)	34%

Operacional líquido (com resseguro)

	Prêmios ganhos		Sinistros Ocorridos				Custo de aquisição			
	dez/23	dez/22	dez/23	%	dez/22	%	dez/23	%	dez/22	%
Patrimonial	(2.570)	3.162	(289)	-11%	(226)	-7%	37	1%	1.430	43%
Responsabilidades	4.448	2.353	(2.092)	47%	(1.469)	-6%	(1.055)	24%	(275)	59%
Transportes	45.327	26.415	(33.564)	74%	(13.886)	-37%	(9.314)	21%	(3.012)	-13%
Automóvel	149	-	(27)	18%	-	0%	(30)	20%	-	0%
Riscos Financeiros	(18.146)	4.905	(402	-2%	-	0%	25.534	140%	1.259	-5%
Pessoas Coletivos	135.079	121.593	(57.024)	42%	(51.251)	-50%	(61.395)	45%	(60.370)	-45%
Habitacional	66.228	29.970	(11.591)	18%	(13.757)	-39%	(8.674)	13%	(4.005)	-11%
Pessoas Individual	10.205	10.757	(4.133)	40%	(3.933)	-4%	(211)	2%	(304)	-6%
Petróleo	681	121	-	0%	-	0%	-	0%	558	-104%
	241.401	199.275	(109.122)	45%	(84.523)	35%	(55.108)	23%	(64.720)	34%

22. Variação das provisões técnicas:
As provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de prêmios não ganhos	(3.416)	(50.085)
Riscos vigentes e não emitidos	(559)	(9.298)
Provisão de Excedentes Técnicos - PET	(3.852)	(3.669)
	(7.827)	**(63.053)**

23. Custo de aquisição:

	31/12/2023	31/12/2022
Comissão sobre prêmio emitido	(132.387)	(105.227)
Agenciamento	(1.818)	(1.280)
Recuperações	1.652	(115)
Variação das custo de aquisição de diferido	24.366	12.756
	(108.187)	**(93.865)**

24. Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais de seguros	138	3.157
Despesas com cobrança	(52)	(502)
Despesas com administração de apólice contratada	(6.673)	(4.957)
Redução ao valor recuperável	(1.951)	(3.149)
Outras despesas com operações de seguros e resseguros	(1.130)	(1.287)
	(9.668)	**(6.738)**

25. Resultado com resseguro:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com resseguro	18.577	29.180
Despesa com sinistro	2.518	1.296
IBNR Resseguro	1.144	1.241
Prêmio de resseguro	(110.467)	(141.215)
Variação das despesas de resseguro	(15.075)	32.238
	(103.303)	**(77.259)**

26. Despesas administrativas:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com administração / pessoal	(19.677)	(16.311)
Despesas com serviços técnicos de terceiros (*)	(20.114)	(15.126)
Despesas com localização e funcionamento	(2.038)	(1.868)
Despesas com publicidade e propaganda	(884)	(152)
Outras despesas / recuperações	(2.689)	(2.862)
	(45.402)	**(36.319)**

(*) O valor das despesas de serviços técnicos de terceiros, incluem honorários de auditoria independente que representam 1,32 % da rubrica em 31/12/2023 (1,59% em 31/12/2022).

27. Despesas com tributos:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	(1.383)	(1.069)
COFINS	(8.508)	(6.577)
Taxa de fiscalização	(2.506)	(2.334)
Outras	(825)	(1.338)
	(13.222)	**(11.318)**

28. Resultado financeiro:

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos de renda fixa	22.979	16.291
Títulos de renda variável	159	91
Receitas com operações de seguros - Oscilação cambial	2.697	(4.554)
Outras receitas	167	128
Despesas com operações de seguros - Oscilação cambial	(4.010)	4.358
Impostos de transações financeiras	20	31
Outras despesas	(369)	(265)
Títulos de renda variável	(122)	(683)
	21.521	**15.397**

29. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Normas e interpretações revisadas já emitidas, mas que não foram referendadas pela SUSEP até 31/12/2023, e por isto não estão sendo adotadas de forma antecipada pela Seguradora. • CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Esta norma foi recepcionada pela Susep na Circular SUSEP nº 678 de 10/10/2022 entrará em vigor em 02/01/2024, em conformidade com a Resolução nº NBC TG 48, de 22/12/2016, do Conselho Federal de Contabilidade. A Administração está avaliando a adoção da norma considerando a metodologia de perda esperada e modelo de negócios. • CPC 50 - Contratos de Seguros - Com previsão de entrada em vigor a partir de 01/01/2023, conforme o International Accounting Standard Board – IASB. O CPC 50 ainda não foi referendado pela SUSEP. **30. Eventos Subsequentes:** Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação das Demonstrações Financeiras.

Diretoria

Pedro Pereira de Freitas – Diretor Presidente
Francisco de Assis Fernandes – Diretor
Paulo de Oliveira Medeiros – Diretor
Vicente de Paula Alves da Cunha - Diretor

Contadora

Michelli Sousa e Freitas – CRC 1SP 335 755/O – 2

Atuário

Marcos Falcão – MIBA 893

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas da **American Life Companhia de Seguros. Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **American Life Companhia de Seguros** - "Seguradora", em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora **é responsável pelas provisões técnicas**, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade da Auditoria Independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da **American Life Companhia de Seguros** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **American Life Companhia de Seguros** em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024.

Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841
Atuária Brasil Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda. - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 – Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **American Life Companhia de Seguros. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28/02/2023, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Thais Helena Ferreira Farat Cosentino
Contadora
CRC 1SP260324/O-0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	American Life Cia de Seguros
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	67.865.360/0001-27
Número de Ordem do Livro:	49
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 531.214.686,71	R$ 623.303.567,54
CIRCULANTE		R$ 375.169.639,07	R$ 471.873.546,54
DISPONÍVEL		R$ 12.302.830,42	R$ 5.047.491,21
CAIXA E BANCOS		R$ 12.302.830,42	R$ 5.047.491,21
APLICAÇÕES		R$ 147.060.456,88	R$ 216.755.992,78
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		R$ 85.655.806,30	R$ 99.330.122,35
PRÊMIOS A RECEBER		R$ 72.762.887,69	R$ 89.186.322,75
OPERAÇÕES COM SEGURADORAS		R$ 844.957,06	R$ 2.777.167,56
OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS		R$ 12.047.961,55	R$ 7.366.632,04
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		R$ 192.210,61	R$ 210.612,36
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS		R$ 102.575.450,88	R$ 107.512.401,27
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		R$ 3.520.071,38	R$ 3.795.107,31
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		R$ 6.000,00	R$ 80.654,09
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS		R$ 1.846.153,84	R$ 2.062.145,33
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS		R$ 618.785,68	R$ 588.906,53
OUTROS CRÉDITOS		R$ 1.049.131,86	R$ 1.063.401,36
OUTROS VALORES E BENS		R$ 25.000,00	R$ 24.000,00
OUTROS VALORES E BENS		R$ 25.000,00	R$ 24.000,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 10.098,96	R$ 11.143,60
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		R$ 23.827.713,64	R$ 39.186.675,66
SEGUROS		R$ 23.827.713,64	R$ 39.186.675,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 156.045.047,64	R$ 151.430.021,00
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		R$ 10.910.293,98	R$ 13.795.939,65
PRÊMIOS A RECEBER		R$ 9.635.241,93	R$ 13.795.939,65
OPERAÇÕES COM SEGURADORAS		R$ 1.275.052,05	R$ (0,00)
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		R$ 84.655.062,65	R$ 65.946.990,74
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		R$ 3.154.444,50	R$ 5.436.382,71
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS		R$ 3.133.027,66	R$ 5.425.674,29
OUTROS CREDITOS A RECEBER		R$ 21.416,84	R$ 10.708,42
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		R$ 56.406.941,42	R$ 65.413.456,24
SEGUROS		R$ 56.406.941,42	R$ 65.413.456,24
INVESTIMENTOS		R$ 227.430,12	R$ 227.430,12
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		R$ 227.430,12	R$ 227.430,12
IMOBILIZADO		R$ 690.874,97	R$ 609.821,54
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO		R$ 540.420,95	R$ 504.888,98
BENS MÓVEIS		R$ 150.454,02	R$ 104.932,56
PASSIVO		R$ 531.214.686,71	R$ 623.303.567,54
CIRCULANTE		R$ 312.122.542,77	R$ 401.330.028,87
CONTAS A PAGAR		R$ 6.775.352,18	R$ 13.559.888,46
OBRIGAÇÕES A PAGAR		R$ 2.395.385,00	R$ 5.402.452,92
IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		R$ 1.888.803,88	R$ 2.097.699,95
ENCARGOS TRABALHISTAS		R$ 975.809,13	R$ 1.123.599,78
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		R$ 1.515.354,17	R$ 4.936.135,81
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		R$ 91.598.762,91	R$ 127.676.857,82
PRÊMIOS A RESTITUIR		R$ 307.069,34	R$ 2.092.620,76
OPERAÇÕES COM SEGURADORAS		R$ 2.769.760,43	R$ 3.274.102,20
OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS		R$ 72.162.232,20	R$ 91.320.905,49
CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS		R$ 16.359.700,94	R$ 30.989.229,37
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		R$ 1.441.589,99	R$ 1.481.378,74
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		R$ 1.441.589,99	R$ 1.481.378,74
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS		R$ 212.306.837,69	R$ 258.611.903,85
DANOS		R$ 156.519.010,09	R$ 190.451.380,83
PESSOAS		R$ 55.787.827,60	R$ 68.009.279,97
VIDA INDIVIDUAL		R$ 0,00	R$ 151.243,05
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 172.353.553,18	R$ 160.050.841,08
CONTAS A PAGAR		R$ 141.851,42	R$ 127.666,10
TRIBUTOS DIFERIDOS		R$ 141.851,42	R$ 127.666,10
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		R$ 3.452.455,01	R$ 4.773.910,99
CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS		R$ 3.452.455,01	R$ 4.773.910,99
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS		R$ 167.114.081,23	R$ 154.278.012,43
DANOS		R$ 96.768.856,63	R$ 88.901.855,70
PESSOAS		R$ 70.345.224,60	R$ 65.376.156,73
OUTROS DÉBITOS		R$ 1.645.165,52	R$ 871.251,56
PROVISÕES JUDICIAIS		R$ 1.645.165,52	R$ 871.251,56
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 46.738.590,76	R$ 61.922.697,59
CAPITAL SOCIAL		R$ 32.278.198,53	R$ 32.278.198,53
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		R$ 212.779,54	R$ 191.501,74
RESERVAS DE LUCROS		R$ 14.247.612,69	R$ 29.452.997,32

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número BD.0B.93.DF.9F.95.47.47.D8.5F.90.E2.D4.F1.24.B6.0F.C1.B7.F4-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	American Life Cia de Seguros		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	67.865.360/0001-27
Número de Ordem do Livro:	49		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
PRÊMIOS EMITIDO LÍQUIDO		R$ 400.449.769,15	R$ 427.572.475,52
(-) VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		R$ (63.052.628,18)	R$ (7.826.792,06)
PRÊMIOS GANHOS		R$ 337.397.140,97	R$ 419.745.683,46
(-) SINISTROS OCORRIDOS		R$ (116.240.694,24)	R$ (131.361.440,08)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO		R$ (93.864.770,30)	R$ (108.186.630,67)
(-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (6.738.070,03)	R$ (9.668.426,78)
(-) RESULTADO COM RESSEGURO		R$ (77.259.248,19)	R$ (103.302.567,89)
RECEITA COM RESSEGURO		R$ 31.717.969,00	R$ 22.239.782,85
(-) DESPESA COM RESSEGURO		R$ (108.977.217,19)	R$ (125.542.350,74)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (36.318.697,52)	R$ (45.403.085,52)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS		R$ (11.317.955,43)	R$ (13.221.616,61)
RESULTADO FINANCEIRO		R$ 15.397.088,37	R$ 21.521.061,39
RESULTADO OPERACIONAL		R$ 11.054.793,63	R$ 30.122.977,30
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		R$ 11.054.793,63	R$ 30.122.977,30
(-) IMPOSTO DE RENDA		R$ (1.960.497,95)	R$ (6.631.207,02)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (1.302.105,80)	R$ (4.017.005,37)
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		R$ (961.244,15)	R$ (1.132.957,27)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCICIO		R$ 6.830.945,73	R$ 18.341.807,64

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número BD.0B.93.DF.9F.95.47.47.D8.5F.90.E2.D4.F1.24.B6.0F.C1.B7.F4-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.2.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300525833	67.865.360/0001-27	

NOME EMPRESARIAL
American Life Cia de Seguros

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Diário Geral	49

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
BD.0B.93.DF.9F.95.47.47.D8.5F.90.E2.D4.F1.24.B6.0F.C1.B7.F4

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	67865360000127	AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS:67865360000127	190030813695895217 0	29/09/2023 a 28/09/2024	Sim
Contador	31939340896	MICHELLI SOUSA E FREITAS:31939340896	454191317288631862 3	31/10/2023 a 30/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

BD.0B.93.DF.9F.95.47.47.D8.5F.90.E2.
D4.F1.24.B6.0F.C1.B7.F4-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/06/2024 às 13:45:36

24.E6.A5.DE.43.75.75.AE
31.01.34.FB.D2.D3.16.AC

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	American Life Cia de Seguros
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	67.865.360/0001-27
Número de Ordem do Livro:	49

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	American Life Cia de Seguros
NIRE	35300525833
CNPJ	67.865.360/0001-27
Número de Ordem	49
Natureza do Livro	Diário Geral
Município	São Paulo
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/11/1991
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	9256572

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	American Life Cia de Seguros
Natureza do Livro	Diário Geral
Número de ordem	49
Quantidade total de linhas do arquivo digital	9256572
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número BD.0B.93.DF.9F.95.47.47.D8.5F.90.E2.D4.F1.24.B6.0F.C1.B7.F4-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

American Life Cia de Seguros
CNPJ 67.865.360/0001-27
Índices data-base 31/12/2023

Índice de Liquidez Corrente - LC

$$\frac{AC}{PC} = \frac{471.874}{401.330} \quad \frac{471.874}{401.330} = \boxed{1,18}$$

Índice de Liquidez Geral - LG

$$\frac{AC + RLP}{PC + PNC} = \frac{471.874 + 150.593}{401.330 + 160.051} \quad \frac{622.466}{561.381} = \boxed{1,11}$$

Índice de Liquidez Imediata

$$\frac{AD}{PC} = \frac{5.047}{401.330} \quad \frac{5.047}{401.330} = \boxed{0,01}$$

Endividamento corrente

$$\frac{PC}{AC} = \frac{401.330}{471.874} \quad \frac{401.330}{471.874} = \boxed{0,85}$$

Endividamento de curto prazo

$$\frac{PC}{PL} = \frac{401.330}{61.923} \quad \frac{401.330}{61.923} = \boxed{6,48}$$

Endividamento geral

$$\frac{PC + PNC}{AT} = \frac{401.330 + 160.051}{623.304} \quad \frac{561.381}{623.304} = \boxed{0,90}$$

Endividamento do patrimônio líquido

$$\frac{ET}{PL} = \frac{561.381}{61.923} \quad \frac{561.381}{61.923} = \boxed{9,07}$$

Composição do endividamento

$$\frac{PC}{ET} = \frac{401.330}{561.381} \quad \frac{401.330}{561.381} = \boxed{0,71}$$

Solvência geral

$$\frac{AC + ANC}{PC + PNC} = \frac{471.874 + 151.430}{401.330 + 160.051} \quad \frac{623.304}{561.381} = \boxed{1,11}$$

Retorno do investimento total

$$\frac{LL}{AT} = \frac{18.342}{623.304} \quad \frac{18.342}{623.304} = \boxed{0,03}$$

Imobilização do PL

$$\frac{AP}{PL} = \frac{837}{61.923} \quad \frac{837}{61.923} = \boxed{0,01}$$

São Paulo, 13 de março de 2024

MICHELLI SOUSA E FREITAS:31939340896

Assinado de forma digital por MICHELLI SOUSA E FREITAS:31939340896
Dados: 2024.03.13 14:47:23 -03'00'

Michelli Sousa e Freitas

Contadora CRC 1SP 335755/O – 2

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA

NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO
35300525833		13/05/1992	13/05/1992	

NOME COMERCIAL: ALLSEG SEGURADORA S/A

TITULO DE ESTABELECIMENTO	TIPO JURÍDICO
	SOCIEDADE POR AÇÕES

C.N.P.J.	ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
67.865.360/0001-27	AVENIDA ANGELICA	2626	TERREO

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL
CONSOLACAO	SAO PAULO	SP	01228-200	R$	98.480.426,05

OBJETO SOCIAL

SOCIEDADE SEGURADORA DE SEGUROS VIDA
SOCIEDADE SEGURADORA DE SEGUROS NÃO VIDA

DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027

NOME: CHRISTIAN DE FREITAS

ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA ABILIO SOARES	121	AP 52

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG
PARAISO	SAO PAULO	SP	04005-000	182077408

CPF	CARGO	QUANTIDADE COTAS
266.716.138-69	DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027	

DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027

NOME: FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES

ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA TUPI	634	APT 82

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG
	SAO PAULO	SP	01233-000	51790828

CPF	CARGO	QUANTIDADE COTAS
538.818.188-04	DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027	

DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027

NOME: MARCELO DE FREITAS

ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA MARIO WHATELY	109	AP 152

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG
ALTO DA LAPA	SAO PAULO	SP	05083-140	17676616

CPF	CARGO	QUANTIDADE COTAS
147.284.428-96	DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027	

DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027

NOME
PAULO DE OLIVEIRA MEDEIROS

ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA ENGENHEIRO TEIXEIRA SOARES	574	

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG
	SAO PAULO	SP	05505-030	8415519X

CPF	CARGO	QUANTIDADE COTAS
048.953.318-30	DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027	

DIRETOR PRESIDENTE, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027

NOME
PEDRO PEREIRA DE FREITAS

ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ALAMEDA JURUCE	185	

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG
	SANTANA DE PARNAIBA	SP	06540-015	9518050

CPF	CARGO	QUANTIDADE COTAS
002.438.099-72	DIRETOR PRESIDENTE, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/03/2027	

FILIAIS

NIRE	CNPJ
53999022923	

ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
SRTVS 701	S/N	SL 888/889

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP
	BRASILIA	DF	70340-000

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA	NÚMERO
06/05/2026	184.490/26-1

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 31/03/2026. (I) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025; (II) REGISTRAR A DESTINACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025, CONFORME DELIBERACOES DAS ASSEMBLEIAS-GERAIS EXTRAORDINARIAS DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025 E 30 DE JANEIRO DE 2026; E (III) DELIBERAR SOBRE A POLITICA DE REMUNERACAO, NOS TERMOS DA RESOLUCAO CNSP N 476/2024.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300525833
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 25/05/2026

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

Certidão Simplificada. Documento certificado por MARINA CENTURION DARDANI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 292528996, segunda-feira, 25 de maio de 2026 às 11:20:22.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 286082 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 21/04/2026, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

ALLSEG SEGURADORA SA, CNPJ: 67.865.360/0001-27, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema SAJ referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 22 de abril de 2026.

PEDIDO N°: ***0095921046***

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A Allseg Seguradora S/A., inscrita sob o CNPJ nº 67.865.360/0001-27, com sede na Av. Angelica, nº 2626, Consolação, São Paulo/SP., CEP 01228-200, neste ato representada por seu representante ao final identificado, declara, sob as penas da lei, que:

1. atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso VI do Artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 (dezoito) anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer função;

São Paulo, 01 de outubro de 2025.

PAULO DE OLIVEIRA MEDEIROS:04895331830

Assinado de forma digital por PAULO DE OLIVEIRA MEDEIROS:04895331830
Dados: 2025.10.01 16:27:59 -03'00'

Allseg Seguradora S.A.

Paulo de Oliveira Medeiros

Diretor

CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO A SUSEP

ALLSEG SEGURADORA S/A
CNPJ nº 67.865.360/0001-27

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE APONTAMENTOS

Observado o previsto na Circular Susep nº 691/23, certificamos que **ALLSEG SEGURADORA S.A.**, CNPJ **67.865.360/0001-27**, nesta data e horário, possui a seguinte situação em relação aos apontamentos listados a seguir:

---

01. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR)

NADA CONSTA

---

02. Montante de ativos garantidores inferior à necessidade de cobertura das provisões técnicas

NADA CONSTA

---

03. Ajustes nos reportes contábeis e/ou prudenciais exigidos pela Susep e ainda não realizados, considerando o prazo estabelecido pela Autarquia

NADA CONSTA

---

04. Plano de Regularização de Solvência (PRS) em andamento.

NADA CONSTA

---

05. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) em andamento

NADA CONSTA

---

06. Plano de Regularização de Solvência (PRS) descumprido

NADA CONSTA

---

07. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) descumprido

NADA CONSTA

---

08. Não apresentação ou apresentação incompleta do formulário de informações periódicas (FIP/Susep) ou das demonstrações financeiras na forma da legislação aplicável

NADA CONSTA

---

09. Processo para Reparação de Apontamentos (PRA) descumprido

NADA CONSTA

---

10. Indisponibilidade de autorização para movimentar livremente a carteira de títulos e valores mobiliários dados em cobertura de provisões técnicas

NADA CONSTA

11. Medida prudencial preventiva e/ou medida cautelar em vigor descumprida

NADA CONSTA

12. Instauração de Fiscalização Especial, decorrente do previsto no art. 89 do Decreto-Lei nº 73/66

NADA CONSTA

13. Instauração de regime de Direção Fiscal ou de Intervenção

NADA CONSTA

14. Não pagamento da taxa de fiscalização

NADA CONSTA

15. Não encaminhamento da documentação referente a assembleias gerais e nomeações de administradores

NADA CONSTA

16. Eventual limitação para operar, temporária ou definitiva, imposta pela Susep

NADA CONSTA

A existência de eventuais apontamentos não implica perda da autorização ou impedimento ao funcionamento da supervisionada.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: **https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep**

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de licenciamentos, disponibilizada pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CA-e2530209-cb24-4243-bf40-590b5a2229de**

Esta Certidão foi emitida em 01/09/2026, às 09:09, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE LICENCIAMENTO

Certificamos que **ALLSEG SEGURADORA S.A.**, CNPJ nº **67.865.360/0001-27**, está autorizada a operar, conforme Carta Patente PORTARIA 308, publicado(a) no D.O.U. de 08/04/1992, com atuação nas seguintes regiões: **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8** .

Certificamos ainda que a entidade NÃO é participante do Open Insurance

Certificamos também que a entidade NÃO se encontra, nesta data, sob regime especial de Liquidação, Direção Fiscal ou Intervenção.

Legenda das regiões:

Região 1 - AM, PA, AC, RR, AP, RO; Região 2 - PI, MA , CE; Região 3 - PE, RN, PB, AL; Região 4 - SE, BA; Região 5 - GO, DF, TO, MT, MS; Região 6 - RJ, ES, MG; Região 7 - SP; Região 8 - PR, SC, RS.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: **https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep**

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de apontamentos, disponibilizada pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CL-b65578fa-485e-4134-912d-75dd4db39a16**

Esta Certidão foi emitida em 01/09/2026, às 09:06, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Informações de Seguradoras

05819 - ALLSEG SEGURADORA S/A

Grupos de Ramos: 15 - AERONÁUTICOS

28 - R. C. FACULT. PARA AERONAVES - RCF
35 - AERONÁUTICOS (CASCOS)
37 - RESPONSABILIDADE CIVIL HANGAR
74 - SATÉLITES
97 - RESP. EXPLOR. OU TRANSP. AÉREO-RETA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO – GADM
COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS E COMPRAS – CSUPR

INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES IMPEDITIVAS

ALLSEG SEGURADORA S/A
CNPJ nº 67.865.360/0001-27

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 31/08/2026 17:52:19

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**
CNPJ: **67.865.360/0001-27**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CERTIDÃO NEGATIVA DE LICITANTES INIDÔNEOS

O Tribunal de Contas da União certifica, em 31/08/2026, que **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**, CNPJ: **67.865.360/0001-27**, **NÃO CONSTA** no cadastro de responsáveis declarados inidôneos para participar de licitação na Administração Pública.

O que significa não constar nesse cadastro?

Significa que não há decisões do TCU que impeçam a pessoa de participar de licitações no âmbito da Administração Pública.

O cadastro não inclui:

- Responsáveis ainda não notificados sobre a decisão;
- Decisões ainda não transitadas em julgado; e
- Decisões anuladas ou suspensas pelo TCU ou pela Justiça.

Base legal:

Artigo 46 da Lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU)

- O trânsito em julgado marca uma decisão como não mais sujeita a recursos com efeitos suspensivos.

Certidão valida até **30/09/2026**
Quer confirmar os dados? Acesse https://certidoes.apps.tcu.gov.br
com o código BPIP20260831175006
https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes

GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Catálogo de | Fornecedor | Fase | Fase | Compras- | Contratos | Sair

Segunda, 31 de Agosto de 2026 - 15:48:31

Consulta a Fornecedores - Ocorrências

CPF/CNPJ: 67865360000127 ou

Nome/Razão Social:

ou

Situação do Cadastro: Todos

Recarregar imagem, caso esteja ilegível.

* Imagem de Controle: 

Pesquisar **Limpar** **Voltar**

Página 1 de 1 : (Total de 1 registros)

Sanção	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Situação
Não	67.865.360/0001-27	ALLSEG SEGURADORA S/A	Válido com Pendência até 25/05/2027

Página 1 de 1 : (Total de 1 registros)

Segunda, 31 de Agosto de 2026 - 15:48:31

Mário Ferreira Lopes Netto - **(Versão: p_v1_0_5_47 (8280))** **topo**